

DM

João de Brito Câmara
Poeta e promotor cultural

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Carla Cristina Santos Rosado

MESTRADO EM GESTÃO CULTURAL



UNIVERSIDADE da MADEIRA

A Nossa Universidade

www.uma.pt

dezembro | 2020

João de Brito Câmara
Poeta e promotor cultural

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Carla Cristina Santos Rosado

MESTRADO EM GESTÃO CULTURAL

ORIENTAÇÃO

Maria Teresa Duarte de Jesus Gonçalves do Nascimento

Resumo

Propomo-nos com a presente dissertação – intitulada “João de Brito Câmara: Poeta e Promotor cultural” – estudar o espólio deste escritor, de perfil multifacetado, que se encontra à guarda do Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

Numa pesquisa preliminar, aferiu-se que este escritor e cidadão madeirense tem ficado um pouco à margem dos estudos sobre a vida social, política e cultural daquela que é a época do “meio século de ouro da Cultura da Madeira” (Pestana, 1985).

Assim, a partir do estudo exploratório e documental da correspondência e outras fontes presentes no seu espólio, descortinam-se episódios marcantes do percurso de vida de JBC que enfatizam o seu envolvimento, o seu dinamismo e criatividade enquanto poeta e cidadão ativo no seu tempo, num arco temporal situado entre os anos 40 e 60.

Não deixar esmorecer a memória de um escritor madeirense que marcou o panorama histórico-cultural nacional e regional em meados do século XX foi o grande objetivo do nosso estudo. Adquiridos que temos os conhecimentos necessários à gestão de âmbito cultural e científico, pretende-se, aqui, dar visibilidade e reconhecimento a JBC, demonstrando como o Património Arquivístico nacional e regional assume um papel preterito na preservação e valorização da informação e construção da identidade e memória coletivas.

Palavras-Chave: Poesia ; Promoção ; Cultura ; Madeira ; Correspondência ; SPE

Abstract

We propose with this dissertation - entitled “João de Brito Câmara: Poet and Cultural Promoter” - to study the booty of this writer, with a multifaceted profile, who is in charge of the Regional Archive and Public Library of Madeira.

In a preliminary survey, it was found that this writer and Madeiran citizen has been somewhat marginalized from the studies on social, political and cultural life of what is the time of the “half century of gold of Madeira Culture” (Pestana, 1985).

Thus, from the exploratory and documentary study of correspondence and other sources present in his estate, important episodes of JBC's life path are revealed that emphasize his involvement, his dynamism and creativity as a poet and active citizen in his time, in a time span between the 40s and 60s.

The main objective of our study was not to let the memory of a Madeiran writer who marked the national and regional historical-cultural panorama in the middle of the 20th century fade. Once we have the necessary knowledge to manage the cultural and scientific scope, the intention here is to give visibility and recognition to JBC, demonstrating how the national and regional Archival Heritage assumes a perpetual role in the preservation and enhancement of information and construction of identity and collective memory.

Keywords: Poetry; Promotion ; Culture ; Madeira ; correspondence ; SPE

Agradecimentos

Pela dedicação, pelo apoio e pela empatia que permanece desde que nos conhecemos, o meu eterno obrigada à Professora Teresa Nascimento pela oportunidade e pelo seu papel fundamental ao longo de todo o meu percurso académico.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional. Para sempre, um obrigado.

À minha prima, Luísa Freitas, pelo simpatia e dedicação nos momentos difíceis, obrigada.

Ao David, pelo profissionalismo e paciência demonstrado, obrigado.

Àqueles que me ajudaram direta ou indiretamente ao longo de todo o meu percurso universitário, obrigada pela vossa ajuda e contribuição

Muita herança literária permanece desconhecida. (...) Ao longo das páginas que se seguem (...) ficam a conhecer os acervos de cada um [escritores], atualmente integrados no ABM – Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira, sendo também possibilitado, desde logo, um maior conhecimento dos respetivos autores, da voz que deixam impressa nos seus escritos e cujo legado é fundamental para compreender o passado, o presente e o futuro.

Eduardo Jesus

Índice

Agradecimentos	4
Lista de Abreviaturas.....	7
1. Introdução.....	8
1.1. Metodologia.....	14
1.2. Revisão Bibliográfica	16
2. João de Brito Câmara: biografia breve	26
3. Atividade Literária e Cultural.....	36
3.1. Redes de sociabilidade: a correspondência privada	36
3.2. A correspondência nos bastidores do sistema literário.....	42
3.2.1. Do início da criação poética a <i>Poesias Completas</i>	47
3.2.2. Génese de <i>Poesias Completas</i>	51
3.3. A correspondência no âmbito da Sociedade Portuguesa de Escritores	58
3.3.1. A delegação da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) na Madeira: contributo para a história da vida cultural insular em meados do século XX.....	60
4. (Re)conhecimento e visibilidade cultural de João de Brito Câmara:	92
4.1. Estratégias de divulgação, visibilidade e conhecimento do escritor.	92
5. Conclusão	95
6. Bibliografia.....	100

Lista de Abreviaturas

APE – Associação Portuguesa de Escritores

Cap. – Capilha

Cx. – Caixa

JBC – João de Brito Câmara

SPE – Sociedade Portuguesa de Escritores

1. Introdução

“João de Brito Câmara: Poeta e Promotor cultural” foi, em boa hora, um tema sugerido pela nossa orientadora quando, numa das reuniões, nos sondou acerca desta personalidade da cultura madeirense. Numa pesquisa preliminar, aferiu-se que este escritor e cidadão madeirense, de perfil multifacetado, de facto tem ficado um pouco à margem dos estudos sobre a vida social, política e cultural daquela que é a época do “meio século de ouro da Cultura da Madeira” (Pestana, 1985).

Hoje em dia, a sua memória, enquanto cidadão, poeta da *Presença* e exemplo da expressão poética do “sentir e ser” madeirenses, parece estar esquecida no capítulo relativo à história da sociedade e cultura da Região Autónoma da Madeira (RAM) de meados do século XX. Todavia, entre escritores madeirenses e os mais eruditos, intelectuais e investigadores de renome no seio académico, João de Brito Câmara (doravante JBC) é lembrado e nomeado pontualmente, convocado a participar em antologias de poesia, artigos científicos e ensaios, mas à sombra de outros contextos. À exceção do exímio estudo de Mónica Teixeira (2005), que deu a conhecer a vida e obra JBC no início deste século, e ao qual dedicou cerca de 60 páginas, a bibliografia de referência é parca, sendo que a informação mais preciosa para aprofundar o conhecimento se encontra no seu espólio, atualmente pertença do Arquivo Regional da Madeira, e espalhada na imprensa escrita da época.

Partindo deste pressuposto, e tendo como objeto o referido espólio, a presente dissertação – intitulada “João de Brito Câmara: Poeta e Promotor cultural” pretende o “(re)conhecimento e a visibilidade” de um escritor madeirense que marcou o panorama histórico-cultural nacional e regional da segunda metade do século XX, cognominado por Fernando Namora de “Um poeta da Ilha da Madeira”¹.

O arquivo pessoal de JBC reveste-se de um mérito histórico-social e documental de indelével valor, de grande interesse para a investigação, visto tratar-se de uma memória registada de um quotidiano que, embora seja individual, nos convida a compreender redes

¹ Este foi o título de um artigo crítico redigido por Fernando Namora na revista *Vértice* (n.º. 96), Coimbra, agosto de 1951. No espólio de JBC, secção “Correspondência” – Fernando Namora – encontramos este documento datilografado e com anotações manuscritas feitas pelo autor. Trata-se de um rascunho do prefácio ao último livro da autoria de JBC “Poesias Completas”(1967).

de relações sociais de uma determinada localidade, perceber como, em meados do século XX, a correspondência como meio de comunicação, a criação literária e suas críticas se interligam com a imprensa escrita, de caráter periódico.

Justificando a escolha desta temática, o vocábulo “(re)conhecimento”, neste contexto, condensa em si grande parte do enfoque do nosso trabalho. Por um lado, a palavra reconhecimento conduz-nos à ideia de conhecer novamente algo ou alguém já conhecido noutra tempo. O prefixo surge entre parêntesis para denotar os objetivos gerais e específicos que norteiam o trabalho: relembrar/ reconhecer e aprender/conhecer a vida de João Brito de Câmara, partindo do estudo faseado, exploratório e documental do seu espólio, onde os documentos escritos dialogam entre si, oferecendo fontes históricas, fidedignas, que permitem gerar outro “conhecimento” sobre um “Eu” e sobre o “Outro” num determinado tempo e local.

Nesta mesma linha, o termo “visibilidade” complementa e reforça uma das finalidades deste estudo, como partilha de saberes académico, disponibilizando pistas para futuros trabalhos académicos. Outra finalidade é a sugestão de estratégias de divulgação, promoção e mediação culturais da memória coletiva local, valorizando o importante papel que assumem o espólio privado de JBC, em particular, e o Arquivo Regional da Madeira enquanto instituição e equipamento cultural, em geral, para a fundamentação e afirmação da história de um povo e promoção da sua identidade à escala global.

Num breve parêntesis, consideramos, por agora, pertinente delimitar as noções de cultura e identidade, uma vez que são alvo de constantes reflexões, debates e mutações paradigmáticas, pois são fruto das sociedades que vivem em constante evolução. Assim, importa aqui, não a evolução, nem tão pouco fornecer definições dos conceitos tendo presentes as diferentes ideologias ou disciplinas, mas sim procurar uma noção conjunta e objetiva dos mesmos.

Neste sentido, e tomando como ponto de partida que o indivíduo, elemento de um grupo, sociabiliza e constrói os seus valores e identidade, aprende a respeitar o seu semelhante, convivendo e interagindo, elegemos, após pesquisa bibliográfica temática, para o nosso estudo uma noção de cultura que nos parece aplicável, da autoria de Denys Cuhe (2006, p. 24):

Se todas as “populações humanas possuem o mesmo património genético, diferenciam-se pelas escolhas culturais, inventando cada uma delas soluções

originais para os problemas que se lhes põem. (...) A noção de cultura revela-se, portanto, o utensílio adequado para pôr termo às explicações naturalistas dos comportamentos humanos. (...). Nada é puramente natural no homem. Até mesmo as funções humanas que correspondem a necessidades fisiológicas, como fome, sono, o desejo sexual, etc., são informadas pela cultura: as sociedades não dão exactamente as mesmas respostas a essas necessidades. A fortiori, nos domínios em que não existe imposição biológica, os comportamentos são orientados pela cultura, é por isso que a injunção: “sê natural”, muitas vezes repetida às crianças, em particular em meios burgueses, significa na realidade: “Sê em conformidade com o modelo da cultura que te foi transmitida”.

João de Brito Câmara (1909-1967) e o seu percurso literário mereceram toda a admiração e reconhecimento pelos seus coevos como homem das letras e cidadão, que se identifica, conhece e se preocupa com as vivências do ilhéu.

Em nome do pensamento moderno e contemporâneo, da abertura de espírito e da existência efetiva da singularidade da cultura insular, mais concretamente no âmbito da literatura, JBC, na qualidade de jornalista da imprensa local, de diretor do Suplemento “Eco Literário” e correspondente do *República*, procurou praticar um jornalismo cujo objetivo passava por facultar informação cultural com algum sentido crítico, uma vez que seria assim uma forma de dar a conhecer “cá e lá fora” a intelectualidade e a criação artística locais, tornando possível uma aproximação cultural com a metrópole e a evolução do pensamento do intelectual residente.

O alcance, notabilidade e prestígio do poeta madeirense testemunham a sua luta para mudar o rumo da criação literária na e da Ilha e para “desmentir” na época “a verdade das palavras” do poeta e ensaísta açoriano, Pedro Silveira, “ao afirmar [que] dos três arquipélagos lusos do Atlântico, é o da Madeira o literariamente mais pobre” (Originais de entrevistas, inquéritos e palestras, 1944/1964).

Amante das Belas Artes, JBC protagonizou o “ambiente sociocultural” que caracterizava a cidade do Funchal de então, ao lado de outras figuras de alta estirpe, quer como colaborador em comissões organizadoras de eventos socioculturais, na qualidade de conferente, quer como promotor de eventos artísticos em prol da evolução do pensamento e do conhecimento da vida intelectual e literária local e nacional.

Enquanto delegado da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) na Madeira (1956-1962), promoveu o Sarau Literário-Musical inaugural da delegação (1958) e as suas diligências permitiram lançar escritores madeirenses a nível nacional, apesar de haver dissonâncias políticas e de algum afastamento amical entre estes, fruto, em parte, da

conjuntura sociocultural e política imposta pelo regime de Salazar e da permanência da censura, que proibia manifestações literárias, artísticas e críticas que promovessem reações oposicionista ao regime.

Neste enquadramento, damos ênfase às palavras de Mónica Teixeira que refere que:

“(…) João de Brito Câmara foi um amante da ilha da Madeira em todos os seus aspetos da insularidade. Neste âmbito, formulou questões que ainda hoje se revelam polémicas e importantes para uma vivência insular, como, por exemplo, a existência ou não de uma literatura madeirense. Do ponto de vista político, teve um papel determinante na formação do processo de Oposição no arquipélago da Madeira. (...)”. (Barros & Teixeira, 2016, p. 6)

O embasamento teórico deste estudo tem como ponto de partida linhas orientadoras ligadas a questões acerca da “Cultura Madeirense”² que têm vindo a ser debatidas na Região Autónoma da Madeira (RAM) desde a década de 90 do século XX até à atualidade, nomeadamente reflexões sobre os aspetos que a Caracterizam (valor histórico-social, antropológico e literário) e acerca da necessidade de configurá-la solidamente como projeção “simbólica de um povo”, com “marcas” e “raízes da própria identidade cultural” (Franco, 2008: 9-12). Todavia capaz de “se reinventar” e se afirmar nas sociedades multiculturais.

José Eduardo Franco, no prefácio da obra *Cultura Madeirense – Temas e Problemas*, refere que:

Conhecer a cultura madeirense passa por distinguir e valorizar a sua particularidade enquanto participante de uma totalidade mais vasta; uma particularidade engendrada no seio dessa totalidade que é a comunidade nacional portuguesa em que se insere como membro de pleno direito, que, por sua vez, participa da comunidade plural de povos, de culturas que definem o projecto de União Europeia que estamos empenhados em construir; diversidade essa que faz a sua riqueza e grandeza no quadro da comunidade humana universal em pleno processo de globalização. (Franco, 2008, p. 17)

Parte integrante da cultura de um povo, e no que à produção literária madeirense diz respeito, José António Gonçalves no artigo “Breve Panorâmica da moderna literatura portuguesa” (António Gonçalves *apud* Franco, 2008, pp. 140-144), referindo-se ao seu apreço e “deliberada” paixão pela Literatura Portuguesa, e defendendo neste âmbito que a “Madeira marca, sem dúvida alguma, uma expressão maior”, salienta vigorosamente o

² Referimo-nos a duas coletâneas de textos que, quanto a nós, nos oferecem pistas de trabalho e simultaneamente suportam, cientificamente falando, os objetivos gerais deste trabalho de investigação. São elas (Franco, 2008) e (Moniz, Pimentel, & Santos, 2005).

talento e papel dos escritores e intelectuais madeirenses, com mais ou menos visibilidade e/ou projeção nacional, recordando a título exemplificativo: Albino Menezes; Cabral do Nascimento; Gonçalves Preto; Jorge de Freitas; Herberto Helder; António Aragão e João de Brito Câmara. E lembra perspicazmente o seguinte, relativamente à existência da “cultura madeirense”:

(...) Considero que, para haver cultura madeirense, tem que existir um “pensar madeirense”, isto é, uma afirmação espiritual e, talvez ideológica, na área cultural, que defina fronteiras em relação à restante cultura de expansão portuguesa. (...) O que nos separa do contexto nacional sociocultural lusitana é a questão da insularidade³.

Cogitando sobre as valiosas reflexões que têm saído à estampa nos últimos tempos sobre a atividade cultural madeirense, tomando como ponto assente que a imprensa escrita e a Literatura, na sua dimensão sociocultural e histórica, têm a capacidade de diacrónica e ficcionalmente falando, espelhar e revigorar o *modus vivendi* de um país, região ou local, esperamos que o nosso trabalho faça sentido.

Assim sendo, os objetivos do presente estudo partem de questões como: quem foi JBC? Face às circunstâncias de isolamento e de distanciamento geográfico entre a Madeira e o Continente, como comunicava JBC com os seus coevos locais e nacionais sobre variadíssimos assuntos e que atividades significativas realizou o escritor para ser considerado um homem não só “das letras”, mas também da “Cultura Madeirense” em meados do Séc. XX? Como promotor cultural, quais foram o(s) evento(s) culturais orquestrados por JBC, com quais objetivos e para que público-alvo?

Através das fontes documentais autênticas, meticolosamente arquivadas pelo escritor, nomeadamente a inédita correspondência entre coevos e os recortes de jornais patentes no espólio, é nosso intuito proceder a um estudo documental da “Secção Atividade Literária – Poeta, Jornalista e Cultor de Letras”⁴ e indagar se JBC e a sua atividade intelectual

³ A propósito dos conceitos “insularidade e “ilheidade” na produção literária madeirense, a estudiosa e investigadora da história literária madeirense, Mónica Teixeira, facultá-nos informações importantes, comentando que “o termo insularidade, como definição de uma especificidade territorial, só vem a surgir no século XIX com estudos naturalistas da flora e da fauna. (...) No caso concreto da Ilha da Madeira, como «afirmação ou reconstrução» de uma identidade insular, dois termos muito próximos se impõem distinguir: insularidade e ilheidade. (...)». Entre madeirenses e açorianos, o “ilhéu” é todo aquele que descende de um dos dois arquipélagos ou aqui tem as suas raízes de infância. Existe, portanto, um forte sentimento de identidade entre os que habitam os dois arquipélagos, que os distingue dos habitantes do continente.” (Teixeira, 2005, p. 11).

⁴ O texto colocado entre aspas é a designação do espólio.

testemunham a necessidade de afirmação da cultura e produções literárias madeirenses nos panoramas nacional e regional em meados do século XX.

Focalizaremos o nosso trabalho na observação e análise da troca de correspondência estabelecida com escritores e intelectuais coevos e nos artigos de jornais previamente selecionados, daí descortinando episódios marcantes do percurso de vida de JBC que enfatizam o seu envolvimento, o seu dinamismo e criatividade enquanto poeta e cidadão ativo no seu tempo, num lapso temporal situado entre os anos 40 e 60, que consideramos o período de maior produtividade do escritor.

Além da introdução e da conclusão, a presente dissertação contempla quatro capítulos que se desdobram em diversos subcapítulos por forma a demonstrar o fio condutor do nosso trabalho de investigação e respetivos resultados.

No segundo capítulo, esboçamos o perfil de JBC, destacando as fases de infância, de jovem estudante em Coimbra e o seu regresso e vivência na ilha.

O terceiro capítulo, o mais extenso, é consagrado à atividade literária e cultural do autor, através do estudo da sua correspondência privada que nos revela elementos sobre a génese de *Poesias Completas*, tendo como objeto de estudo a correspondência trocada, no ano de 1967, com alguns dos seus coevos.

A faceta de promotor cultural é ainda a que este capítulo desenvolve através do estudo da correspondência trocada entre JBC, Delegado da SPE, entre 1956 e 1958.

No quarto capítulo, apresentamos algumas estratégias de divulgação, visibilidade e (Re)conhecimento cultural de JBC.

1.1. Metodologia

É consensual entre os teóricos e estudiosos de metodologia do trabalho científico que um trabalho de investigação, nomeadamente o académico, voltado para as Ciências Sociais e Humanas, assenta num percurso faseado que requer não só uma abordagem metodológica como também demanda a utilização de técnicas de pesquisa e procedimentos padronizados academicamente falando.

Trata-se então de um processo faseado, de sistemática aprendizagem, pois convoca um conjunto de saberes e saberes-fazer adquiridos lógica-cronologicamente pelo investigador, durante o qual este constrói o seu trabalho de investigação, gerando mais conhecimento científico na sua área e temática escolhidas.

Sobre a importância da metodologia Dionne & Laville (1997, p. 11) afirmam que:

É imprescindível trabalhar com rigor, com método, para assegurar a si e aos demais que os resultados da pesquisa serão confiáveis, válidos. (...) Trata-se, ainda, pela pesquisa, de aumentar o saber, de chegar ao conhecimento verdadeiro (...) dentro dos limites de nossas capacidades. (...)

Segundo Felipa Lopes dos Reis a dissertação de mestrado “consiste num estudo científico de um tema bem determinado e limitado, que contribui, com relevância, para o progresso das ciências.” (Reis F. L., 2018, p. 29).

Assim, numa fase preliminar optou-se por uma abordagem exploratória de cariz empírico do espólio de JBC, tendo recorrido aos métodos qualitativo e quantitativo na pesquisa, levantamento, análise e seleção da matéria de estudo, com vista não só à obtenção de uma amostra considerável e válida que permita com rigor sustentar a narrativa do nosso trabalho de investigação, como também à determinação e delimitação do tema a explorar.

Em qualquer momento do processo de trabalho investigativo, a revisão bibliográfica é manifestamente importante porque, e como referem Freitas & Prodanov (2013, p. 131):

(...) após a escolha do tema, o pesquisador deve iniciar amplo levantamento das fontes teóricas (relatórios de pesquisa, livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses), com o objetivo de elaborar a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico, o qual fará parte do referencial da pesquisa na forma de uma revisão bibliográfica (ou da literatura), buscando identificar o “estado da arte” ou o alcance dessas fontes. (...)

Deste modo, procedemos a uma revisão da literatura para conhecer “o estado de arte”, isto é, para aferir se não existem trabalhos científicos cujo enfoque seja o mesmo ou outros a que possamos acrescentar valor com originalidade, tentando perceber de que forma é que o nosso estudo, enquanto trabalho de investigação poderá servir de contributo à comunidade científica naquilo que possa ter sido investigado e escrito. Também recorreremos a fontes secundárias (Eco, 1991) para elaborar o seu enquadramento teórico.

Como referido na Introdução, o nosso estudo debruçar-se-á sobre a atividade de JBC como “poeta, jornalista e cultor de letras”, cujo *corpus* escolhido é essencialmente constituído pela correspondência expedida e recebida, recortes de jornais e de outros documentos reveladores da sua diligência como promotor cultural.

O espólio de JBC está arquivisticamente disponível ao público. É composto por 884 documentos arquivados (1927-1970) distribuídos temática e cronologicamente em seis caixas. O espólio está organizado em 4 secções que, por sua vez, estão divididas em subsecções, a saber: “Documentos Pessoais”; “Atividade Literária: Poeta, jornalista e Cultor de Letras”; “Atividade Política” e “Atividade Jurídica”.

O nosso estudo incidiu nas caixas 1, 2, 3, 4 e 5 que se enquadram no âmbito da “Atividade Literária: Poeta, jornalista e Cultor de Letras” do escritor cujo *corpus* contempla cerca de 565 documentos.

Por motivos de força maior, não conseguimos, até à data de entrega deste trabalho, enriquecê-lo com anexos representativos de documentos interessantes pelo seu valor histórico-cultural.

Apesar de alguns documentos das caixas 3 e 5 se encontrarem digitalizados pelo Arquivo Regional da Madeira para consulta imediata, o contacto direto com as fontes documentais e a leitura e análise *in loco* revelaram-se condição *sine qua non* para a realização da investigação, facto este que nos levou a gerir muito bem o tempo e espaço de escrita do presente trabalho.

1.2. Revisão Bibliográfica

Optámos por apresentar a nossa revisão bibliográfica partindo das referências mais antigas até à atualidade, na medida em que acreditamos que esta disposição concorre para a razão e pertinência do tema proposto para o presente trabalho de investigação.

O “Poeta-senhor” (Falcão B. , 1999, pp. 3-4) a nível nacional fica registado para a história da literatura e cultura portuguesas do século XX, não só pela participação como poeta na revista *Presença* (1928/1932) e pela publicação do livro *O Modernismo em Portugal* (1944), resultado da entrevista a Edmundo Bettencourt aquando da sua última passagem pelo Funchal (1944/1964), mas também, e não menos importante, como colaborador de jornais nacionais, divulgando quer poemas da sua autoria ou da autoria dos seus coevos, quer notícias das vivências madeirenses

Em 1949, João Cabral do Nascimento em *Antologia da Terra Portuguesa. A Madeira*, selecionou textos literários e outros que espelhassem sob diferentes perspetivas as particularidades da ilha e da cidade do Funchal, como locais e paisagens. Fazendo-se acompanhar de uma fotografia da baía do Funchal, o escritor inseriu um soneto de JBC, seu coevo, extraído do seu livro *Auto da Lenda* (1943), intitulado “Foi na Ilha a romper do nevoeiro”, fazendo dialogar com o texto poético com elementos iconográficos locais. (Nascimento, 1949, pp. 153-154).

As obras de JBC sempre tiveram aceitação positiva e grande alcance por parte da crítica literária da metrópole, que se fazia ouvir na Região por meio da imprensa escrita nacional e local.

A título de exemplo e a propósito da publicação do livro de poesias *Ilha* (1950), JBC foi notícia na imprensa escrita nacional “O Poeta Dr. João de Brito Câmara. Opiniões da crítica continental sobre o seu livro ‘Ilha’” (1951)⁵, na qual claramente notamos não só a dimensão da sua notabilidade como escritor e cultor de letras, mas também nos apercebemos da presença de signos e temáticas que perpassam na sua produção literária, como os lexemas “ilha”, “mar” e “isolamento”, este último tão comumente sentido e descrito por escritores da Madeira e fora dela. Atente-se nestes excertos (Jornais e recortes sobre assuntos diversos):

⁵ Curiosamente esta notícia apresenta o subtítulo “Na impossibilidade de transcrevermos todas as críticas na íntegra – por falta de espaço – vamos reproduzir tão somente os trechos que melhor sintetizem o conteúdo delas.”Cx. 5.

(...) Do ‘Diário do Alentejo’ (artigo do escritor Julião Quintão): ... «Eu creio que a boa poesia é a de todos os tempos, e coloco entre os melhores poemas, recentemente publicados, estes que constituem o novo livro “Ilha”. Não se trata, vamos lá apenas dum grande poeta madeirense, que traz ante a nossa sensibilidade, em versos do melhor quilate, toda a melancolia do mar ilhéu. Temos, com este livro “Ilha”, a confirmação do talento literário e poético dum grande poeta português, que não carece de licença para ocupar um lugar entre os poetas da moderna geração.» (...)

[‘Do] Do Século Ilustrado’... «O poeta inspira-se em temas de nobre significado, seguindo nas asas dos seus versos para as alturas do ideal. Poeta desinteressado como todo e verdadeiro poeta, João de Brito Câmara canta a intimidade das horas, a grandeza dos sentimentos e a sublimação da vida. Canta o mundo que leva dentro de si mesmo aquele outro, também, que advinha no seu semelhante. Pressente-se que a satisfação de existir não o acompanha e que, legitimamente, anseia por maior desafogo espiritual. Mas qual o autêntico poeta que, na sua trajetória pela terra, vai satisfeito e radiante? O autor da “Ilha”, fechado na sua ilha, neste caso simbólica, atravessa a neblina, circundante, procurando vencer todas as distâncias e comunicar com todas as almas. (...) O Dr. João de Brito Câmara marca, em suma, com esta obra, um passo definitivo na sua jornada de artista que não se esquece de ser homem.» (...)

A propósito, perguntemo-nos: quantas vezes somos levados a viajar pela leitura de textos literários, a conhecer e a perspetivar a cidade do Funchal e a ilha da Madeira à luz destes *topoi* ou “*locus* de enunciação” e outros ícones tão caros à literatura madeirense e presente nos discursos de personalidades sonantes do panorama sociocultural e literário português e das ilhas? Diríamos que muitas vezes, pois existe um *corpus*⁶ considerável e profícuo, que deverá continuar a ser valorizado, divulgado e preservado enquanto património cultural material local e como afirmação de uma memória coletiva com identidade própria num mundo global, cada vez mais pluricultural.

À luz do que se passava no continente, Elmano Vieira, por exemplo, publicou uma notícia com o título “«Ilha». Poemas pelo Dr. João de Brito Câmara” (Vieira E. , 1950) que transcrevemos em parte, pela sua riqueza enquanto testemunho vivo do seu alcance artístico:

Nos poemas enfaixados neste elegante volume, o autor de «Relance» e «Auto da Lenda» mantém em altura os voos do seu lirismo. (...) «Ilha» é um belo livro que honra o talento do autor e que reivindica legitimamente lugar de destaque entre as obras poéticas da atualidade.

⁶ Entenda-se por *corpus* de escritores madeirenses, as obras produzidas por escritores natos na Madeira e por autores que, tendo permanecido no Arquipélago, se sentiram adotados e apreenderam, compreenderam o *modus vivendi* do povo madeirense, inspirando-se nas temáticas da insularidade para criar as suas obras artísticas, assunto este que tem vindo a ser motivo de debates atuais. Nelson Veríssimo (1990, p. 6) refere o seguinte acerca da seleção dos “textos [narrativos] para uma antologia “ilha.”

A este respeito, é de todo pertinente para esta abordagem a leitura do ainda atual artigo “Distribuição de uma “Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense” pelas escolas da RAM: legitimidade ou arbitrariedade curricular?” (Fino & Sousa, 2005). Acerca deste assunto, é de notar também o artigo publicado por Thierry Proença dos Santos (Santos T. P., 2008).

Por volta de 1953, o Visconde do Porto da Cruz em *História Literária da Madeira – Notas e Comentários* introduz a biografia comentada de JBC. Transcrevemos aqui algumas linhas elucidativas do labor poético e da sua aceitação na sociedade letrada enquanto homem das letras:

O Dr. João de Brito Câmara teve a sua estreia com o livro de versos, em 1927. Deu o título de Manhã a esse volume de dezanove composições poéticas e pediu ao grande Mestre do Soneto, o Dr. João Cabral do Nascimento para lhe prefaciá-la obra. (...) À sua inteligência aliou-se uma boa cultura literária. (...) E João de Brito Câmara apresenta-se como um poeta com a sua posição e o seu valor. (...) Em 1943, a Câmara Municipal do Funchal, mandou editar um notável poema de João de Brito Câmara - «Auto da Lenda». (...) O poeta de um grande e incontestável valor deixa-se agora atrair por um positivismo realista. (Cruz, 1953, pp. 205-206).

Sobre *Poesias Completas* (1967), última obra do escritor, um dos grandes amigos de JBC, João José Cochofel publica dias após a sua morte uma extensa notícia (Jornais e recortes sobre assuntos diversos) num jornal continental, da qual extraímos os seguintes passos:

Coimbra 1967. João de Brito Câmara nasceu para a poesia. (...) Intimismo e visualização, aliás, a meu ver, justamente os pólos em que gravita o movimento presencista e não foi decerto por acaso que a revista acolheu as poesias em questão. (...) No pequeno ensaio intitulado “Um poeta da Ilha da Madeira”, que serve de prefácio ao volume, arrisca Fernando Namora que o que ele próprio chama o “travo da solidão”, que tão a miúdo o punge, talvez lhe venha da sua experiência de ilhéu, que “o vai regrar modelar”. (...) *Poesias Completas*, organizada ainda pelo autor mas que viria a aparecer já depois da sua morte, é todavia de que ele foi um poeta que não chegou a encontrar-se e a realizar-se plenamente. A sua poesia é a poesia de um homem bom, amante da justiça e da liberdade, de sensibilidade à flor da pele, e a quem a generosidade e a sinceridade de sentimentos faziam esquecer porventura a disciplina literária, o severo policiamento formal, que o duro ofício lírico exige. Mas não é menos verdade que esta coletânea (...) fica a lembrar um poeta que, apesar de tudo, não merecia o esquecimento. O volume é valorizado com desenhos de Arlindo Vicente.

No decorrer da nossa pesquisa, ainda verificamos a existência de artigos publicados no *Comércio do Funchal*, datados de janeiro de 1969 relembrando a memória de JBC, de autoria de Matilde Rosa Araújo, Luís Manuel Angélica e Ferreira de Castro.

Num discurso nostálgico, imaginando conversas informais entre ambos, Luís Manuel Angélica publica a seguinte notícia, com este título: “João de Brito Câmara um ano depois” (Angélica, 1969). Pela sua extensão, transcrevemos apenas o seguinte:

(...) Creio que nesse momento lhe disse encontrar-nos-emos muitas vezes e o Dr. em breve voltará a escrever o que deseja. (...) tinha partido um amigo. E era a sua voz que eu lembrava naquele instante. (...)

Também Matilde Rosa Araújo (Um Poeta Madeirense - O Dr. Brito Câmara, 1968), trazendo à memória momentos passados, escreveu um texto no qual resume a vida do seu amigo JBC. Desta notícia fiquemos com estas linhas.

(...) o Dr. João de Brito fala com entusiasmo da vida que passou. Ou antes, que ele construiu. Das suas lutas do seu amor de justiça, do seu coração humedecido de entrega. Falámos de amigos que este ano a morte nos levou. Delfim Santos, Heliodoro Caldeira: deles traça perfis profundos e luminosos. Agora, a morte palavra já entrou no jogo do nosso falar. E falámos de vivos amigos comuns: Ferreira de Castro, Assis Esperança. (...)

Ferreira de Castro na notícia “O poeta Brito de Câmara e a Madeira” (1969) lamenta publicamente a perda do amigo:

(...) Se eu um dia voltar à Madeira, já não poderei olhar aquele ponto alto do vasto e policrómico anfiteatro onde o poeta tinha a sua “choupana”, aquele terraço onde recebia as primeiras mensagens de Sol e de onde abarcava o mar até a linha do horizonte, muralha e porta de Sonho: Já não poderei olhá-lo sem sentir amarguradamente a ausência do Amigo perdido.

Brito de Câmara honrou altamente a sua terra, não só como poeta, mas também como homem. Ele foi uma das mais admiráveis contribuições, literárias e morais, que a Madeira tem dado ao espírito português. E certamente a ilha amada perpetuará o seu nome de todas as maneiras possíveis, como nós perpetuamos na memória os seus versos e a sua dignidade humana.

Distinto poeta e jurisperito da ilha da Madeira, João de Brito Câmara dá nome a uma das artérias situada na zona nobre da cidade do Funchal, que liga a Rotunda do Infante à rua da Carreira, cuja placa, descerrada a 5 de outubro de 1975, veio para condecorar, eternizar e relembrar a memória notável de uma das figuras mais marcantes da história da cultura madeirense, com projeção a nível nacional, e da política oposicionista do regime salazarista na Madeira no triénio 40, 50 e 60 do século XX.

Cabe aqui, e a propósito, partilhar uma curiosidade documental, cujos conteúdos atestam por um lado o interesse das entidades governativas locais em honrá-lo, e por outro perceber a dimensão do evento no qual o descerramento da placa estava inserido. De acordo com fontes da imprensa regional, este acontecimento integrou um conjunto de iniciativas

pensadas para a comemoração do 65º Aniversário da Implantação da República Portuguesa na Madeira. O evento público foi noticiado nas vésperas no *Jornal de Notícias* com o título “Homenagem aos Dr. Pestana Júnior e Dr. João de Brito Câmara” (1975):

(...) A concentração dos participantes está prevista para as 9 horas na Praça do Município, onde será formado o cortejo que percorrerá a rua dos Ferreiros, Largo do Chafariz e Avenida Arriaga até à Praça do Infante. (...)

Tratando-se de uma homenagem com impacto nacional e apartidária, a comissão apenas solicitou a “presença de muitas bandeiras nacionais e os estandartes apenas, dos municípios, bombeiros, bandas de música e academia.” (Homenagem aos Dr. Pestana Júnior e Dr. João de Brito Câmara, 1975).

Numa curiosa entrevista concedida ao *Jornal da Madeira* (Entrevista com Élia Brito Câmara, 1975), na qual aborda a situação sociopolítica e o papel da mulher da sociedade, a esposa Élia de Brito Câmara (Textos biobibliográficos), então candidata a deputada pela Madeira à Assembleia Nacional em 1975, certifica que João de Brito Câmara havia sido “um grande lutador, tendo posto toda a sua vida e ideias ao serviço da democracia, pela sua ação dinâmica, pelo desassombro com que defendeu os seus princípios”. Acrescentou que “Brito Câmara foi desde a primeira hora um líder da oposição madeirense o que muitas amarguras lhe trouxe”, lamentando a sua falta no “glorioso 25 de abril”.

No âmbito do reconhecimento público da grande força de personalidade que foi João de Brito Câmara, conjugada com a arte literária, arrolamos aqui algumas curiosidades advindas da nossa revisão bibliográfica.

Primeiramente, em 1979, foi lançada pela histórica e conhecida empresa Gravarte, situada na baixa de Lisboa, uma medalha em bronze da autoria do escultor madeirense Pedro Augusto dos Anjos Teixeira, representando num lado a imagem de JBC, com a legenda “Brito de Câmara 10-V-1909 – 27-XII-1967. No outro, consta a seguinte mensagem “A Madeira não esquece os seus ilustres filhos – João Brito Câmara – poeta e jurisconsulto” (Sousa É. , 2004).

Depois, em 1988, foi organizada pela professora Clara Rocha, filha de Miguel Torga, uma exposição “Palavras da Terra”, uma coleção de cartazes com fotografias coloridas relativas às paisagens de toda a terra portuguesa. Para a Madeira, escolheu duas poesias: uma de João de Brito Câmara (“Mirante”) e outra de Edmundo Bettencourt.

“Mirante”⁷

*Tudo Tão calmo, parado,
Deslumbrado em cor e Sol!
Em baixo
O lençol
Das águas
Na Roda do Horizonte:
Céu, envolvendo o mar,
O mar, abraçando a terra,
E a terra, serena e calma, a Estreitar em quente amor
Um corpo só feito em alma!* (Câmara J. d., Poesias Completas, 1967, p. 252)

A 18 de abril de 1991, o presidente da República, Mário Soares, com quem privou JBC, inaugurou uma exposição de Artes e Letras na Biblioteca Nacional intitulada de “Olhares Atlânticos”, uma mostra de Artes e Letras da Madeira. (Boletim da Câmara Municipal do Funchal).

No decorrer das décadas de 80 e 90 do século XX, e apesar de lembrada, a memória de JBC como vulto da cultura madeirense de meados do século XX parecia esmorecer.

Jacinto do Prado Coelho, referindo-se à prática intelectual e cultural da Madeira desde os clássicos aos pós-modernistas, termina o verbete “Madeira” da seguinte forma⁸:

(...) **Outros poetas que seria injusto esquecer** são Albino de Menezes (1889-1949), (...) Edmundo Bettencourt e João de Brito Câmara (1909-1967). (...) Brito de Câmara é, por outro lado, uma voz nobremente insubmissa: “Se de mim há-de ficar / Alguma recordação, / Restam somente as três letras / Dum homem que disse: Não! (Coelho J. d., 1981, pp. 592-293).

Em 1985, César Figueira em *Ilha Da Madeira Paraíso Terrestre. A História da Cultura Literária, Artística, Filosófica e Científica da Madeira e a Evolução da Mentalidade do seu Povo*, lembrou o estilo e a temática que perpassa a obra de JBC, mencionando que:

(...) Outro aspeto da sua poesia é aquele em que o objeto de inspiração está sempre ligado ao sujeito e, neste caso B. Câmara é um poeta que exterioriza aqui e ali a afetividade por tudo o que estimula a sua alma emotiva. (...)
Outra característica peculiar à sua poesia e importante para a literatura poética da Madeira, é o meio físico, o culto da nossa terra natal, como se observa na sua obra

⁷ Este poema foi dedicado a António Teixeira de Sousa e a Gilberto Homem de Freitas.

⁸ Deve ser notado que os negritos nas palavras citadas são da nossa autoria.

literária –“Casa do Alto, em que a Montanha e o Oceano são elementos belos que o seduzem.(...).

Este poeta inaugurou, segundo Horácio Bento Gouveia, - ‘uma nova era na arte de poetar para quem as expressões e respeitante conteúdo possuem o mesmo nível, aliando a grafia e a ideia’ (...) (Figueira, 1985, pp. 280-283).

Noutro artigo publicado no *Jornal da Madeira*, em 1989, intitulado “O *Auto da Lenda* de João Brito Câmara” (Silva M. M., 1989), Margarida Macedo da Silva, à medida que critica o rumo do labor poético dos escritores madeirenses, resume a vida e obra de JBC. Deste extenso artigo jornalístico deixamos estas linhas:

(...) à data poucos madeirenses teriam visto nele “o poeta de largos recursos” que Cabral do Nascimento reconheceu ao escrever o prefácio de *Manhã*. (...) No entanto volvidos 46 anos sobre a 1ª edição do *Auto da Lenda*, a maioria dos madeirenses sabe apenas que Brito Câmara é nome de rua por ter sido advogado e político adverso ao regime salazarista. Escolhendo o metro tradicional – a redondilha maior, em rima cruzada, João de Brito Câmara encastelou 212 quadras entre dois majestosos sonetos – imagem pictórica da ilha, onde não nascera, mas onde vivera e amara, sofrera e sonhara para a sua Pátria! Pois, para o Poeta – “Ser livre não é segredo/ P’ra quem lhe entenda o sentido (in *Poesias Completas*).”

Na década de 90 do século XX, na esperança de ver este e outros poetas esquecidos no panorama cultural da Madeira, Margarida Macedo da Silva relembra propositadamente a memória do escritor nos seus ensaios literários (Silva M. M., *Ensaio*, 1997), os quais tinham por objetivo combater, segundo a sua entrevista ao *Diário de Notícias* em 1992, “o esquecimento a que estão votados muitos dos nomes mais sonantes da nossa literatura insular, desde o século XVI até aos nossos dias.”

Neste prisma, dedicou vários artigos a JBC, os quais estão presentes na imprensa regional, em revistas e livros. Um deles intitula-se “Poesia Portuguesa – traço de união – Fernando Namora e João de Brito Câmara” (Silva M. M., 1993, pp. 151-155) cujo conteúdo nos leva a entender a relação “literária” entre dois amigos, poetas e intelectuais de vulto na cultura portuguesa.

Saudosamente, em 1999, Bernardete Falcão traz à memória o seu amigo dedicando-lhe uma crónica intitulada “Memória de João Brito Câmara”, publicada na *Revista Margem*, 2 (11). Sobre a personalidade de JBC, a escritora comenta:

Era um autêntico ‘gentleman’ nas tertúlias dos cafés citadinos e um senhor-poeta no ambiente rústico da sua casa em Choupana.

Recordo, com saudade, o sorriso afável, o modo elegante com que nos acolhia à porta desta casa, e as horas encantadoras que meu marido e eu ali passámos usufruindo o prazer esse conversador exímio, brilhante e culto que era João de Brito Câmara, o calor que punha na defesa das suas ideias, a correção da sua linguagem, o extraordinário poder de argumentação, a graça e o humor, por vezes sarcástico, mas sempre delicado. (...) Nessa casa à volta de Brito Câmara e de sua mulher, reuniram-se muitas vezes figuras notáveis de interessante perfil. Estou a lembrar-me, por exemplo de Aníbal Trindade e Maria Lamas. (...)

Brito de Câmara e os seus amigos. Gente para quem um abraço ou uma palavra de carinho, um gesto de ternura ou um silêncio comovido e cúmplice valiam mais que todo o ouro do mundo. Gente para quem as pessoas valiam por aquilo que eram não por aquilo que tinham. Gente a quem as lágrimas vinham facilmente aos olhos e delas se não envergonhavam. Gente da minha saudade (Falcão B. , 1999, pp. 13-14).

Em 1999, António Nunes (No Rasto de Edmundo de Bettencourt. Uma voz para a modernidade) no estudo em que defende que Edmundo Bettencourt, “cantor Funchalense, fundou a Canção de Coimbra”, recorreu a JBC para, através da famosa entrevista com o título “Modernismo em Portugal (1944), ajudar a perceber este processo de assimilação e amadurecimento [referindo-se à vida intelectual e artística] (Neves, 2011, pp. 38-39).

Nesta mesma linha, em 2011, a obra *Auto da Lenda* (1943) é lembrada, a título comparativo, por Marco Livramento na sua monografia intitulada *Machim um Herói Fundador* (Livramento, 2011).

Já no início do século XXI, (Abreu & Noia, 2004) escreveram um artigo intitulado “Dr. João de Brito Câmara: o poeta e o político”, na revista *Ilharq*, n.º 4, recuperando, simples e concisamente, a sua biografia para enquadrar alguns estudos sobre a toponímia da cidade do Funchal.

Desde então, a poesia de João de Brito Câmara é igualmente convocada por reconhecidos ensaístas, escritores e investigadores madeirenses.

Por exemplo, os poemas “Dolência” (1928) e “Paisagem” (1931) editados na revista *Presença* constam do livro de poesias *Pontos Luminosos. Açores e Madeira, Antologia de Poesia*, (Pimentel D. , 2006).

António Gonçalves em “Breve panorâmica da moderna literatura madeirense”, refletindo sobre a existência ou não de uma literatura madeirense, evoca JBC pelo facto de ter sido dos poucos poetas na época a ser conhecido no continente:

E há outros fenómenos, como os casos de alguns escritores que, não tendo nascido na Madeira, efetivamente conquistam projeção nacional, como o Dr. João Brito da Câmara, cujas obras foram publicadas em volume completo pela Coimbra Editora, em 1967. Não tendo nascido na Madeira vem afirmar-se no País, nomeadamente nos círculos do

Lisboa e Porto, como um autor bastante apreciado. Só que o que notamos é que esse esforço individual que esses movimentos fazem não chegou a ser suficiente, por falta de projeção. (António Gonçalves *apud* Franco, 2008, p. 145).

Em *O Funchal (de)escrito. Ensaios sobre representações literárias da Cidade*, mais precisamente o capítulo “O Funchal na Poesia Insular do Séc. XV ao Séc. XX” (Coelho, Falcão, Moniz, & Santos, 2011, pp. 98-99), Margarida Falcão lembrou João de Brito Câmara registando o seguinte:

Embora nascido em Lisboa, viveu no Funchal desde criança. Advogado conhecido (...) realizou conferências sobre o modernismo, algumas delas publicadas em opúsculos. Colaborou, como poeta, na *Presença*, e foi como poeta que, nas letras, mais se distinguiu. O seu primeiro livro, intitulado *Manhã* (1927), foi prefaciado por Cabral do Nascimento. De entre as suas obras poéticas salientamos *Auto da Lenda* (1943), *Ilha* (1950) e as suas *Poesias Completas* (1967, com prefácio de Fernando Namora). A visão que este poeta tem da Ilha reparte-se entre o mítico e a inquietação de uma espécie de espaço fechado de exílio, de onde se pode contemplar a possível liberdade dada pelo mar circundante. (...)

Recentemente, em 2018, no âmbito dos “600 anos do Descobrimento das Ilhas da Madeira e Porto Santo”, foi publicado o livro *Das Ilhas, A Primeira* (Alves & Faria). Trata-se de um livro onde o leitor é convidado a conhecer, desde os Descobrimentos até os dias de hoje, a ilha de Porto Santo, a sua história, as suas gentes a partir do “diálogo entre História e Literatura” (Alves, 2012). Aludindo a algumas das representações simbólicas da ilha, em particular a praia, as autoras apelam à visão poética de JBC, amante da ilha e da sua praia.

João de Brito Câmara retoma esta imagem [ligação amorosa entre o mar e a areia]: a praia seduz o mar que se encanta com o «doce canto da sereia». Deste mar, «ora ternura ora horror, diz o poeta dos beijos, dos murmúrios, da «ternura tão cantada, /que parece até chorar» (...) E o mar outra vez, claramente identificado na dedicatória do poema (À nossa linda ilha do Porto Santo) (...) numa referência aos outonos e invernos que despem a praia que, no dizer do povo, vão lavar, em alto mar, para serem devolvidas, limpas, aos banhistas, quando os veraneantes começam a chegar, para época balnear. (Alves & Faria, *Das Ilhas, a Primeira*, 2018, p. 42)

Em 2019, Thierry Proença dos Santos, investigador e professor universitário dedicado ao estudo sobre a sociedade e cultura madeirense, publicou o trabalho “A lírica Madeirense: folheando os cadernos de poesia que a têm registado (1952-2016)”, onde menciona JBC e outros coevos no âmbito da contextualização histórico-temporal do tema abordado.

(...) Na primeira metade do século XX, no que à poesia diz respeito, as personalidades madeirenses mais interessantes andavam pelo continente e costumavam reunir-se, em 1915, na Brasileira, com o grupo de Orpheu, nomeadamente Albino de Meneses, João Gouveia, Edmundo Bettencourt e Octávio de Marialva. Alguns farão grande parte da sua vida no continente, a exemplo do simbolista João Gouveia, cuja paixão pela aeronáutica o afastou da Literatura, do futuro ex-presencista Edmundo Bettencourt e do saudosista-modernista Cabral do Nascimento. Outros, como o modernista Albino de Meneses, o esotérico Octávio de Marialva e o presencista João de Brito Câmara, regressarão à Madeira. Os adjetivos que os qualificam funcionam aqui como rótulos de marca temporal ou de afinidade estético-ideológica, já que todos eles acabaram por se afastar de correntes ou movimentos, cultivando uma poesia pessoal, de rigor clássico, preservando a sua individualidade. (...) (Santos T. P., 2019, p. 788)

A título conclusivo da nossa revisão bibliográfica, deixamos para o fim as palavras de Mónica Teixeira (Teixeira, 2005, p. 335) sobre o trabalho poético de JBC:

(...) Em termos de enquadramento histórico-literário, trata-se, pois, de um poeta que além da motivação da revista Presença, não se liga a qualquer grupo ou revista literárias e que se isola progressivamente, embora continue a publicar em livro, a exemplo do caminho traçado por quase todos os outros poetas madeirenses. (...)

2. João de Brito Câmara: biografia breve

João de Brito Figueirôa Câmara nasceu em Lisboa⁹ a 13 de maio de 1909. Quando tinha 4 anos veio viver para o Funchal com os pais, naturais da Madeira, e os dois irmãos¹⁰ mais velhos.

Na cidade que o acolheu, desde então abraçada como terra natal, JBC fez todo o seu percurso escolar, desde a instrução primária à secundária, no Liceu do Funchal¹¹, onde veio a aprender com excelentes mestres, com destaque para Cabral do Nascimento, e a travar amizades que o acompanharam toda uma vida, tais como jornalista Pedro Gonçalves Preto, Nuno Rodrigues dos Santos, Frederico de Mesquita Spranger, Jacinto Damião, António Sales Caldeira e Fernão de Ornelas Gonçalves¹².

Na época, o seio familiar pertencente às classes altas da burguesia, as suas redes de sociabilidade e o ambiente sociocultural elitista, que Caracterizava a cidade do Funchal, desde logo facultaram a João de Brito Câmara a possibilidade de contactar e absorver a Arte nas expressões mais consagradas na época: literatura; poesia e música. Este factor acabou por se revelar decisivo para o seu desenvolvimento pessoal, sociocultural e para a evolução dos seus valores morais e culturais.

João Henrique Brito Câmara, sobrinho do poeta, relembra que:

(...) João de Brito Câmara sempre foi uma criança viva e irrequieta, de bom humor, extrovertida, independente, ao contrário do irmão mais velho, (...) possuidor de uma inclinação melancólica e pessimista, João era também dotado de qualidades de chefia que o impunham aos companheiros. (...) (Textos biobibliográficos)

Graças ao seu gosto e zelo mantido desde criança de “arquivar” as suas memórias, podemos hoje ler e analisar documentos da sua autoria que à época pronunciavam as

⁹ Registo de nascimento, certificados e certidões: Espólio Liceu Jaime Moniz (ARM). Curioso notar, que há uma certidão particularmente interessante que informa que João de Brito Câmara ficou dispensado do Serviço Militar.

¹⁰ Eram irmãos o Dr. Henrique Brito de Câmara e a Sra. Dona Conceição Brito de Câmara (Textos biobibliográficos).

¹¹ O Liceu encontrava-se instalado desde 1914 no antigo Paço Episcopal da Rua do Bispo.

¹² À exceção de Nuno Gonçalves Preto (1907-1973) que se tornou jornalista e director do jornal humorista da Região, o “*Re-nhau-nhau*”, todos as amizades foram colegas em Coimbra. Nuno Rodrigues dos Santos (1879-1944) foi advogado em Lisboa e mítica personagem da fundação do PPD-PSD nacional, António Manuel Sales Caldeira, ilustre advogado e reconhecida figura da nata funchalense, assim como Fernão de Ornelas Gonçalves que veio a ser Presidente da Câmara do Funchal e administrador do Banco Pinto & Sotto Maior.

capacidades intelectuais e o talento artístico deste jovem poeta que encontrará na cidade de Coimbra espaço para desenvolvê-las e tornar-se na figura importante que foi, no meio de “Gente de Toga, Beca e Capinha”¹³, que componha a fervorosa mocidade coimbrã dos anos 30 do século XX.

Na fase infanto-juvenil, desenvolveu bons métodos, era estudioso e já se interessava pelos assuntos culturais e na escola participava nas atividades e orientava outras, quase como a antever a sua competência em orquestrar mais tarde, já na fase adulta, eventos desta ou de outra natureza. O panfleto de jazz, elaborado à mão com o título “*Penca Penca* - atualmente o formidável sucesso do *Jazz-Band*, 6º ano de Letras” (Câmara J. d., Textos inéditos, 1924/1925), é representativo desta realidade à qual se junta o sentido de humor e dinâmica.

Para além de ter desenhado a capa e a imagem em forma de caricatura do senhor “Pencudo”, protagonista da letra, entre outros pormenores, João de Brito Câmara fornecia outro tipo de informações utilizando frases apelativas e ao mesmo tempo humorísticas, tais como: “O número mais aplaudido da Revista «Pencões, Pencas, & C.^a»”; “O estrondoso sucesso do *Jazz-Band*, composto pelo corpo docente do Liceu, onde se destacam em: piano – Maestro Damas; em bando – Ângelo Silva; em bundo – João Augusto; soprano lírico – João Cabral”.

O Panfleto faz-se acompanhar da letra da música (texto lírico composto por sete quadras) a qual citamos, pela destreza da melodia e pela cuidada escolha do vocabulário para contar a história do senhor “Penca”, talvez para apresentar na escola com os colegas e/ou em casas de amigos dos seus pais, como de resto, naquele tempo, era prática habitual animar os encontros privados das famílias tradicionais e de nível social mais alta.

Pai Pencudo ficou num grande sarilho,
Sem saber como resolver a encrenca,
Jugando qu’a esposa dava à luz um filho
Chamam-lhe pai de uma formidável penca.

“REFRAIN”

¹³ Adaptação do título do livro da autoria de Manuel Costa e Melo, *Gente de Toga, Beca e Capinha (Fogachos da lareira forense)*, (1994). Num site com ligações pedagógicas ao Projeto Prof2000, “Aveiro e Cultura”, surge uma rúbrica sobre Costa e Melo, advogado, escritor e grande vulto da história oposicionista aos regimes fascistas e autoritários (1913-2002), na qual se encontram informações e excertos de passagens deste livro, como esta em que o poeta madeirense é recordado na página 34: *E é olhando para trás, para a primeira série destes fogachos da lareira forense, onde figuram o João Vale, o António Pinho pela mão do Júlio Calixto, o Abranches Ferrão, o António Ribeiro da Silva, o João Brito Câmara e o Zé Godinho, gente de beca, toga e poesia, que eu trago o Pinto da Costa para a todos eles acrescentar a possibilidade das rimas poderem vir escondidas nas pregas modestas de qualquer capinha.* (Manuel da Costa e Melo, s.d.).

Penca, penca, penca, penca que canudo,
Penca, penca, penca, penca mandrião,
Está casado, tem três filhos, o Pencudo,
Chamam-se o Penca, o Penquinha e o Pencão.

Nossa Câmara do Funchal não tem dinheiro,
nem p'ra luzes, nem pra estradas pelo monte,
Mas tudo tudo resolve o engenheiro
Pois o Pencão numa belíssima fonte.

“REFRAIN”

Penca, penca, penca, mais penquinhas
Penca, penca, penca, penca estou pencado,
O Pencudo deu c'a penca no Bimbinhas
E Bimbinhas caiu no chão desmaiado.

Engenheiro não pode c'o seu pencão,
Penca enorme que vale bem dez tostões
Num espirro que deu em constipação,
Em vez de ranho, começou a sair pencões!

“REFRAIN”

Penca, penca, penca, penca qu'apeteça
Penca, penca, penca, penca, penca morta
Damaso [...] c'a penca na cabeça
E prá sempre sua cabeça ficou torta.

FINAL (Entusiasmo)

Tanta penca, tanta penca em reinação,
Com pencudos e pencões em pencaínhas,
Seja pencudo ou pencado com penção
Deve de dar pencos com pencas e penquinhos.
FIM.

Proactivo desde a adolescência, JBC cedo demonstrou a sua fina sensibilidade para a Arte, na expressão do “Eu”, na percepção vivenciada da cultura do seu tempo e o impacto desta nos outros e revelou sua aptidão para a prática jornalística, tal como nos sugere Mónica Teixeira, nesta passagem:

(...) Com o sugestivo título de O espelho [1924], encontrei, no seu espólio, dois exemplares manuscritos muito desbotados de um “jornal” humorista ilustrado, numa impecável caligrafia escolar – a fazer lembrar os “jornais” A Palavra (1901) e o Palrador (1902) de Fernando Pessoa. (...)

Estes dois jornais apresentam-se como a base da sua iniciação à linguagem denotativa, em oposição à poesia como linguagem literária para o sentimento. (...). (Teixeira, 2005, p. 292)

João de Brito Câmara, que fazia parte de iniciativas artísticas no meio cultural juvenil, em maio de 1927 participou numa cerimónia comemorativa que decorreu no Teatro

Dr. Manuel de Arriaga, onde foram muito aplaudidos pelos seus dons, motivo pelo qual mereceram algum destaque na imprensa escrita. A notícia¹⁴ com o título “O 28 de Maio. A récita Académica no Teatro Arriaga”, do *Diário da Madeira* (1927), veio então o informar o jornalista que:

Foi deveras interessante, tendo plenamente agradado, o espectáculo que os estudantes do nosso liceu realizaram no sábado último no Teatro Dr. Manuel de Arriaga, em comemoração do aniversário do movimento de 28 de maio e destinado a auxiliar a próxima excursão de estudo às ilhas Canárias. (...)

A comédia Ceia dos Estudantes, uma paródia à Ceia dos Cardeais, original do Dr. José Bruno, nosso distinto colega do Correio dos Açores, provocou a mais franca hilaridade na assistência tendo os sextanistas do nosso liceu srs. Alfredo Macedo Faria, Nuno Rodrigues dos Santos e João de Brito Câmara, desempenhado com louvável correcção os seus papéis, pelo que foram bastante aplaudidos.

Alfredo Faria e Rodrigues dos Santos recitaram, também poesias, de Guerra Junqueiro, e a “Cruz da Montanha”, do estudante Brito Câmara, que vem revelando uma acentuada vocação para o verso.

Luiz Barbeito, à guitarra, e Vasco Andrade, à viola, completaram o programa com diversos fados e canções muito do agrado do público (...) merecendo inteiramente todas as ovações que lhes foram tributadas.

Se o jovem estudante cedo revelou as facetas de poeta e jornalista, o mesmo aconteceu quanto às suas qualidades de conferente. O forte exponencial para a Retórica e sua inclinação para a política republicana fê-lo participar com uma palestra no jornal do Liceu *Mocidade Evangélica – A Madeira Nova*, que saiu a público a 1 de dezembro de 1926.

O “bichinho” do jornalismo levou-o a fundar com Nuno Rodrigues dos Santos e Pedro Gonçalves Preto o quinzenário intitulado *Alma Nova* (1927), órgão da Academia do Funchal. No *Diário da Madeira*, a 31 de dezembro de 1926, publicou-se a esta curta notícia (Jornais e recortes sobre assuntos diversos):

“Alma Nova”. Com este título, inicia a sua publicação na próxima segunda-feira o quinzenário, órgão da Academia do Funchal, de que são director e redactor-principal, respectivamente, os inteligentes sextanistas do nosso Liceu, srs. João de Brito Câmara e Nuno Rodrigues dos Santos. Desejamos-lhe, antecipadamente, muitas prosperidades.

Apesar de números publicados (dois no mês de janeiro e outro em fevereiro), a linha editorial e os conteúdos de *Alma Nova* estavam mais vocacionados para o público estudantil

¹⁴ Previamente à leitura da citação, é de relevo recordar que “O movimento 28 de maio” ocorrido em 1926 vem por termo à 1ª República, iniciando-se assim a época da ditadura militar e consequentemente do Estado Novo, com António Salazar e que durou até abril de 1974.

e cujos ideais procuravam modernizar a imprensa local e promover hábitos de vida culturais condizentes com os novos tempos. Todavia, era um órgão de informação que contava abertamente com a colaboração de toda a comunidade escolar. Inclusivamente, no segundo número, publicado a 19 de janeiro de 1927, João Cabral do Nascimento, então professor do Liceu e apoiante do quinzenário juvenil, escreveu um artigo com o título “Fora da Cátedra. O participio do Presente”, enquanto o redactor principal abria a primeira página, graficamente mais moderna e organizada comparando com outros jornais, com o artigo “Pela Pátria!”.

1927 foi um ano significativo na vida de João de Brito Câmara, finalista liceal. Além dos episódios já mencionados, João de Brito Câmara, na companhia de 19 colegas, participou na “Excursion Artístico-Estudantil Madeirense”¹⁵ a Tenerife, ilhas Canárias, cuja direção pedagógica contava com João Cabral do Nascimento e Dr. Manoel de Matos, professores do Liceu, e ainda com a colaboração de Henrique de Brito Câmara, Manuel Antunes e Carlos Nunes Pereira (delegados e propagandistas), que em muito contribuíram para a efetivação da excursão. Como operadores cinematográficos¹⁶, o grupo contou com a presença dos Srs. Óscar Lomelino, Gabriel Ornelas e Gabriel Eiras.

Para João de Brito Câmara, participante do grupo dramático, e que fazia parte da comissão organizadora juntamente com Nuno Rodrigues dos Santos, Alfredo M. Macedo de Faria, estavam reunidas as condições para o sucesso da viagem e conseqüente encontro cultural.

¹⁵“Excursion Artístico-Estudantil Madeirense”, *O Progresso*, Tenerife, (28.05.1927). Trata-se de um dos recortes de jornais sobre este evento arquivados por JBC. Através destas fontes, é possível perceber o mediatismo e um pouco da logística em torno do encontro intercultural (Cx 4; Cap. 2). Entre vários recortes, alguns deles incompletos, selecionamos esta notícia que, para além de anunciar a vinda dos estudantes madeirenses na ilha espanhola, expõe sinteticamente o objetivo e aspetos da programação do evento: *Esta excursion sera de estudio y confraternidad estudiantil y de estrechamiento, aún más, de los lazos de amistad que unen a la Madera com Tenerife. (...) Los excursionistas se proponen así mesmo mostrar el grado de adelanto da la vida académica portuguesa y difundir los fados e canciones nacionales, para lo qual traéran un extenso reportório de comedias de costumbres estudiantiles lusitanas, números de fados, canciones e “guitarradas”, todo a cargo de estudantes. (...) Com objeto de preparar la llegada de los estudiantes, se halla ya en esta capital el delegado don Henrique de Brito Câmara, a quien hemos tenido el plácer de saludar* (Excursion Artístico-Estudantil Madeirense, 1927).

¹⁶ Neste enquadramento, é interessante perceber como na época, para além da fotografia, existiam outros equipamentos que permitiam gravar a “memória” dos eventos desta ou outra natureza. A propósito, numa entrevista dada ao *Diário da Madeira*, após ter regressado menciona o seguinte: *Tenho por acaso à mão a fitinha verde onde a madrinha deixou o seu nome: Ana Zola Gil Boldan. (...) A madrinha é filmada. (...)* (Intercâmbio Ibérico. O Dr. João Cabral fala ao «Diário da Madeira» da excursão académica às Canárias, 1927).

O dinâmico jovem estudante começava assim a expressar publicamente o seu interesse e motivação, tal como competências, para engendrar e organizar eventos de cariz cultural. Na altura, João de Brito de Câmara e todos os membros da Academia do Funchal demonstraram muita alegria e satisfação ao ver realizado um dos adorados sonhos dos estudantes (Excursão Académica de Estudantes Madeirenses às Canárias, 1927)¹⁷.

Perante a azáfama do grupo estudantil, um jornalista quis entrevistar o estudante do Liceu, na mediada em que “foi quem escolhemos a dedo para nos informar”, pois:

(...) o sextanista Sr. João de Brito Câmara, porque se tem revelado um inspirado poeta, porque usa dupla vista, com aros severos de tartaruga, sinal de mais reflexão e experiência, e porque é um dos membros da comissão organizadora desta excursão. (...) Tantas semanas de trabalho perante as quais apesar das dificuldades de toda a ordem, conservámos sempre com uma fé inquebrantável e uma persistência irreduzível. Tantas vezes se nos afigurara impossível a nossa excursão. E ainda estamos como que debaixo dum sonho com o telegrama do nosso delegado, garantindo êxito absoluto! (...) (Excursão Académica de Estudantes Madeirenses às Canárias, 1927)

A tão aguardada excursão intercultural até ao vizinho arquipélago das Canárias dos estudantes madeirenses estava prevista para a primeira quinzena do mês de junho desse ano, com partida no vapor “Beneu” (Excursão Académica, 1927)¹⁸, calculada para dia 7, e o regresso pensado para o início da segunda quinzena a bordo do vapor “Immo” (Jornais e recortes sobre assuntos diversos)¹⁹. Segundo João de Brito Câmara “o carácter da excursão” era “recreativo e pedagógico. E prossegue dizendo:

Tomamos o compromisso com o Sr. Reitor do Liceu para na volta lhe apresentarmos um relatório de todos os estudos feitos, tanto científicos como literários. (...) Além de espectáculos em Santa Cruz de Tenerife e Laguna, temos no nosso programa realizar conferências de interesse social, comercial e literário nas associações congêneres que visitarmos. A nossa visita oficial à Universidade de la Laguna será no dia 10 do corrente, aniversário de Luiz Camões. (...) O nosso professor Sr. Dr. João Cabral do Nascimento fará uma conferência Sobre Camões e alguns estudantes recitarão deste imortal épico. (...). (Excursão Académica de Estudantes Madeirenses às Canárias, 1927)

¹⁷ A notícia que utilizamos como referência faz-se acompanhar de uma fotografia do grupo estudantil.

¹⁸ Informa, também, o artigo que “como estava anunciado, partiu ontem para Santa Cruz de Tenerife, no vapor *Beneu*, um grupo de alunos do Liceu do Funchal que vão a Canárias em excursão de recreio e estudo”.

¹⁹ Sem referência ao jornal de origem, um recorte de jornal datado de 21 de julho(?) de 1927 (apontamento do escritor a lápis) da secção “Rádio-Jornal” transmite de *O Jornal*, Funchal, a notícia informando que *os estudantes madeirenses chegam hoje de Canárias. De bordo do Vapor “Immo” recebemos ontem o seguinte rádio-telegrama: S/s “Immo”, 20, às 17 horas.*

Tratou-se de um importante²⁰ evento cultural²¹ que à época dinamizou as colunas da imprensa local e das ilhas Canárias, tendo a comunicação social utilizado as ligações via rádio ou telegrama para manter o público informado ao longo da estadia do grupo estudantes da Academia funchalense de estudantes.

A propósito deste episódio histórico que marca o seu percurso de vida, João de Brito Câmara escreveu um soneto que dedicou “à madrinha dos estudantes madeirenses a Tenerife, em 1927, D. Ana Gil Roldan, e suas damas de honor”, intitulado “A Minha Capa” (Câmara J. d., Poesias Completas, 1967, p. 41).

Quando eu andar sozinho e vacilante,
De cãs brancas olhar de piedade,
Hei de lembrar, e sempre com saudade,
A minha capa negra de estudante.

Lembrança amiga dum viver distante,
Onde só há ternura e suavidade,
Bom testemunho duma mocidade
Que passou pela vida triunfante.

Capa adorada! Quando eu for velhinho,
Conta-me com doçura e de mansinho,
Todas as coisas belas do passado;

E não sei de melhor, mais linda sorte:
Cerrar os olhos ao surgir da morte
E ter tal companhia a nosso lado!

No outono de 1927, João de Brito Câmara começa uma nova fase da sua vida, desta feita na grande cidade de Coimbra.

²⁰ No seguimento da extensa entrevista de João de Brito Câmara já mencionada, o leitor consegue por um lado aperceber-se de questões socioculturais de um tempo histórico de um local, e por outro, dimensionar claramente a programação do intercâmbio cultural e da logística a ele subjacente. Por exemplo, os esforços da comissão organizadora para angariar fundos. João de Brito Câmara deixou claro que foi com muito “esforço” que conseguiram “arredar” do caminho todas as dificuldades. *Não pelo que respeita às diligências feitas junto do Sr. Ministro do Interior e do Sr. Governador Civil, não houve, pois, nada que não fizessem em nosso favor; refiro-me à dificuldades financeiras. (...) A do Teatro Municipal não correspondeu de maneira alguma ao que esperávamos. Estávamos convencidos que o nosso público, auxiliando tão prodigamente as excursões de estudantes continentais, com mais razão concorreria para a nossa. Mas as ilusões são próprias da nossa idade. Uma coisa, porém, deixarei bem vincada no seu “Jornal”: se vamos às Canárias é somente por virtude do nosso esforço e do nosso trabalho. Nem a Junta Geral, nem a Câmara Municipal, por falta de verba, puderam ajudar-nos com o seu auxílio. (...).*

²¹ Esta conferência e outras informações sobre o desenrolar dos acontecimentos, designadamente quanto à troca das experiências culturais entre Portugal/Madeira e Espanha/Tenerife geraram um intercâmbio bilingue ao nível da comunicação social. Cf. TERRY, Jacinto, “La estudiantina passa”, *La Prensa*. (8.06.1927); NÓBREGAS, E. Pestana, “Crónicas del Día. Gongora – Camoens”, *La Prensa* (11.06.1927). Documentos presentes no Espólio de João de Brito Câmara, “Atividade Literária” (Jornais e recortes sobre assuntos diversos).

Em Coimbra, iniciou a vida académica que foi de enorme importância para a sua formação ideológica e literária. Nesta época, a queda de Primo de Rivera era uma realidade, enquanto o Regime de Salazar dava os primeiros passos e vivia-se na Madeira tempos difíceis os quais eclodiram na Revolta da Madeira (1931/1932). Os ideais

O estudante das Leis viveu na então conhecida pensão da “Mariquinhas do leito Morno”, sita à rua dos Militares. Ambientou-se logo ao ambiente estudantil e aos poucos foi tomando a liberdade de embarcar em várias manifestações políticas, literárias e artísticas. Entusiasmado e destemido, participou ativamente nas pândegas estudantis. No entanto, o seu irmão Henrique e preocupado devido ao seu sucesso académico.

E o jovem não demorou muito em encetar discursos de cariz político no seio académico já que tinha a República como “forma de Estado português, complementada com a democracia social” (Textos biobibliográficos).

Na Universidade, foi ganhando prestígio entre os estudantes da toga e os da beca e em 1930 assume a Presidência da Associação Académica de Coimbra por um ano letivo. Segundo conta no livro ACC: Rostos do Poder (..) testemunha-se que:

No dia 14 de Novembro de 1931, o estudante republicano João de Brito Câmara toma posse como presidente da Associação Académica, juntamente com Armando Sampaio, Venâncio Gonçalves Vieira, Lourenço Pacheco e José Cristina. Na Assembleia-Geral fica Arlindo Vicente, com António Ferrer Correia como substituto. Num artigo publicado na revista Rua Larga, o próprio João de Brito Câmara conta como foi o período em que presidiu à Associação Académica. Corria o ano de 1937, e este já tinha regressado ao Funchal, cidade onde posteriormente ao curso viveu e trabalhou como advogado.(...) (Campos, 2009, p. 21)

No que à atividade literária diz respeito, foi em Coimbra que João de Brito Câmara teve a oportunidade de conviver com figuras marcantes do pensamento e literatura da época: José Régio, editor da revista literária *Presença*, Edmundo Bettencourt (coeditor), Branquinho da Fonseca, João Gaspar Simões.

Aqui também conheceu e privou com o artista Arlindo Vicente, de quem ficou amigo, e que veio depois a criar as ilustrações e a desenhar a caricatura que acompanham *Poesias Completas* (1967), título da última obra de poeta.

Nas suas redes de sociabilidade, o jovem contava com muitos colegas madeirenses, tendo feito outras amizades valiosíssimas para o percurso da sua vida, quer literária, quer política. Do seu grupo, destacamos nomes como Frederico de Mesquita Stranger, Alcides Strecht Monteiro, Rui Azevedo Guimarães, António Branco Camacho, Fernando Nolasco

da Silva, Lourenço Pacheco, Fernando Morgado Moura e José Tamgnini (o grande promotor da sua candidatura à presidência da associação de estudantes de Coimbra), entre outros (Textos biobibliográficos).

De regresso definitivo ao Funchal, nos anos 30, João de Brito Câmara acompanhou de perto o desenvolvimento do desporto como parte integrante da cultura e como marca de insularidade da qual se orgulhava e lutava em todas as frentes para se emancipar. Chegou a ser presidente da Associação de Futebol do Funchal, tendo colaborado com a Associação de Futebol de Lisboa na logística e diligências para tornar real o encontro desportivo entre a seleção da Madeira e a seleção de Lisboa. Decorrido o evento, João de Brito Câmara dá uma entrevista ao *Os Sports*, jornal na qual fala dos interesses e objetivos deste tipo de intercâmbios desportivos para o desenvolvimento da Região. Pelas palavras do próprio podemos notar a importância deste evento. Em relação à “visita dos lisboetas”, o presidente da Associação afirma ao jornalista que:

Está finalmente realizada a grande ambição dos desportistas madeirenses. (...) muitos ignoram as dificuldades que se têm de vencer para levar a cabo na Madeira empresas deste género, os pesados encargos que acarreta uma deslocação de jogadores continentais como a que se fez agora. (De regresso à Madeira. A opinião do presidente da Associação de Futebol do Funchal sobre a visita dos lisboetas, 1937)

Quanto à mensagem que JBC quis passar, uma vez que à época se julgava que o *football* atravessava um período de decadência, está expressa no seguinte excerto:

Estreitamos as nossas relações com o grande meio desportivo da capital, prodigalizando aos nossos hóspedes, aparte o natural bairrismo no campo da luta, as nossas melhores atenções e cuidados de forma a transformar-lhes a sua estadia nesta terra numas pequenas férias ; a de querermos lançar uma semente que por certo não será de todo estéril para a continuação de empreendimentos desta natureza; a de nos valorizarmos perante nós próprios e perante os nossos visitantes, buscando na sua classe e na sua indiscutível superior técnica o incentivo para maiores aperfeiçoamentos futuros. (...) A Madeira, efetivamente, precisa expandir-se. Tem valor para isso. (...) (De regresso à Madeira. A opinião do presidente da Associação de Futebol do Funchal sobre a visita dos lisboetas, 1937)

A vida profissional na área da advocacia quase sempre andava de mãos dadas com a sua intervenção cívica. João de Brito Câmara, logo após ter concluído “o curso de Direito em Coimbra (1932), e ainda que tenha sido convidado para se doutorar, este declarado

opositor do regime do Estado Novo”²² (Campos, 2009, p. 21), regressou à Madeira onde começou a exercer oficialmente a profissão a partir de 1932, como estagiário na Comarca do Funchal, no cargo de subdelegado. Posteriormente, abriu num consultório à Rua dos Ferreiros, n.º 75, zona nobre e mais antiga da cidade do Funchal, dedicando-se, como nos indica Mónica Teixeira (2005, p. 299), “às causas jurídicas da Ilha da Madeira que, no seu entender, resultavam de graves deficiências dos serviços de investigação criminal”.

Entretanto, em 1936 contraiu matrimónio com Élia de Brito Câmara (Textos biobibliográficos), constituindo assim família.

Por esta altura foi professor de disciplinas da sua área de formação e outras, no Liceu do Funchal e Escola Francisco Franco, segundo fontes consultados no espólio da Escola Francisco Franco, presente no Arquivo Regional da Madeira.

O prestígio profissional alcançou outras fronteiras, a ponto de João de Brito Câmara, em 1951, ter sido convidado para preencher uma vaga na então importante Companhia C.P.I.M, no Curaçau, e cuja função seria “fundar uma associação portuguesa jurídica e cultural (Teixeira, 2005, p. 299).²³

Desempenhou funções na qualidade de Delegado da Ordem dos Advogados (Delegação do Funchal da Ordem dos Advogados, 1953) na Madeira. Como homem das leis, publicou artigos jornalísticos e livros jurídicos. Procurou também, por meio da aquisição de livros, aproximar a vida jurídica madeirense às outras cidades mais desenvolvidas, nomeadamente estrangeiras.

Ser jornalista foi a estratégia encontrada pelo poeta para tornar públicas problemáticas sociais, tendo vista a mobilização da comunidade por via da informação e abertura de mentalidade. A sua atividade jornalística ao serviço da sociedade foi mais intensiva entre 1957 e 1965. Assim, expressava objetivamente assuntos de interesse público relacionados com o desenvolvimento perene das “Ilhas de Zarco” e com a injustiça social, demonstrando, assim, a sua luta pela democracia.

Em nome da democracia, da igualdade de direitos, entregou-se de corpo e alma à política nas décadas de 50 e 60 do Século XX. Embora com menos fervor, o escritor continuou a “fabricar” a sua lírica. Dizem os críticos, seus coevos, que talvez por deceção

²² João de Brito Câmara foi Presidente da Associação Académica de Coimbra (1931-32).

²³ À data da investigação da professora Mónica Teixeira sobre a história da literatura da Madeira, o espólio de JBC era particular e da pertença da família Brito Câmara. Dá conta de uma “carta a João Brito Câmara, 9. Fev. 1951 (assinatura ilegível)” a qual se encontra disponível para consulta em “Documentos Pessoais”, cx. 1, n.º 188

com a vida e suas as vicissitudes tenha ficado cerca de 16 anos sem dar à estampa nenhum livro de poesias.

Mónica Teixeira (Barros, 2014: 392) termina “a história biográfica” do seu arquivo pessoal, sublinhando factos de uma parte da sua vida que continua na sombra e merecia ser explorada. Afinal foi por mérito de cidadão exemplar que há uma rua no Funchal com o seu nome.

Atendendo ao descrito nos João de Brito Câmara distinguiu-se como um vibrante orador em comícios de propaganda política. Inscreveu-se no M.U.D. (Movimento de Unidade Democrática). E nesta qualidade, tornou-se delegado da Comissão Distrital das Campanhas Eleitorais de Norton de Matos de 1948 a 1949 e do general Humberto Delgado em 1958. De 1958 a 1960, sofreu quatro processos judiciais interpostos pela P.I.D.E. Três foram processos crimes. Veio a ser preso no Funchal. Como jurista, era muito considerado. Numa tentativa de aproximar a jurisdição do público comum, editou algumas das suas alegações forenses, em artigos de jornais e em opúsculos

Na tão afamada Casa do Alto, João de Brito Câmara adorava receber os seus amigos. A correspondência expedida e recebida entre amigos chegados ligados às várias atividades profissionais, é testemunho do anfitrião que era, da hospitalidade, disponibilidade e amabilidade como o “Senhor-Poeta” que os recebia, inclusive na sua casa de férias do Porto Santo, onde esteve, por exemplo Fausto José.

Foi na Casa do Alto que faleceu, vítima de doença prolongada, a 26 de dezembro de 1967.

3. Atividade Literária e Cultural

3.1. Redes de sociabilidade: a correspondência privada

Ao longo da história da humanidade, encontramos registos do desenvolvimento biopsicossocial do ser humano relativamente ao processo comunicacional. Manifestamente presente nas atividades quotidianas, a comunicação permite a troca de ideias, pensamentos e objetos por meio da interação social promovendo não só a partilha de saberes, saberes-fazer, de sistemas de valores e tradições entre indivíduos do mesmo ou de grupos diferentes, como também fomenta a disseminação cultural e a integração social.

A comunicação por natureza reflete não só uma relação dialógica baseada num quotidiano social, como também permite, independentemente do tipo de linguagem requerido para tal, observar fenómenos sociais e antropológicos que concorrem para a

compreensão e estudo do comportamento individual, nomeadamente as conexões que estabelece consigo próprio e como os outros.

Acerca da complexidade do ato de comunicar, Jorge Pedro Sousa, em *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media* menciona que:

(...) Assim, pode-se pensar na comunicação em duas grandes asserções: 1) A comunicação como o processo em que comunicadores trocam propositadamente mensagens codificadas (gestos, palavras, imagens...), através de um canal, num determinado contexto, o que gera determinados efeitos; e 2) A comunicação como uma actividade social, onde as pessoas, imersas numa determinada cultura, criam e trocam significados, respondendo, desta forma, à realidade que quotidianamente experimentam (Gill e Adams, 1998: 41).

Estas duas proposições não são, porém, estanques, mas sim complementares (...)

A comunicação é indispensável para a sobrevivência dos seres humanos e para a formação e coesão de comunidades, sociedades e culturas. (Sousa P. J., 2006, pp. 23-24).

Abordando a competência “sociocomunicacional” como capacidade que se desenvolve à luz do processo de aprendizagem do ser humano, e focando a importância da compreensão do processo comunicacional como ato que influencia sobremaneira as relações interpessoais, Augusto Guerreiro refere-se assim relativamente à complexidade do ato de comunicar, corroborando a teoria de Jorge Pedro Sousa:

A vida em sociedade resulta, em nosso entender, de dois processos complementares: a comunicabilidade e a sociabilidade. Entender os processos comunicativos e a forma através dos quais os atores sociais se relacionam, traduz-se na metáfora tão em voga “a comunicação é como uma dança” justificável quando a complexidade dos jogos de comunicação recorrem [sic] à linguagem verbal e não-verbal. (Guerreiro, 2015, p. 56).

Ora, se tanto a carta como o jornal são veículos de comunicação escrita criados pelo Homem, realidade esta decorrente da necessidade biológica deste em conviver, partilhar e se fazer entender por meio da linguagem aos seus semelhantes e vice-versa, estes documentos informativos/expressivos denotam em si especificidades da construção de sentidos recorrendo à escrita no papel (Alain & Chartier, 1994, p. 720) como meio de comunicação eleito “propositadamente pelos “atores sociais”

Ambos fazem parte dos mecanismos e elementos evocados no quase indefinível conceito de comunicação (Serra, 2007) e tendo presente o paradigma da pirâmide dos níveis de comunicação preconizado por Mcquail & Windahl (2003) poderá processar-se de acordo com a atitude e desígnios do emissor aquando do envio da mensagem. Na pirâmide os níveis de comunicação encontram-se estratificados hierarquicamente.

Na base desta encontra-se a comunicação intra-pessoal, pois a este nível estão ligados a introspeção, os pensamentos do emissor sobre o sentido da vida e da percepção do mundo ao redor, digamos é o nível do seu imaginário.

A seguir, surge a comunicação interpessoal, típica da interação, da correspondência entre emissor e recetor, do diálogo e da “sedimentação de todas as formas de comunicação”.

Nos níveis intermédios entre a base e o topo da pirâmide – comunicação institucional ou organizacional que engloba a interação entre indivíduo(os) e sistemas (políticos, sociais, empresas), alargado a toda a sociedade, e onde surgem as funções dos *mass media*, Mcquail & Windahl (2003) propõem o nível do processo comunicacional intra grupal, o qual se desmembra em dois e que definirá o grau de aproximação e formalidade entre emissor e recetor: a família e núcleos de amizade; a comunidade local.

Na contemporaneidade, a carta enquanto meio físico de transmissão de mensagens num espaço privado cedeu lugar ao *email*. Já o jornal impresso vai dando hoje lugar às versões eletrónicas para sobreviver às preferências do público-alvo e aos desígnios da globalização, nomeadamente ambientais.

Partindo deste pressuposto teórico, procuraremos analisar a correspondência e a prática jornalística de JBC, enquanto “processos complementares de comunicabilidade e sociabilidade, de acordo com Augusto Guerreiro (Guerreiro, 2015, p. 56) por forma a extrair deste tipo de documentos autênticos e não-literários singularidades do *modus operandi* artístico e cultural do autor, num espaço físico que oscila entre a ilha da Madeira e o continente português e, simultaneamente, aferir como estes denotam as redes ou relações de sociabilidade do poeta e seus contemporâneos em meados do século XX, possibilitando ainda descortinar curiosidades acerca de um “Outro” (indivíduo e sua sociedade), visto que “mundo é, inevitavelmente, interpretado por cada pessoa, adquirindo significados, pois só assim se torna compreensível” (Sousa P. J., 2006, p. 24).

No âmbito dos estudos das Ciências Sociais e Humanas o recurso a este tipo de fontes primárias funciona como textos testemunhais de tempo, espaço, ideias, história, cultura das sociedades e simultaneamente emergem cada vez mais como documentos históricos “Monumentos”, segundo Jacques Le Goff (2001) . Na maioria, os investigadores procuram estes documentos com o intuito de trazer autenticidade, originalidade e validação científica às suas narrativas, enriquecendo-as culturalmente, facto este que colabora para abrir o apetite

aos curiosos interessados, conduzindo-os à sua leitura independentemente dos objetivos e interesses do leitor (Pennac, 1998).

Nesta mesma linha, tanto a carta como os textos jornalísticos frequentemente são convocados como auxiliares para interpretar, explicitar e dar a conhecer a factualidade de um tempo passado que se quer inscrito e reconhecido num tempo presente como forma de promover o desenvolvimento do “conhecimento”, e também para aumentar o nível de literacia cultural dos indivíduos-

Tomando em linha de conta os objetivos gerais do nosso trabalho, e nesta perspetiva, também convocaremos para o nosso estudo documental este tipo de fontes.

Deste modo, iremos tentar explicar linhas e teorias concetuais no que toca às práticas epistolares e jornalísticas para assim compreender em que medida estes recursos se tornam importantes no estudo da vida e obra de JBC, mais especificamente a sua vida literária e cultural.

Por questões de tempo e espaço inerentes à natureza deste trabalho, não aprofundaremos a teorização sobre a história dos meios de comunicação, nem abordaremos a teoria da comunicação e da informação, nem nos debruçaremos não de forma exaustiva acerca da historicidade e fundamentos do género epistolar e do jornalismo. No entanto, estamos conscientes que apelaremos durante o estudo de descodificação destas fontes documentais carregadas de significado, às teorias semióticas ou à teoria da receção, entre outras, visto tratar-se de textos cujos assuntos estão voltados para aspetos culturais da vida literária de um escritor, tais como a edição e publicação de um livro e o seu mediatismo responsável também para a sua circulação enquanto objeto de arte.

Num curioso ensaio sobre a personalidade de Maria Lamas, coeva e amiga pessoal de JBC, intitulado *Maria Lamas: o despertar da mulher num percurso escrita epistolar para a escrita pública*”, as autoras Margarida Falcão e Ana Moniz (2016) tecem algumas considerações sobre as razões que levavam os intelectuais, letrados e artistas portugueses de meados do século XX a optar por esta dialética textual.

Para além de dar a conhecer alguma da correspondência inédita e privada de Maria Lamas com Bernardete Falcão, fazem referências de teor concetual sobre a epistolografia e o jornalismo na época da censura do regime salazarista e que nos pareceram pertinentes pois auxiliam-nos sobremaneira a encontrar pistas e pontos que nos permitem estabelecer

teoricamente esta ponte entre escritores, discurso epistolar e texto jornalístico no panorama cultural português e madeirense de então.

No espaço público (entendamos a imprensa escrita), comentam as investigadoras que Maria Lamas inseria e partilhava socialmente “concepções modernas, e à época interditas, do âmbito privado da família, tais como o comportamento da mulher e o diálogo com os e as leitoras” (Falcão & Moniz, 2016, p. 44).

Partindo das datas da correspondência escolhidas para análise, sublinha-se neste texto que as décadas de 40 e 60 do século XX, cujos “modelos e códigos comportamentais” se encontravam interligados a aspetos sociais de âmbito económico, político ou artísticos, são representativas de um “eixo temporal de cruciais mudanças sobre os conceitos de jornalismo e de epistolografia”, tendo estes evoluído na “viragem do século XXI, tanto na relação um com o outro como na relação, por exemplo, do íntimo com o privado” (Falcão & Moniz, 2016, p. 44).

Assim, e para começo do embasamento teórico e concetual destes dois tipos de texto pragmaticamente considerados não-literários, atentemos nas palavras das autoras do ensaio acima citado, as quais nos são valiosas pois é possível estabelecer relação idêntica para o estudo da vida e obra de JBC, pese embora neste trabalho se dê primazia e destaque à correspondência.

Gostaríamos de poder interpretar esta permuta, partilha, troca ou, até, interação entre a escrita dirigida a uma comunidade e a escrita com destino pessoal ou familiar, como uma denúncia, não de materialização subjectiva de uma imposição vinda do mundo exterior ao sujeito, mas como o desejo de projecção da interioridade individual no mundo vivencial das experiências sociais e humanas, partindo das mais pessoais e íntimas para as mais sociais e gerais. Maria Lamas teve, ao longo da sua vida, a possibilidade de escolher entre estas duas atitudes.

Dados os circunstancialismos políticos do salazarismo, escolheu, como subterfúgio para libertar a palavra, a infracção ao usual, ou seja, inserir a tradicional esfera privada na usual esfera pública da política, e vice-versa, tendo, por isso, sido a já referida “mulher de cultura no exílio”, pioneira do jornalismo feminino e do jornalismo de investigação em Portugal, e lutadora, uma lutadora contra o fascismo que acabou por receber, no pós-salazarismo, a comenda da Ordem da Liberdade. (Falcão & Moniz, 2016, p. 42).

Como se pode verificar neste excerto, parecem estar manifestadas questões complexas que envolvem os processos comunicacionais e de sociabilidade e que podemos transpor para o caso de JBC: o “Eu” e o “Outro”; domínio privado e o espaço público, que denotam níveis de comunicação que oscilam entre o intra, interpessoal, intragrupal e

organizacional (Mcquail & Windahl, 2003); subjetividade e objetividade; realismo e ficção; relação entre o jornalismo e a correspondência.

No subtítulo “Uma vocação de jornalista”, Mónica Teixeira refere-se à veia jornalística do escritor e advogado do Funchal, afirmando que esta “revela-se desde muito jovem”, e curiosamente comenta:

(...) Tinha cerca de quinze anos de idade e era ainda um estudante do Liceu do Funchal, [o Espelho, jornal “semanário” da sua autoria] revela não só o seu grande amor pela expressão verbal na sua comunicação com o mundo, mas, essencialmente o seu apreço pela divulgação fiel e autêntica da palavra informativa. [Apresenta-se] como a base da iniciação à linguagem denotativa, em oposição à poesia como linguagem literária para o sentimento. Em João Brito Câmara, esta dicotomia permaneceria até ao fim da sua vida: o jornalismo para divulgar aos outros o seu pensamento de jurista e político; a poesia como língua íntima do coração para fazer decifrar o seu íntimo. (Teixeira, 2005:291-292)

Do ponto de vista metalinguístico é igualmente interessante notar que a correspondência, pela reciprocidade que a Caracteriza, surge como título de secções ou subsecções jornalísticas, corroborando que ambos os textos concorrem para a perceção da “complexidade dos jogos de comunicação” (Guerreiro, 2015, p. 56).

Assim, JBC ao tornar-se correspondente dos jornais nacionais e enviava por correio as notícias datilografadas para serem publicadas, algumas das quais se encontram no seu espólio. E, segundo Mónica Teixeira diz no subcapítulo “Um colaborador da imprensa”²⁴:

Desde de 25 de fevereiro de 1955, João de Brito Câmara, por nomeação, representava também a ilha da Madeira no vespertino da capital República, como seu redactor correspondente.

Sob a direção do Dr. Carvalho Duarte, no dia 28 de janeiro de 1955, havia publicado “**Carta da Madeira**”, que fora decisiva para integrá-lo como jornalista nos quadros deste importante jornal.

Por esta coluna social e cultural, durante cerca de uma década foram noticiados no continente os factos de maior importância da vida cultural, social e económica do Arquipélago da Madeira. (Teixeira, 2005, p. 296).

Sobre a secção jornalística destinada à correspondência do leitor e continuação do seu espaço nas colunas dos jornais impressos e/ou *online*, em 2014, Maria Torres da Silva teceu considerações sobre as “cartas de Leitor”, que igualmente têm uma história associada ao jornalismo. A investigadora explica que nos dias que correm estas assumem um papel na

²⁴ O negrito é da nossa autoria.

mediação da opinião pública, como podemos verificar neste excerto, e que não deixa de ir ao encontro do nosso discurso acerca do papel da correspondência e dos textos jornalísticos para o entendimento das redes de sociabilidade:

(...) As cartas dos leitores, enquanto parte poderosa do discurso da imprensa (cfr. Richardson, 2007: 149), constituem uma arena essencial de discurso público, onde os seus participantes articulam as suas preocupações, opiniões e até mesmo frustrações (cfr. Sotillo et al., 1999: 413).

Permitem, por isso, um alargamento da comunicação pública e a introdução de novas perspectivas no debate – o seu potencial para a participação de um público, ou de vários públicos, coaduna-se, assim, com a teoria da democracia deliberativa, que entende a discussão crítica e a troca de argumentos entre os cidadãos (e não meramente a sua informação acerca de matérias de interesse público, que lhes permitam fazer escolhas válidas) como fundamental para o processo de tomada de decisão.

Com efeito, a chamada sociedade civil, sendo menos organizada que outras instituições formais de opinião pública, possui a capacidade única de identificar novas problemáticas sociais e, assim, fazer com que os temas penetrem na agenda pública, tornada visível pela mediação dos mass media. (Silva M. T., 2014, p. 3).

Ainda tendo presente o ensaio citado acerca da correspondência e faceta jornalística de Maria Lamas, também se alude a esta componente metalinguística, uma vez que a jornalista, diretora da *Revista Modas e Bordados*:

(...) assumia a responsabilidade de uma rubrica de correspondência, a secção “O Correio da Tia Filomena”, que ocupava uma coluna na qual se opinava sobre as mulheres e a sua condição, particularmente em Portugal. Foi esta “Tia Filomena” quem primeiro incentivou Bernardete Falcão (então Bernardete Simões, apelido de solteira) a colaborar na *Modas & Bordados*, com a novela *Paulina* publicada em folhetim na secção “Histórias dos humildes” (...) (Falcão & Moniz, 2016, p. 42).

3.2. A correspondência nos bastidores do sistema literário

Muito se tem falado atualmente sobre o valor do estudo da correspondência, independentemente da área do saber, pelo seu valor testemunhal, com características específicas que as diferenciam de outros documentos autênticos presentes em acervos.

O estudo da correspondência em espólios particulares de escritores nacionais e internacionais tem concorrido, não só para os estudos históricos, mas também para a

descoberta e compreensão dos meandros das redes de sociabilidade e comunicacional de elites políticas, intelectuais, literárias e artísticas.

Neste sentido, e atendendo ao valor da correspondência, António Moraes (Moraes, 2007, p. 117) tem teorizado o estudo da epistolografia partindo de três vertentes. No geral, primeira destina-se aos estudos da história da literatura e à construção de biografias. O terceiro está encaminhado para o estudo da carta como objeto cultural com interesses para a Crítica Genética, entre outras. Já a segunda,

(...) procura lançar luz sobre a movimentação nos bastidores do sistema literário. Nesse sentido, o empenho na divulgação de um projeto estético, as divergências entre grupos e os comentários sobre a produção literária e artística contemporâneas aos diálogos contribuem para que se possa compreender que a cena literária (livros, periódicos e alterações públicas) tem raízes profundas nos “bastidores”, onde situam-se as linhas de força do movimento. (...)

O valor do estudo da correspondência privada e pública de grandes personalidades da cultura portuguesa do século XX, quanto a Carina Infante do Carmo (1996, p. 101) são:

Dos discursos pessoalizados que a “sinceridade” romântica consagrou, a carta de um escritor parece trazer, na letra redonda da assinatura, fiapos de um quotidiano esquecido pela ribalta das obras, o monólogo, conversado em diferido, entre dois contemporâneos. Por essa valia testemunhal, quantas vezes uma carta não fez já incorrer na falácia da gênese literária que liga, sem mais, as margens da vida à obra?

A troca de cartas era uma prática intelectual e cultural foi diversamente utilizada por escritores de todo o mundo. No caso português, destaquemos escritores e personalidades da história da literatura e cultura, como por exemplo: Fernando Namora, com quem JBC trocou correspondência, Adolfo Casais Monteiro, António Sérgio, José Saramago, Marcelo Caetano, Ferreira de Castro Eça de Queirós, Antero de Quental, entre outros.

Neste âmbito, vejamos a definição de carta nas palavras de (Abes, 2015, p. 47)

A carta se situa em um limiar no qual ocorrem permanentes derivas entre gêneros considerados assaz distintos. Entre diário íntimo e prosa de ficção: eis a primeira deriva. A segunda se encontra na relação do sujeito com o destinatário e consigo mesmo. Em outras palavras, aquele que escreve missivas pode tencionar para um movimento de persuasão, de representação, de confissão, de testemunho ou de debate, transitando entre persona, que emprega artifícios persuasivos, ou pessoa que se abre ao outro, que se dá a conhecer, ou que se revela a si mesmo. (Abes, 2015, p. 47)

Tendo em vista esta definição de carta, no capítulo “Correspondências” do livro *As Mãos da Escrita*, dissertando sobre o papel das cartas “Éditas” ou Inéditas, nomeadamente nos tempos do regime de Salazar, Teresa Mónica refere o seguinte:

Praxis sociocultural, as cartas podem ser analisadas através da sua qualidade literária e/ou como fonte valiosa para a compreensão de determinada época. Poetas e Prosadores, políticos e homens de letras com diferentes profissões, românticos, realistas, modernistas, todos recorreram a este meio de comunicação até à atual revolução nas telecomunicações. (...) A leitura destas epístolas, que podem ser longas, bilhetes, telegramas, cartas ilustradas ou postais, pressupõe familiaridade com o contexto histórico, bem como com os códigos de etiqueta. (Mónica, 2007, pp. 332-333)

Assim sendo, esta prática sociocultural, que utiliza a carta como meio de comunicação “intra e interpessoal”, desde sempre foi alvo de estudo no âmbito dos estudos literários para a compreensão do escritor, do seu tempo e da sua obra.

É através de abordagens à epistolografia que os estudiosos procuram conectar-se com o escritor por forma a obter outras informações que possam de uma maneira ou de outra apreender a história literária, as correntes literárias mais atuantes ou mesmo sobre o seu pensamento, isto porque, na ausência do diálogo “tête-à-tête, a carta ocupa o espaço de “encontro” onde a comunidade de intelectuais, letrados artistas refletem, promovem a crítica literária e procuram “validar” os seus textos como “Arte Poética”.

Nas palavras de Isabel Seara (Seara, 2006, p. 47) em *Da epístola à mensagem electrónica: metamorfoses das rotinas verbais*:

(...) A comunicação epistolar é um modo de comunicação assíncrono, específico, cuja análise deve estar estreitamente relacionada com a análise da situação: a problemática contextual, o quadro espaço-temporal e a situação dos interlocutores ou participantes que releva da categoria social e dos papéis relacionais. (...)

Nesta mesma linha e a propósito, Maria Piazza em *Políticas de amizade: Portinari e o mundo cultural ibero-americano*, aponta que:

“(...) as correspondências são analisadas como locus de sociabilidade intelectual, o que permite vislumbrar que «a escrita epistolar é, portanto, uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos. Isso ocorre em sentido duplo, tanto porque se confia ao “outro” uma série de informações e sentimentos íntimos, quanto porque cabe a quem lê, e não a quem escreve (o autor/editor), a decisão de preservar o registro. A ideia de pacto epistolar segue essa lógica, pois envolve receber, ler, responder e guardar cartas”», como chama a atenção Ângela de Castro Gomes.(...) (Piazza, 2006, p. 223)

Curiosamente, e a propósito, atente-se nesta missiva de agradecimento enviada de JBC ao seu amigo e artista plástico Manuel Mendes (Câmara J. d., [Missiva de João de Brito Câmara a Manuel Mendes], 1966)²⁵, data de 22 de outubro de 1966:

Meu ilustre amigo,

Nesta mala, apenas ‘pra’ corresponder – medida do possível! – à efetuosa e gentileza da oferta, autografada, de dois excelentes livros da fecunda lavra do meu bom amigo, expedi, com modesta dedicatória, a última expressão do meu ultrapassado lirismo, o livreco de poemas “Ilha”, publicado já lá vão 16 anos.

A dureza da Vida, ou a debilidade da chama, de então para cá nada mais tem permitido que apressados apontamentos que no fundo das gavetas, providencialmente, vai sepultando, num melancólico cemitério que – espero – para bem das letras pátrias, nunca mais seja objeto de u possível fenómeno de ... Ressureição! (...)

Na vossa próxima visita a esta Ilha e que tanto prazer nos dará, espero, então, de viva voz, trocar algumas impressões da leitura dos seus magníficos livros, que já iniciei – “pianinimo” – para intensificar nos lazeres que após tanta “arrumação”, já estão à vista felizmente.

Os meus melhores cumprimentos para a sua mulher, minha senhora, e para si, com o apertado e afectuoso abraço deste seu sincero amigo, muitos [palavra imperfectível], e gratíssimo

João de Brito Câmara

Todavia, a bibliografia em torno desta temática – epistolografia - não abunda, mas é recorrente encontrar artigos, ensaios e estudos nos quais se verificam fundamentos teóricos e metodológicos sobre algumas abordagens levadas a cabo para desenvolver o estudo da correspondência com finalidades diversas.

A partir das reflexões de António Moraes, conhecido pelos estudos levados a cabo no domínio da interpretação da correspondência de Mário de Andrade, têm surgido novos ensaios que concorrem para uma melhor delimitação da correspondência como género epistolar.

Num artigo que intitulado “*As Veredas do Género Epistolar: história e fortuna da correspondência de Baudelaire*”, Abes (2015), que tem em linha de conta os estudos de António Morais, menciona que o género epistolar encontra-se:

entre os géneros híbridos. Daí decorre a impossibilidade de uma catalogação unívoca, o texto da carta oscilando entre ficção e documento testemunhal. Não se trata

²⁵ Nesta carta JBC agradece-lhe os livros e envia-lhe um seu, de poesia. Convida-o a uma visita à Madeira.

categoricamente de um diálogo com um interlocutor ausente, tampouco de um texto puramente literário. (Abes, 2015, p. 47)

No mesmo sentido, e atendendo também as linhas orientadoras de António Moraes, Regina Kohlrausch define o género epistolar e seu interesse no âmbito dos estudos histórico-literários:

(...) Para Moraes, a carta, vista como objeto cultural, “nos remete ao suporte e a seus significados, assim como à história das condições materiais da troca epistolar prestando-se também à transfiguração artística, a fetiches e à exploração econômica”.

Enquanto ato, afirma Moraes (2008, p. 8), “a carta, no campo semântico da representação teatral, coloca “personagens” em “cena”, pois o “remetente assume “papéis”, ajusta “máscaras” em seu rosto, reinventando-se diante de seus destinatários como objetivos afetivos ou práticos definidos”.

Enquanto texto, segundo Moraes, validado assim pela retórica e pelos estudos linguísticos/filológicos, a carta/texto atrai também os olhares das mais diversas áreas do conhecimento, da história à psicologia (e psicanálise), da sociologia e filosofia às artes em geral, das ciências exatas às biológicas, olhares que desejam captar testemunhos e ideologias, fundamentos artísticos e científicos, experiências vividas ou imaginadas.

Os estudos culturais privilegiam essa voz da intimidade, atravessada por ideologias. Na teoria e nos estudos literários, a cara/texto tanto pode ser “material auxiliar”, ajudando a compreender melhor a obra e a vida literária, quanto escrita que valoriza a função estética/poética; ou, ainda, “texto literário” nas paragens do romance epistolar. (MORAES, 2008, p. 8-9). (Kohlrausch, 2015, p. 149)

Sobre esta temática, num artigo intitulado “Apontamentos sobre a Cultura Escrita e práticas epistolares” (Costa & Gastaut, 2017), as autoras referem-se desta forma ao estudo da epistolografia:

A escrita epistolar é um dos processos de afirmação das práticas da cultura escrita – em uma sociedade que se torna cada vez mais grafocêntrica – no período compreendido entre o final do século XIX e o começo do século XX.

Escrever cartas é uma prática social da cultura escrita que se generaliza e populariza ao mesmo tempo em que uma parcela maior da população é alfabetizada e são criados os sistemas escolares. É preciso compreender a escrita epistolar como uma rara oportunidade de transitar pela história de diferentes territórios da intimidade, por relações de amor e amizade, por experiências singulares de sociabilidade.

A cultura escrita Caracteriza um modo de organização social³ e «vai desde o livro ou o jornal impresso até a mais ordinária, a mais cotidiana das produções escritas, as notas feitas em um caderno, as cartas enviadas, o escrito para si mesmo». Escrever, de acordo com Castillo Gómez «sinaliza para uma atividade mais espontânea e até subjetiva». (Costa & Gastaut, 2017, p. 1)

No que ao nosso trabalho de investigação diz respeito, este breve enquadramento teórico é importante para validar as nossas premissas iniciais. O interesse pelo estudo da correspondência expedida e enviada do escritor resultou de uma leitura diagonal e

desinteressada dos elementos descritivos do espólio de JBC, nos quais salta à vista o número de documentos arquivados relativamente à correspondência em diferentes dossiers, seja de ordem privada ou de ordem pública.

Uma vez consultada, e após uma leitura direcionada à investigação, a correspondência revelou-se deveras pertinente para a construção do seu perfil biográfico e, como já tivemos oportunidade de referir, para o conhecimento de toda uma rede de comunicabilidade e de sociabilidade, sendo possível através destas verificar toda uma *praxis* em volta da criação artística numa época marcada pela censura de Salazar.

3.2.1. Do início da criação poética a *Poesias Completas*

O dom pela escrita criativa e poética cedo se manifestou, ainda JBC era um jovem estudante da escola primária. No espólio, João de Brito Câmara deixou-nos, para um dia recordar, um conjunto de textos manuscritos outros datilografados, datados de 1924-1927 aproximadamente,²⁶ alguns rasurados fruto e testemunho do seu labor sobre o papel. Os poemas convidam o leitor a conhecer o alvorecer do seu lirismo e a adoração pela ilha da Madeira.

Entre os textos inéditos, escolhemos o poema “Ilha da Madeira”, extraído do seu caderno manuscrito de poesias “Musa Da Mocidade” (Textos biobibliográficos)²⁷:

Ó lindo regaço de flores!
Expressão última do belo!
Ilusão de todos os amores,
E da paixão qu’eu inda velo.
Como tu linda queria eu ser,
Possuir teus montes medonhos!

²⁶ Na Secção Atividade Literária – “Textos Inéditos” do espólio do escritor estão presentes os seguintes documentos manuscritos e datilografados:

Um panfleto de jazz, manuscrito e ilustrado, intitulado Penca Penca. S.d., Cx. 3n.º 1; Um caderno escolar manuscrito a lápis, intitulado «Apontamentos de História e Literatura Francesa de João Figuerôa Câmara, 6.º ano de Letras, 2.º vol», Cx. 3 n.º 2; Um caderno manuscrito com poemas intitulados «Musa da Mocidade». 1924-1925, Cx. 3 n.º 3; Quatro cadernos manuscritos intitulados «Romance. Cinismo». Anexa dois apontamentos, Cx. n.º 4 a 7; Um recorte de jornal escolar com o artigo «O Campo, Cx. n.º 8; Dois exemplares de O Espelho, n.º 6 e n.º 7 (jornal manuscrito escolar). 25 Fev. 1924 e 03 Mar. 1924, Cx. n.º 9 e 10; 48 apontamentos dispersos, em prosa e poesia, Cx. 3, n.º 11; Quatro poemas intitulados «Soneto», «Pedro Sem» ; «Lealdade e Camaradagem» (homenagem ao Dr. Fausto José) e «Entreacto». Cx. 3, n.º 12; Uma tradução do poema «If...», de Rudyard Kipling, Cx. 3, n.º 13; Um poema datilografado, intitulado «Regresso». Cx. 3, n.º 14; Um caderno datilografado intitulado «Poesias. Brito Câmara e Prosa», Cx. 3, n.º 15. Esta descrição está de acordo com o inventário do arquivo - elementos descritivos (Barros & Teixeira, Arquivo de João de Câmara: Instrumentos descritivos, 2016, pp. 24-35).

²⁷ Uma vez que se trata de um caderno manuscrito, as palavras ilegíveis encontram-se entre parênteses retos.

Pra eu a grande altura erguer
A dor de todos os meus sonhos!

Ter teus céus, ter a tua pureza
Tua magnitude, essa calma
P'ra ver se podia sem reza
Tornar tão límpida a minh'alma.

Esse teu oceano lindo
Que se espelha nessa [ntenção]
É o deserto que busco infindo
P'ra enganar à ilusão.

Vão a ti loucos recorrer
Subindos dos montes [cumes]
Do mal, não deixas morrer
Mas matas-os c'os teus perfumes!

Quem fez-te ó querida assim tão bela
Tão florida, tão perfumada?
Ou serias alguma estrela
Que caiu desamparada?

Tua b'leza, perfumes teus
Tuas campinas, tuas flores
Não foi obra do cristo Deus
Mas de sonhos d'alguns amores!

Durante o seu percurso académico na Madeira, JBC foi burilando o labor poético. A exemplo disso é o poema “Cruz da Montanha” proclamado a 28 de Maio, na récita Académica no Teatro Arriaga”, do *Diário da Madeira* (1927). Registe-se a propósito que, já nesta fase, este o outros poemas. Assim, permitem aferir a veia poética do escritor que se revelou desde muito cedo. Como lembra João Gaspar Simões, “a poesia surge, *ab origine*, em cada poeta que principia a escrever versos”. (Simões, 1959, p. 13).

Posteriormente, este poema foi incluído no “Primeiro Livro” de *Poesias Completas*, tendo sido dedicado ao seu “amigo seguro e certo”²⁸, Nuno Rodrigues dos Santos, “como recordação da récita dos estudantes do Liceu do Funchal de 20 de Maio de 1927.” (Câmara J. d., *Poesias Completas*, 1967, p. 35).

²⁸ Da análise da troca da correspondência entre João de Brito Câmara e Nuno Rodrigues dos Santos, foi possível aferir que este finda sempre as missivas com “Amigo seguro e certo”, o que não deixa de ser curioso na medida em que revela o grau de proximidade, amizade e confiança. Na mesma linha, e por mera curiosidade, escritor Fausto José despede-se sempre com a expressão “do seu grato e muito dedicado amigo.

Antes de ingressar no meio acadêmico em Coimbra para cursar advocacia, escreveu o livro de poesias *Manhã*, lançado em outubro de 1927, em pleno movimento presencista, cujo prefácio é da autoria de Cabral do Nascimento. Sobre o jovem escritor e a sua estilística comenta que é:

(...) “um singular fenómeno que um dia os críticos explicarão, conseguiu não ser tocado dessa velharia tão espalhada entre a gente nova que se chama paradoxalmente o modernismo. Efetivamente o poeta dá aos vocábulos o significado que geralmente têm (...) mede conforme preceitua a estilística; e – o que é deveras assombroso – põe assunto, e muito sério, em todos os poemas que compõe. Por certo que estamos em face de uma criatura que pensa: aí labuta o gérmen de futuras especulações filosóficas, uma alma que interroga Deus sôfrega de conhecer o porquê das coisas e o mistério universal em que a comunidade se debate. Num rapaz de 18 anos, idade em que os seus outros confrades fazem da poesia um divertido xadrez de palavras sonoras, esta preocupação mental dá-nos o direito de profetizar para João Brito alguma coisa mais que um banal futuro de verzejador esperto. (...) (Câmara J. d., 1967, pp. 21-22).

A obra poética teve aceitação positiva na comunidade intelectual e cultural local e foi anunciada na imprensa escrita. Nomeadamente, no *Diário da Madeira* de 23 de outubro 1927 um jornalista da Rúbrica “Bibliografia” dá nota do lançamento do livro, elogiando o jovem poeta:

O primeiro livro de versos de João de Brito Câmara que concluiu este ano o curso do Liceu (...) é um repositório de trabalhos poéticos de vários metros, alguns deles já conhecidos do público através dos jornais desta cidade. João de Brito Câmara que se revelara logo nos primeiros versos um esperançoso cultor de poesia vem comprovar com o seu livro o justo apreço em que o tínhamos. (...) tem inspiração e pensamento, o que hoje não é comum e muito raro será na sua idade. (...) (“Manhã” por J. de Brito Câmara, 1927)

Dez anos depois do seu regresso de Coimbra, o escritor publicou uma coletânea de poesias, com o título *Relance* (1942).

Um ano depois, em 1943, com alto patrocínio da Câmara Municipal do Funchal, decorrente de um concurso literário lançado, JBC vê “*Auto da Lenda*” (1943)²⁹, que narra a Lenda de Machim, pois sempre foi fascinado pela época dos Descobrimentos, mais precisamente ao que a Madeira diz respeito. (Teixeira, 2005, p. 319).

²⁹ A Sessão – Atividade Literária – Correspondência sobre o *Auto da Lenda* é toda ela dedicada à receção crítica da obra, devido a ser um “livro imoral”. (Teixeira, 2005, p. 322).

Ilha (1950), mereceu destaque em suplementos, revistas e jornais nacionais e regionais, tendo prestigiado sobremaneira a sensibilidade e arte poética, desta feita inspirado nas paisagens da ilha da Madeira. O alcance foi tanto, que JBC viu um estudo da autoria de Fernando Namora sobre a sua obra e talentos poéticos, intitulado “Um Poeta da ilha da Madeira”, na revista *Vértice* (1951).

Intelectual de evoluída mentalidade, escritor nato e de reconhecido talento, lançou livros de poesia³⁰, dos quais se tem destacado a coletânea *Poesias Completas* (1967) não por ter sido a última obra editada, mas porque dele fazem parte um conjunto de textos líricos, de forma particular e não gratuitamente dispostos em livro, que denotam o percurso de vida de um “Eu”, primeiramente mais introspectivo, adentrando em si pensamentos, sentimentos e vicissitudes, mas que há medida que o tempo passava subjetivava um “Eu” envolvido, com a problemática sociocultural “local” e que “insere-se noutra mais vasta, infelizmente de todos os tempos e de muitos outros lugares, da injustiça social, da incultura e da ignorância populares” (Originais de entrevistas, inquéritos e palestras, 1944/1964)³¹.

Até 1967, ano que projetou a edição do livro *Poesias Completas* (1967), numa fase da sua vida muito debilitada em virtude de estar doente, JBC ficou sensivelmente 16 anos sem publicar uma obra poética.

Prefaciado por Fernando Namora, com “onze desenhos da autoria de Arlindo Vicente (1906-1977)”, *Poesias Completas* é uma Obra organizada em cinco livros, sendo o último inédito com o título *Casa do Alto e Outros Poemas*.

De acordo com Barros & Teixeira (Barros & Teixeira, 2016, p. 392) os “poemas foram escritos de 1950 a 1967” e “no índice, cada livro vem precedido de um ordinal. Este numeral ordena quarenta anos de vida de João de Brito Câmara, em função da sua obra poética”.

A investigadora e autora do livro *Tendências da Literatura da Ilha da Madeira nos séculos XIX e XX* (2005), e a propósito da relação intrínseca que existe entre escritor e o seu tempo histórico-social no ato de criação poética, Mónica Teixeira diz que *Poesias Completas* “assim se ordena”:

³⁰ *Manhã* (1927); *Relance* (1942); *Auto da Lenda* (1943); *Ilha* (1950).

³¹ Informações extraídas de um documento dactilografado por João de Brito Câmara, com o título “Inquérito” (1963-64). A primeira pergunta é: “O que pensa de uma literatura autóctone na Madeira?”. Trata-se de um documento composto por três folhas e aborda a existência ou não de uma literatura madeirense. Curioso notar que o documento está assinado pelo poeta e com a seguinte nota manuscrita no canto superior direito: “De alunos do Liceu, que nunca procuraram as respostas...”. Secção Atividade Literária, Cx. 3, n.º 17.

Livro Primeiro, finalista liceal; Livro Segundo, estudante universitário de Direito em Coimbra e colaborador da Presença; Livro Terceiro, jovem advogado no Funchal; Livro Quarto e Livro Quinto, conceituado jurista da comarca do Funchal. (Barros & Teixeira, 2016, p. 392)

3.2.2. Gênese de *Poesias Completas*

A atividade cultural literária na Madeira manteve-se quase sempre à luz daquilo que se preconizava em Lisboa, em termos de criação e crítica literárias. Como afirmou César Pestana:

No que concerne à ilha da Madeira e a sua insularidade, um tal postulado atinge o insólito quando a ele se acrescenta que não há nem houve cultura intelectual por falta de autonomia... e, sobretudo, “porque o íncola, ao longo dos tempos, foi totalmente absorvido pelas atividades rurais e do mar”... (...) A distância da Madeira ao Continente, as dificuldades de comunicações, a falta de um maior convívio ou contacto com a metrópole e suas instituições culturais levou o estudioso ou intelectual madeirense a agrupar-se em Círculos de estudos, clubes ou tertúlias literárias, de que o Funchal, foi pródigo. (Pestana, 1985, pp. 19-20)

Por conseguinte, no âmbito da cultura, a consciência do intelectual madeirense, empenhado na projeção da afirmação da sua insularidade e sua ilheidade³², produto de uma tradição secular de hábitos e costumes e de um modo de viver típico, é bem mais evidente a partir dos inícios do século XX.

A produção literária desta época assim como a atividade cultural começava a espelhar esta realidade. E a comprovar toda esta manifestação, estão os registos históricos dos encontros entre intelectuais, poetas, prosadores, primeiramente no Cenáculo e posteriormente com as Tertúlias Ritzianas, nas décadas de 50 e 60, onde já participaram Herberto Helder e António Aragão.

³² Sobre estes dois conceitos, Mónica Teixeira (2005, p. 12) sublinha o seguinte: “ A insularidade refere-se a uma vivência sociológica comum a muitas ou a todas as ilhas e designa realidades inerentes à localização da ilha. Limitações impostas pela linha do horizonte, pelo mar, pela noção de tempo (...) A ilheidade exprime-se em imaginações e sentimentos característicos de uma ilha concreta. Conceitos específicos como flores, mãe, regresso, exílio, jardim (...) A insularidade e ilheidade fazem parte de uma cultura de raiz, numa interligação íntima com a ilha e adquirem uma “dimensão subjectiva”.

Independentemente de fragilizado, e segundo César Pestana, o movimento cultural, entendido como produções escritas e comunicações entre elites, sempre existiu desde que o processo de povoamento do arquipélago começou a se verificar em 1425.

A questão coloca-se exatamente na quantidade e qualidade da produção das obras de autores madeirenses. Segundo estudiosos na matéria, até sensivelmente finais do século XVIII, a produção literária madeirense não passava de puras inspirações nos cânones estéticos – literários vigentes no continente. Todavia, é precisamente a partir do século XX que ocorre a necessidade de compilar o que já havia e criar um novo movimento literário (Santos T. P., 2007), mais genuíno porque subjetivamente criado numa atmosfera específica. Desta forma, um de autores madeirenses começa a emergir no panorama cultural literário regional e nacional, promovendo uma nova dinâmica sociocultural à sociedade madeirense de então.

Como mencionado na introdução, e atendendo ao valor do estudo das cartas em espólios privados ou públicos, pretendemos neste espaço explanar, numa abordagem hermenêutica, aspetos relacionados à génese da obra *Poesias Completas* (1967), que apesar de ser um trabalho realizado com base em documentos protegidos no espólio de JBC de índole pessoal, não deixa de ter importância para conhecer o funcionamento das suas (ou outras) redes de sociabilidade e comunicação num espaço físico que oscila entre a ilha da Madeira e o continente português.

Fazem parte deste *subcorpus* cerca de 120 documentos, nos quais se integra alguma correspondência inédita pessoal e ativa de JBC como os seguintes escritores portugueses e amigos pessoais: Assis Esperança; Fausto José; Fernando Namora; Arlindo Vicente, Branquinho da Fonseca e Gaspar simões. Também analisámos a correspondência trocada com entidades públicas e privadas, imprensa escrita e editoras.

Pela leitura e interpretação do *subcorpus* documental, depreendemos alguma da dinâmica que subjaz à fase da edição e publicação do livro em meados do século XX, aspeto importante a reter porque aborda subtilmente a questão das dificuldades que os poetas e escritores tinham para ver as suas obras editadas em lançadas em livro, aliás uma situação que na Madeira, pela distância geográfica, se tornava ainda mais difícil. Por outro lado, deu-nos pistas para compreender em que altura surgiu a ideia de JBC em compilar poesias e adicionar outras inéditas numa única obra poética. Deduzimos que esta ideia tenha andado a

par e passo com as suas atividades jurídicas e políticas a partir de meados da década de 60 do século XX.

Desde a publicação do livro *Ilha* em 1950, que mereceu destaque na Revista *Vértice* pelas mãos de Fernando Namora, o “Poeta da Madeira” não voltou a publicar livros de poesia, como se pode ler na carta (Câmara J. d., [Missiva de João de Brito Câmara a Manuel Mendes], 1966) enviada a Manuel Mendes, datada de finais de 1966.

Conjeturamos que JBC tenha pensado ou iniciado o seu projeto ainda no ano de 1966, na medida em que Fausto José, numa missiva (Correspondência de Fausto José, 1943/1967) datada de 4 de abril de 1966 menciona este facto e reage à novidade do amigo dizendo:

(...) Ah que se eu estivesse livre iria direitinho para a Madeira.
Disse-me que está na disposição de publicar um volume com toda a sua obra poética acrescida de algumas poesias inéditas. Mãos à obra e quanto mais cedo melhor! (...)
Nada de desânimos! (...)

Desta feita, e não havendo dados que demonstrem o contrário até à data da entrega deste trabalho, estamos em crer que foi durante o ano de 1967 que JBC teceu a composição do livro *Poesias Completas* e procedeu à correspondência com a rede de relações pessoais, entidades e editoras para que o seu projeto literário fosse um sucesso e reconhecido o valor na sociedade (espaço público), onde a crítica literária servia de juiz.

Toda a correspondência de JBC com os seus contemporâneos, acerca deste tema, desenvolve-se no espaço privado, sendo que o discurso dialogante se processa informalmente.

Parte das cartas, sobretudo as enviadas por Assis Esperança e por Fausto José evidenciam o nível de confiança e amizade mútuo face aos escritores aqui mencionados. É visível que reciprocamente trocavam missivas, relatando primeiro assuntos de interesse pessoal e no fim comentavam algumas “notícias” das personalidades que pertenciam à mesma, ou a outra, rede de relações sociais e literárias em espaços públicos, quer da Madeira, quer do continente.

Por conseguinte, e no sentido de exemplificar, apresentamos alguns passos destas missivas (Correspondência de Assis Esperança, 1954/1967) que, igualmente, auxiliam a corroborar o nosso trabalho de investigação, relativamente ao relato de vivências de outros e a troca mútua de crítica.

(...) As cataratas que me pretendo desfazer estão a gozar da impunidade, em tempo, que é a revisão do "Pão Incerto". Já botei abaixo umas quarenta páginas da 1ª edição, e recomecei a tarefa de desbaste. (Você também conhece muito bem o que é a dignidade profissional).

(...) Avistei-me, ontem com a Maria Mendonça. Falámos de Você, e, ao que ela me disse, todos aí, o julgam de saúde, muito emagrecido. (...).

Assis Esperança, Lisboa, 6 de Abril de 1967 49

(...) A poetisa Matilde Rosa Araújo, vai tentar tratar-se de mazelas físicas, pelo sol e paisagem da Madeira. Você conhece-a pessoalmente: apresentei-lha, há anos, em Lisboa, e peço, para ela, a sua boa amizade. É uma sensível, uma tímida, apesar da sua luta pela vida e convivências do seu professorado de anos. Hospedar-se-á mo "Miramar. (Mais uma interferência do nosso querido César) e passar aí, todo o mês de Agosto. (...).

Assis Esperança, Lisboa, 26 de julho de 1967

Por motivos de força maior, apenas transcrevemos duas cartas inéditas³³ trocadas entre JBC (documento A) (Correspondência de Assis Esperança, 1954/1967) e Assis Esperança (documento B), que, quanto a nós, marcam o ponto de partida para a troca de impressões sobre o projeto literário de JBC.

Assim sendo, a cópia da carta de 22 de maio de 1967, endereçada a Assis Esperança marca o ponto de partida para a troca de impressões sobre o projeto literário de JBC.

Documento A

Funchal, 22 de maio de 1967
Para o Escritor Assis Esperança
Rua do Passadiço, 22 – 1.º D.
Lisboa - 2

- A planear a publicação das minhas "Poesias Completas", pensei fazê-las preceder do um pequeno ensaio crítico, tal como a "Portugália", na coleção "Poetas de Hoje", tem feito para todos os autores que nela editou até esta data.
- E, com semelhante pensamento, ocorreu-me o nome do Fernando Namora que, em carta que me dirigiu e numa pequena crítica que teve e gentileza de publicar, em 1951, na revista "Vértice", de Coimbra, mostrou-se razoavelmente esclarecido sobre o meu "caso poético", como o meu querido amigo pode verificar pelas cópias dactilografadas de uma e outra que, que junto, lhe faculto.
- Que diz da ideia? Evidentemente, que nada disse ainda ao Namora, e se lhe disser, caso aprove a minha lembrança nada me garante que ele, assoberbado como anda

³³ Sublinha-se que era comum o remetente dactilografar ou fazer cópia manuscrita das missivas enviadas aos destinatários.

sempre com trabalho, se disponha a perder umas horas rijas para a releitura dos meus versos e elaboração do ensaiosito.

Em princípio, porém, parece-me que "a coisa", não é de todo desacertada.

Diga-me, por favor, o que pensa sobre o assunto e, até lá, fica na expectativa de suas estimadas notícias, este seu sempre mtº amgº tem ainda a recuperar, e que o abraça, com amizade e admiração de sempre tem ainda a recuperar, o que o abraça, com e amizade e a direção de sempre,

Anexo: duas cópias datilografadas.

Documento B

Lisboa 28 de maio de 1967

Para o Ilustre Poeta

Querido amigo

Muito me alegrou sabê-lo a contas com os seus Poemas, a tarefa, que é a revisão de toda a sua Obra, a dar-me a medida exata da plenitude das suas faculdades criadoras, tanto mais que nos vai dar, também alguns inéditos. A recuperação física virá a seu tempo, bom sistema o da propensão para o trabalho, e não, e apenas, para os repousos (?) do diálogo com o silêncio.

O Fernando Namora está de abalada para países do norte da Europa. Apareceu, há dias, na "Veneza", onde eu e o Lyon de Castro³⁴ nos amesendáramos, e ultimaram, em conversa, os preparativos de mais aquela abalada. Vão de digressão. Demora um mês aproximadamente.

Vejo, de facto, conveniente que o Brito de Câmara lhe escreva (ele reside na Avenida Infante Santo, 20, 5º), por muito que um estudo crítico possa ser, livremente reproduzido. (Serve até à maravilha, os críticos das gazetas nas suas apressadas, quando não, profissionalmente, atabalhoadas leituras.) Crucial é que lhe indiquemos a origem e data da publicação. Concordo, pois, que deva escrever ao Namora, repito, tanto mais que ele foi, sempre, muito suscetível.

Abraço-o afetuosamente, com as melhores saudações para a sua Exma. Esposa, o seu, de sempre

Admirador e Amigo dedic. e gratíssimo

Assis Esperança

Numa sequência cronológica, constatamos que a correspondência ativa e passiva acerca da gênese de *Poesias Completas* vai faseadamente descortinando a sua construção até ao momento em que se encontra pronta na Editora "Atlântida", a ser publicada e distribuídas pelas livrarias ou ofertadas em edição de luxo.

Para dar início ao fim do projeto poético, JBC escreveu a Arlindo Vicente (Correspondência de Arlindo Vicente, 1931/1967) a fim de:

³⁴ Note-se que o autor menciona o café "Veneza", espaço físico, público onde se encontravam grandes nomes da cultura portuguesa, sendo esta uma praxis sociocultural da época nas elites intelectuais e artísticas de Lisboa. Como corolário, na Madeira existiam Tertúlias Ritzianas, nas décadas de 50 e 60.

(...) solicitá-lo para o seguinte: - concluía a revisão dos meus quartos volumezitos de poemas, já publicados, a que tenciono juntar um quinto, de inéditos, que intitulei "Casa do Alto, e outros Poemas", volumes que serão todos englobados num único, como título genérico de "Poesias Completas". Uma espécie de despedida... Que tencionava pedir-lhe? Que o meu querido amigo ilustrasse aquele volume, nem que fosse com um único desenho à entrada de cada um dos livros que o compõem. Para isso, tenho o volume dactilografado, o qual, se o Arlindo aceder ao que lhe peço, ser-lhe-ia enviado, para respetiva leitura lhe sugerir a ilustração correspondente. Outro desejo, era ter um retrato meu, das suas mãos privilegiadas, como há 35 anos, me prometeu, em Coimbra. (...)

Da seguinte epístola endereçada a Fernando Namora, composta por 6 páginas e datada de 26 de junho de 1967, extraímos trechos ilustrativos onde JBC solicita “um estudo crítico”, como refere Assis Esperança na carta acima transcrita.

(...) Já antes de adoecer, tinha iniciado a revisão dos meus quatro livros de poemazitos publicados, (...). Tal revisão está concluída e, ao rever as críticas que me foram feitas aos volumes publicados, deparei-me com um pequeno, mas substancioso ensaio, que o Namora teve a gentileza de publicar na "Vértice", de Coimbra. (...). E então começou a gerar-se um veemente desejo, ambicioso, é certo, mas corolário premente também da mt.^a amizade e admiração que lhe dedico: - O Namora iria rever todos os meus livros, inclusive, o inédito e, com as bases daquele seu ensaio da “Vértice”, e da sua referida carta de 1951... escrevia o prefácio das minhas “Poesias Completas! Um pouco à laia das edições da “Portugália”, na coleção de “Poetas de Hoje”. (...)

Em torno da questão da edição e publicação de *Poesias Completas*, esta rede de sociabilidade intelectual, literária e sociocultural, com fortes laços de amizade, desde os tempos de estudante em Coimbra, comunicou reciprocamente com JBC, durante 6 meses.

Para além da preocupação com a paratextualidade da obra, JBC também teve de resolver outros assuntos, tal como a escolha do tipo de material para a capa (luxo ou normal), tipo de papel, etc. Como tal, consultamos a correspondência expedida e recebida de JBC com as Editoras (Correspondência de editoras, 1943/1967). No espólio encontramos documentos (cartas, tipo de papel, fotografias) que demonstram estes trabalhos, inclusive a solicitação de orçamentos.

Curiosamente, percebemos que o escritor, atendendo ao facto da edição do livro ter sido por sua conta, instou o apoio à Fundação Calouste Gulbenkian, no sentido desta adquirir alguns exemplares para serem distribuídos pelas “bibliotecas fixas e itinerantes” (Correspondência de entidades privadas, 1943/1967). Assim o fez JBC a 4 de julho de 1967, data da carta enviada a Ribeiro dos Santos, como podemos observar nos seguintes excertos.

(...) a edição será de minha conta (não se encontram facilmente, editores de livros de poesia) e, por isso, para ajudar-me materialmente, venho inquirir o meu Exmo. Amigo, se seria possível eu contar com a aquisição, pela “Gulbenkian”, de um certo número de exemplares, para as suas bibliotecas fixas e itinerantes.

- Na hipótese afirmativa, que terei de fazer para obter essa garantia da “Gulbenkian”?
(...) Quero dizer ao meu Exmo. Amigo (...), qualquer que seja o motivo, e sem explicações, me desiludir da minha pretensão pois, sabendo bem quanto a “Gulbenkian” deve ser assediada com pedidos deste género idêntico ao que formulei nesta carta, não me melindra, nem fere, uma mais do que justificadíssima recusa. (...)

Foi igualmente interessante verificar que JBC trocou correspondência com Branquinho da Fonseca, que pertencia à Comissão de Leitura, no sentido de apelar ao amigo dos tempos de estudantes de Coimbra, para interceder junto da Instituição e respetiva Comissão de Leitura, como podemos aferir na transcrição de alguns passos da carta enviada por este escritor a JBC, data de 5 de julho de 1967 (Correspondência de entidades privadas, 1943/1967).

(...) O meu compromisso prévio não é fácil de assumir, pela simples razão de que todos os livros têm de ir à Comissão de Leitura, a qual, embora com funções meramente informativas, tem de ser ouvida.

Mas estou certo de que o seu livro não levantará problema, mas... O maior problema, nesta altura do ano, é a falta de verbas que só em Janeiro se refresca. (...).

Da leitura da correspondência de JBC (expedida e recebida) com Editoras nacionais, - “Editorial Minerva, Lisboa, Sociedade Astória, Limitada, Lisboa e Atlântida Editora, Coimbra. – podemos aferir que decorreu entre os meses de agosto e setembro de 1967, estando JBC a passar férias na sua casa de Porto Santo (Correspondência de editoras, 1943/1967). Por esta altura, contando com o apoio da sua rede de sociabilidade intelectual e literária do continente, JBC optou por deixar nas mãos da “Atlântida Editora” e respetivas “Oficinas Tipográficas” o acabamento do seu projeto, que incluiu a distribuição dos exemplares no Continente e na Madeira.

Por fim, conhecedor das estratégias de divulgação e lançamento de uma obra e o do poder da crítica literária, e dado o seu estado de saúde avançado, JBC enviou uma missiva (Correspondência de entidades privadas, 1943/1967), datada de 6 de dezembro 1967, a Gaspar Simões, “velho camarada de Coimbra” pedindo-lhe auxílio “na revisão e preparação

das minhas pobres *Poesias Completas*”. Para efeitos de divulgação da obra poética, JBC acrescentou que:

(...) Gostaria, caso possível, que o suplemento literário do “D. de Notícias”, por si superiormente, dirigido, desse uma pequena notícia do próximo aparecimento, talvez ainda em fins do mês corrente, do referido livro. (...)

Em torno da questão da edição e publicação de *Poesias Completas*, esta rede de sociabilidade intelectual, literária e sociocultural, com fortes laços de amizade, desde os tempos de estudante em Coimbra, comunicou reciprocamente com JBC, durante 6 meses. Num rascunho de uma carta de JBC, sem remente e data concreta, notamos a necessidade do escritor agradecer a solidariedade dos amigos quer apoiando-o na sua doença, quer ao longo da gênese deste livro de poesias.

Leiamos então as palavras de JBC:

(...). Muito obrigada por tudo, e creiam que jamais esqueceremos tanta dedicação, gentileza e amizade (...)

(...) O meu livro deva de estar a aparecer por todo este mês [dezembro de 1967], ou princípios de Janeiro próximo, conforme elementos que me fornece a “Atlântida”. Não se pode dizer que andamos devagar... Esta carta é elaborada à “laia de circular”, pois praticamente, é o mesmo que tenho de dedicar a todos e, a mim. (...)

Todavia, veio a falecer no dia a 26 de dezembro sem ter presenciado o lançamento deste projeto poético em forma de despedida.

3.3. A correspondência no âmbito da Sociedade Portuguesa de Escritores

Tal como em pontos precedentes a este, o nosso trabalho de investigação tem procurado, paulatinamente, fazer jus ao tema da nossa dissertação: “João Brito de Câmara: Poeta e Promotor Cultural”, analisando e explorando documentos autênticos e inéditos arquivados no seu espólio.

Observando o nosso *corpus* de trabalho, verificamos que na subsecção Atividade Literária – Delegado da Sociedade Portuguesa de Escritores – presente espólio de JBC é representativo de uma fase do percurso de vida do escritor enquanto dinamizador cultural da

cidade, a qual concorre para valorizar a sua presença e contributo para a história da sociedade e cultura da Madeira de meados do século XX.

Assim sendo, compomos um *subcorpus* de trabalho com cerca de 165 documentos: correspondência expedida e recebida ente JBC e a SPE, Estatutos, anotações, atas, recortes de periódicos, circulares, convites de eventos culturais a decorrer no continente, etc.).

Com base na análise criteriosa e sistemática destas fontes documentais autênticas, este capítulo prevê explorar e documentar, ainda que breve e superficialmente, algumas das linhas orientadoras que levaram à fundação desta Sociedade a nível nacional e à criação da delegação na Madeira. Tentaremos apurar até que ponto, e fazendo parte da rede de relações intelectuais, literária e artísticas da SPE, JBC participou na história da sua criação, desde o desabrochar da ideia, em 1954 que se tornou pública a 30 de abril desse ano (Circulares e convocatórias de Assembleias Gerais, 1956/1965), por meio de uma carta-circular assinada por Aquilino Ribeiro e Ferreira de Castro e endereçada a todos:

(...) os escritores que se conhecessem os endereços. Eram convidados para uma reunião «com o fim de trocar impressões quanto à possibilidade de fundar uma Sociedade Portuguesa de Escritores, de todo apolítica, que tenha por objetivo tratar e defender os interesses da classe” . (...) (Associação Portuguesa de Escritores; Sociedade Portuguesa de Escritores, 1983)

Tudo leva a crer que JBC acompanhou toda a fase inicial, tendo sido um dos escritores que recebeu a carta-circular e/ou teve conhecimento imediato da mesma. Logo, este foi um fator decisivo para ter sido o primeiro escritor madeirense a se tornar sócio da SPE, muito devido ao seu prestígio como poeta, intelectual, advogado e político e aos contactos que tinha na rede de sociabilidade onde circulavam personalidades importantes da vida social portuguesa.

A relação entre JBC e a agremiação de escritores a nível nacional merece, quanto a nós, ser aludida porque constituiu um valioso contributo para a história da cultura portuguesa e regional no que diz respeito ao posicionamento da ilha durante a existência desta agremiação de escritores.

JBC procurava com os seus coevos dinamizar a cultura na Madeira, fosse erudita ou popular. Importava manter a ilha ao nível da média intelectual e cultural das cidades mais cosmopolitas de Portugal e da metrópole, como também formar públicos por via de práticas culturais, de abertura de mentalidades perante novos saberes. Fazer pulsar a cultura na cidade e tirá-la da inércia e apatia culturais em que se encontrava, muito devido ao isolamento

geográfico da Madeira, que servia de desculpa para nada ou pouco fazer em prol da dinamização e a afirmação cultural da Madeira.

Assim, este ponto “pretenderá, no mínimo, homenagear o poeta pelo seu trabalho de promotor cultural no âmbito da SPE, hoje Associação Portuguesa de Escritores (SPA).

Na segunda parte, dada a constatação da documentação relativamente ao Sarau Literário-Musical inaugural da delegação na Madeira nesta subsecção do espólio ser válida e suficiente, pretende-se explicar a componente prática da faceta de promotor e organizador de eventos que havia em JBC, averiguando os seus passos à luz de conceitos teóricos inerentes à programação cultural como hoje a conhecemos.

3.3.1. A delegação da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) na Madeira: contributo para a história da vida cultural insular em meados do século XX

Atendendo à conjuntura sociopolítica de meados do século XX vivida no território português, Caracterizada por fortes repressões do exercício do poder do Estado Novo, que ditava autoritariamente as regras em todos os domínios das atividades económicas do país desde 1933, nomeadamente o campo literário português, o qual era alvo sistemático de censura conjuntamente com a imprensa periódica, por representar uma ameaça ao regime e à sua “política de cultura de espírito” (Torgal, 1999), os preliminares da sua fundação e o período da sua existência faz da Sociedade Portuguesa de Escritores património cultural nacional e de incalculável valor. Note-se a propósito que, em 1990, no 25º aniversário da extinção da SPE, o então presidente da República, Dr. Mário Soares, também sócio da agremiação, quis assinalar esta data descerrando uma placa na rua Escola politécnica, nr.º 20, 1.º E, sede oficial da SPE³⁵ em 1965, para lembrar mais um dos atos sombrios e cruéis da censura salazarista. Para além deste ato solene, Mário Soares elevou à Associação Portuguesa de Escritores (APE) a Membro Honorário da Liberdade, sendo a condecoração recebida por Mário Ventura Henriques, na época Presidente da APE.

³⁵ A SPE teve sede provisória na Casa do Alentejo, na rua da Taipas, n.º 12, em Lisboa, e numa fase de transição à rua do Carmo, n.º 51, 5.º.

A SPE extinguiu-se em 1965 após nove anos de vida, sendo o último Presidente de Direção Jacinto do Prado Coelho, com o número de sócio 361. Durante 4 meses, desempenhou as suas funções tendo a seu lado escritores notáveis como Joel Serrão, vice-presidente, João José Cochofel, Maria Judite de Carvalho, Bernardo Santareno, Natália Nunes, Matilde Rosa Araújo, entre outros. A SPE ganhava prestígio, fruto do valioso trabalho empreendido pelas anteriores Direções, uma vez que desempenhava um elemento dinamizador da vida cultural portuguesa, no início dos anos 60. No hiato temporal que vai de 1957 a 1965, foram várias as iniciativas que no âmbito cultural concorreram para o êxito da SPE no país e além-fronteiras. Note-se que a SPE promoveu encontros interculturais com escritores de outros países, a saber: “Roland Barthes, Lucien Goldman, Câmara Cascudo, Erskine Caldwell, Angus Wilson, Gerald Moser, Damaso Alonso, Robbe-Grille” (Associação Portuguesa de Escritores; Sociedade Portuguesa de Escritores, 1983, p. 3).

De acordo com o documento *Breve Memorial da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) e Associação Portuguesa de Escritores (APE) no X.º Aniversário da APE*, (Associação Portuguesa de Escritores; Sociedade Portuguesa de Escritores, 1983, pp. 2-4), os projetos empreendidos pela SPE, por temática e ordem cronológica, foram os seguintes: 1957 – O ciclo «A Literatura e o Cinema», durante o mês de Junho; 1960 — Primeiro Ciclo de Conferências, consagrado ao romance estrangeiro (com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian); 1962 — «Novo curso de extensão universitária», consagrado ao romance português, constituído por cinco lições, também com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian, de Janeiro a Fevereiro. 1964 — Novo ciclo de conferências, desta vez subordinado ao tema: «A Poesia Portuguesa do Romantismo aos nossos dias», realizado de Maio a Junho. (Associação Portuguesa de Escritores; Sociedade Portuguesa de Escritores, 1983, p. 1)

Uma das atividades de maior projeção da SPE era a atribuição anual de vários prémios literários, nomeadamente em prosa (romance, novela e conto), como por exemplo o Prémio Camilo Castelo Branco, lançado em 1959, com o alto patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian.

Como refere João Pedro de Avellar George (George, 2000, p. 468):

(...) A importância destes prémios na vida literária dos anos sessenta é bem visível no balanço da actividade artística e literária de 1962 efectuado pelo Jornal de Letras e Artes.

A capacidade de intervenção da SPE aumentava assim exponencialmente, sendo considerada, ao lado da Academia das Ciências, a grande responsável pela "formação das novas hierarquias das letras portuguesas". O que é bem revelador do papel privilegiado que os prémios assumem nas estratégias de autonomização da literatura e de diferenciação interna por géneros. (...)

Por ironia do destino, na base da extinção da SPE 1965, esteve a atribuição do Grande Prémio de Novelística a um escritor angolano: Luandino Vieira. Não tendo esta decisão agradado o Estado, gerou-se uma polémica em torno deste assunto que para muitos foi o pretexto já há muito esperado pelo regime fascista para acabar não só com a SPE mas com todas as associações de cultura progressista que existissem em Portugal ou em Angola, onde existia uma delegação. A Sociedade foi toda destruída, sobrando da mesma alguns documentos que compõem o seu espólio, encontrando-se outros no espólio da PIDE.

Associação Portuguesa de Escritores (APE) nasceu assim das diligências de escritores e artistas portugueses de então seguiam solidariamente a máxima “manter viva uma decisão inabalável: a de reabrir a sua “sociedade”, com a mesma “inteireza e independência.” Deste modo, após 8 anos de luta, e na APE nasceu em 1973. Sobre esta recém-nascida Associação, citamos Sophia de Mello Breyner Andresen que proclamou *como Presidente da Assembleia Geral*, e pela ocasião da cerimónia da tomada de posse dos corpos Gerentes em 14 de junho de 1973, o seguinte:

(...) para além da defesa dos interesses profissionais, esta Associação seja um lugar de encontro e de confronto que contribua para uma consciência colectiva da cultura cada vez mais exigente e rigorosa, e cada vez mais ligada à vida. Escrever é exigir e não aceitar. Creio que um verdadeiro escritor é antes de tudo alguém que não aceita a degradação da vida. Espero que esta Associação defenda a presença efectiva e real do poeta na cidade do homem. Mas mais ainda desejo que esta Associação — opondo-se a todas as formas de alienação que desfiguram a existência da sociedade actual — defenda a presença prática da poesia na vida do homem (...) (Associação Portuguesa de Escritores; Sociedade Portuguesa de Escritores, 1983, p. 9)

O espólio da SPE encontra-se por catalogar arquivisticamente, sendo hoje propriedade do Arquivo Nacional Torre do Tombo³⁶, facto este que dificulta o seu acesso aos investigadores, estudiosos e curiosos relativamente a esta temática.

³⁶ “A documentação foi remetida à Torre do Tombo pela Provedoria da Casa Pia de Lisboa, em 6 de Fevereiro de 1975. Relativamente à descrição do espólio da SPE, informa-se que o fundo é constituído, maioritariamente, por trabalhos inéditos, alguns com vários exemplares, de diversos autores. (...) Inclui o livro de actas da Assembleia (este livro encontrava-se entre a documentação do fundo Serviços de Coordenação da Extinção da PIDE IDGS e Legião Portuguesa), um livro de presenças dos sócios na Assembleia Geral dos escritores

Pese embora os testemunhos documentais existentes no espólio de JBC, cujo número de sócio foi 326 (Delegado da Sociedade Portuguesa de Autores (S.P.A.), 1956/1965)³⁷, sejam poucos a este respeito, consideramos, todavia, que são valiosos como documentos “culturais”, tendo em linha de conta o relacionamento entre documento/monumento preconizado por Jacques Le Goff (2001), logo ricos em informação e que podem ser aglutinados ao espólio da SPE. Como tal valorizados, preservados e promovidos como parte da memória cultural imaterial local e nacional.

Esta breve contextualização das memórias da SPE tem o propósito de enquadrar toda a documentação histórica encontrada no espólio de JBC, mais especificamente no dossier “Delegado da Sociedade Portuguesa de Escritores”. Nele encontramos por exemplo, o “Regulamento do Grande Prémio de poesia e do Grande Prémio de Teatro da Sociedade Portuguesa de Escritores” (1961), como também circulares com informações sobre o cumprimento do plano de atividades da SPE.

Para além de identificar documentos oficiais da SPE, e com intuito de compreender a atividade da delegação na Madeira, ao longo do decurso da nossa análise fomos sendo surpreendidos com peculiaridades relativas à vida de JBC como agente, promotor e organizador de eventos culturais, neste caso de um sarau literário-musical para apresentar a comunidade local a SPE e a sua missão, em 1958, cuja análise será abordada mais adiante (Parte II).

A representatividade da SPE na ilha, embora num hiato temporal curto, constitui *per si* um marco sociocultural a acrescentar à história das letras, e por conseguinte, da cultura da e na Madeira. Segundo apurámos, a delegação da SPE na ilha não tem sido alvo sequer de exemplo quando se trata de falar das personalidades que mais se dedicaram à dinamização cultural do Funchal em meados do século XX. Ficou-se, como já tivemos oportunidade de referir, como o poeta da *Presença* e prestigioso advogado.

portugueses com vista à organização da respetiva Sociedade, com data inicial de 1954, um livro de actas do júri do grande prémio de novela, poesia teatro e ensaio, documentos relativos à homenagem a Jaime Cortesão, regulamentos dos prémios literários, atribuição de bolsas de estudo, um parecer pedido por Garibaldino de Andrade sobre a sua participação num concurso literário promovido pela Câmara de Sá da Bandeira e exemplares da revista *Le droit d'auteur* referentes aos anos de 1957, 1958, e 1959.” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo).

³⁷ Na fase inicial, JBC recebeu o número 263 como sócio da SPE. Todavia, por questões de atualização da documentação administrativa, passou a ser o sócio e 326. No dossier, encontram-se os recibos das cotas pagas à SPE e correspondência que nos permite adiantar com esta informação.

A vida na Madeira neste tempo acompanhava a portuguesa no geral, e no campo literário não era diferente. A delegação da SPE é testemunho das relações que existiam entre o meio literário da metrópole e da Região. Tendo sido fundada em 1956 e gerenciada até 1965 por grandes vultos da literatura e cultura portuguesas, é sinal que JBC conhecia, e até privou, alguns deles, facto este que, quanto a nós, nos leva a crer que o convite para o cargo de delegado foi pensado e proposto com base no reconhecimento das suas competências e prestígio no seio das redes de sociabilidade literária e intelectual do continente português, com as quais JBC mantinha ligações interpessoais, algumas desde os tempos de estudante em Coimbra.

Sendo a Delegação da Madeira parte integrante da SPE, competia então ao delegado estreitar relações de intercâmbio literário e intelectual e de “aturado comércio cultural” (Associação Portuguesa de Escritores; Sociedade Portuguesa de Escritores, 1983, pp. 1-2). Em nosso entender, a representatividade de escritores da Madeira na SPE, e cuja inscrição deve-se a JBC, para além de dar conhecer as suas obras, prestigiando-os no meio literário português e proporcionando oportunidades de editar as suas obras, participar em prémios e outras atividades, é comprovativo da “existência duma atividade permanente e contínua nos domínios da Cultura Insular”³⁸, profícua, na Madeira, referida e defendida César Pestana em *A Madeira, Cultura e Paisagem* (Pestana, 1985, p. 21).

Segundo a bibliografia consultada, parece-nos que a história da SPE não está estruturada e reveste-se de uma tal complexidade que a sua exploração requereria um conhecimento apurado sobre os meandros da história do Estado Novo e a consulta sistemática do seu espólio na Torre do Tombo, o que nos levaria ao afastamento do enfoque do nosso trabalho.

³⁸ A propósito, gostaríamos de fazer notar o recente e importante artigo académico de Thierry Proença dos Santos, intitulado “A Lírica Madeirense Contemporânea: Folheando os Cadernos de Poesia que a têm registado (1952-2016)” na medida em que são abordadas esta e outras questões intimamente ligadas à existência periodológica de uma vida cultural madeirense, com fases de mais ou menos expressão e intensidade, entre meados do século XX e o presente século XX. Thierry Proença dos Santos, disserta sobre a temática do artigo não sem antes sublinhar que: “A hipótese de trabalho que me proponho desenvolver neste texto parte do pressuposto de que existe uma atividade literária na Madeira com os seus circuitos de comunicação e problemas particulares. E relembra JBC como ponto de viragem e/ou ruptura no que às tendências literárias diz respeito, afirmando que: (...) no Portugal dos anos 60, boa parte da poesia se apresentava «com o fardo do compromisso sócio-político herdado da orientação neo-realista», de que o melhor exemplo, na Madeira, era João Brito de Câmara, outra anunciava-se «com a ânsia da renovação estética, incentivada pela movimentação surrealista, por meio de experimentalismos formais, ou pela afirmação do sujeito na experiência narrativa a dar conta do cotidiano e do mundo», como sublinha Ida Alves.” (Santos T. P., 2019, p. 782 e 791)

Todavia, num importante e elucidativo ensaio, riquíssimo da autoria de João Pedro de Avellar George (George, 2000)³⁹, intitulado “CAMPO LITERÁRIO PORTUGUÊS? O caso da extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores em 1965”, podemos conhecer a contextualização política e sociocultural subjacente aos porquês da constituição da SPE. João Pedro de Avellar George remete o leitor para o regime salazarista entre os anos 40 e os anos 60 e refere:

Quando em 1956 a SPE foi criada, as únicas instituições que em parte estavam vocacionadas para a afirmação social dos escritores⁴⁰ (do ponto de vista da atribuição regular de prémios literários) eram a Academia das Ciências de Lisboa, pela sua Classe de Letras, e o Secretariado Nacional da Informação Cultural Popular e Turismo (SNI), que em 1944, substituiu o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN)". Quando o SPN surgiu, apresentando à sua frente um elemento destacado do grupo dos escritores, António Ferro, tinha como um dos seus grandes desígnios fornecer um enquadramento oficial aos diversos sectores da actividade cultural. Intenção essa objectivou, desde o início da sua actividade, com a criação dos prémios. De facto, logo depois de 1934 começaram a ser premiados os primeiros escritores, pintores, escultores, jornalistas, actores e cineastas.

A ambição do governo era transformar o Estado na entidade que conferia competência literária e artística, sancionando a qualidade dos produtos e assegurando aos seus autores "uma atmosfera em que lhes seja fácil criar". A realidade, todavia, revelou-se bem mais complexa, principalmente no que aos escritores dizia respeito. (...) Foi neste contexto que em 1956 irrompeu a SPE vinda na sequência de aturadas negociações com o regime), uma vez que Salazar nunca deixou de colocar entraves ao livre exercício de associação: a constituição de associações estava dependente da aprovação prévia do Ministério do Interior, constituindo factor decisivo para a lista com os nomes propostos para os respectivos corpos gerentes. O mesmo já não acontecia quanto a constituição de cooperativas, legislada por um diploma da I República segundo o qual não era necessário submeter os nomes dos seus órgãos sociais a esse controlo, bastando, para o efeito escritura notarial. Assim se compreende que ao longo da década de sessenta tenha sido prática corrente a criação de cooperativas, evitando-se desse modo os referidos obstáculos jurídicos (por exemplo, ao abrigo desse subterfugio legal surgiram em 1961 as cooperativas “Pragma” em Lisboa e “Confronto no Porto” [cooperativas culturais]). (George, 2000, pp. 464-467)

Nesta mesma linha, num artigo de entre muitos outros, relacionados com a temática do regime salazarista escritos por Luís Reis Torgal, com o título “Literatura Oficial no

³⁹ Segundo referência do autor, este “texto é a reformulação de um capítulo da dissertação de mestrado *O campo Literário em Portugal (1960-1965): Prémios literários, Escritores e Acontecimentos*, Universidade Nova de Lisboa-FCSH, 1998.

⁴⁰ Em nota de rodapé, o autor salienta que “Das poucas instituições especificamente literárias existentes, refiram-se o Grémio Nacional dos Editores e Livradores e o Sindicato Nacional da Critica. Com influência na actividade literária, havia ainda a Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais (antecessora da actual Sociedade Portuguesa de Autores, assim designada desde 1970). surgida em 1925 para salvaguardar os interesses dos criadores ligados às artes dramáticas”.

Estado Novo: os prémios literários do SPN/SNI” (Torgal, 1999) o autor disserta sobre a existência ou não de dois sistemas de literatura na época: a chamada “literatura oficial”, - preconizada pelo SPN que materializava a “Política de Espírito” a qual tinha uma missão cultural “mas subordinada às regras do Estado Novo” – e a literatura “off the record”, ou seja, “aquela fora do regime ou mesmo contra o regime, que penetrava nos meios intelectuais e, em certos casos, era vítima da censura.

Acerca dos prémios literários como estratégia política, Torgal (Torgal, 1999, p. 407) esclarece que:

Os Prémios Literários seriam, pois, distribuídos a obras e escritores que se integrassem no regime, ou seja, que estivessem de acordo com a consciência corporativista da conciliação de classes, com o nacionalismo, com o imperialismo colonial, com a divisa "Deus, Pátria, Família"...

De acordo com as informações contidas no folheto da APE (Associação Portuguesa de Escritores; Sociedade Portuguesa de Escritores, 1983, p. 1):

A criação de uma associação correspondeu desde sempre a uma profunda aspiração dos escritores portugueses. A criação de uma associação correspondeu desde sempre a uma profunda aspiração dos escritores portugueses. Nas condições de repressão e da política anti-cultural que caracterizou o regime salazarista — como aliás é norma de todos os regimes antidemocráticos —, não era tarefa fácil vencer as barreiras governamentais que se opunham à criação de uma instituição desta natureza. Mas a força da aspiração e o peso do empreendimento juntam-se e, auscultadas as várias tendências ideológicas e correntes estéticas, concordantes na criação da agremiação de escritores, foi constituída uma Comissão Organizadora, que impulsionou as primeiras diligências e conçoçou à volta do projecto esses grupos e tendências. (...)

Do pensamento que norteou as razões da sua fundação, passando pelas diligências legais no âmbito da homologação dos estatutos e autorizações de funcionamento, a Comissão Organizadora levou dois anos para ver andar o seu projeto. Por exemplo, no que se refere à fase da elaboração dos Estatutos da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) estiveram várias diligências. Numa primeira fase para auscultar os escritores. Neste sentido, o dia 30 de abril de 1954 é a data que marca oficialmente o arranque para a sua concretização visto que a auscultação se fez por uma carta-circular assinada por Aquilino Ribeiro e Ferreira de Castro e enviada a todos “os escritores que se conhecessem os endereços. Eram convidados para uma reunião «com o fim de trocar impressões quanto à possibilidade de fundar uma Sociedade Portuguesa de Escritores, de todo apolítica, que tenha por objetivo tratar e

defender os interesses da classe” (Associação Portuguesa de Escritores; Sociedade Portuguesa de Escritores, 1983, p. 1) .

Num interessante artigo jornalístico de Fernando Alberto Pimental, com o título “A Futura Sociedade dos Escritores Portugueses”, publicado no *República* a 9 de julho de 1954 (Jornais e recortes sobre assuntos diversos)⁴¹, discursa sobre os propósitos da fundação da SPE, enaltecendo-a, mas reiterando a importância de prever apoio para escritores que também são jornalistas (ou vice-versa), a necessidade cultural de editar obras em português e escrita por portugueses, inclusivamente os honorários dos escritores tradutores. Devido à extensão do artigo, extraímos e apresentamos passagens pelo interesse histórico-cultural de que se reveste para a compreensão da sua fundação. Diz Fernando Pimentel que:

Agora que começa a esboçar-se a forma futura duma Sociedade dos Escritores Portugueses, convém ir apontando certos e determinados problemas que claro está não podem ser todos condensados na minuta inicial dos seus Estatutos. A ação da futura Sociedade compreende-se muito lata, pela necessidade que havia de criar uma eficaz proteção a todos aqueles que em Portugal se dedicam, total ou parcialmente, à atividade literária, nos seus diferentes sectores. (...) Como se sabe a vida do nosso escritor tem sido sempre difícil. (...) Agora que se procura juntá-los [escritores portugueses], torna-se imperioso estudar a multiplicidade das suas atividades e a cada uma delas corresponder com o máximo de atenção.(...)

(...) A Sociedade Portuguesa de Escritores está em boas mãos [Aquilino Ribeiro e Ferreira de Castro] (...) ladeado por outros escritores, cujos nomes o público conhece e estima. A todos eles cabe a honra de levarem por diante uma obra cuja lacuna era notada por todos aqueles que sentiam a falta de quem valesse pelos seus superiores interesses.

No espólio de JBC encontra-se um exemplar do projeto dos estatutos para o triénio de 1956/1958 assim como exemplares de reformulações dos mesmos levadas a cabo por outras direções da SPE (2º e 3º triénios). Da mesma forma as datas das primeiras missivas recebidas por JBC, assim como o seu conteúdo levam a crer que o escritor acompanhou toda a fase inicial deste projeto, tendo sido provavelmente um dos escritores que recebeu a carta-circular ou teve conhecimento imediato da mesma por meio de amigos ou conhecidos mais próximos.

⁴¹ Recorte do vespertino da capital *República*.

Nesta mesma linha, a carta expedida pela Comissão Organizadora da SPE, datada de 18 de maio 1956 (Delegado da Sociedade Portuguesa de Autores (S.P.A.), 1956/1965)⁴², a JBC⁴³, concorre para corroborar esta ideia:

Prezado Consórcio

As autoridades competentes resolveram encarar a hipótese de ser autorizada a criação duma Sociedade Portuguesa de Escritores, nos moldes do projecto dos Estatutos que foi aprovado em Assembleia Geral. Para isso, se realizou uma conferência entre o advogado nosso e o Secretário Senhor Auditor da Presidência.

Do exame por eles feito resultaram pequenas modificações de forma, que em nosso entender deixam inteiramente intacto o espírito das cláusulas do texto primitivo.

Sem outro assunto,
A Comissão Organizadora

Na falta de outras fontes e atendendo ao conjunto dos documentos presentes no espólio de JBC, diríamos que esta carta assume um lugar singular neste capítulo, na medida em que nos permite situar o escritor madeirense no tempo e espaço histórico da fundação e inicia das atividades da instituição, assim como delimitar a sua ligação com a esta e posterior ação como delegado da SPE na Madeira.

O acesso às missivas da Comissão Organizadora dando conta dos passos deste projeto cultural estava restrito ao grupo de escritores que concordaram com as linhas orientadas do mesmo e a com a sua missão: agremiar os escritores na luta por interesses comuns da classe, tais como o papel do escritor/intelectual na sociedade; o direito autoral (imposto e recompensa/remuneração); apoios nas dificuldades financeiras inerentes à edição de obras; criação de incentivos à produção literária, intelectual e artística no panorama sociocultural e político portuguesas conhecidos, menos conhecidos, incluindo-se o apoio aos jovens, e a dinamização da vida cultural em Portugal e além-fronteiras (Circulares e convocatórias de Assembleias Gerais, 1956/1965).

Nesta altura, JBC contava com uma sólida e prestigiante posição nos meios intelectuais continentais, quer por via da literatura quer por via da política. Para além disso, o escritor e advogado deslocava-se com alguma frequência a Lisboa (Jornais e recortes sobre assuntos diversos) Analisando a correspondência apercebemo-nos que JBC fez parte de um círculo de escritores que integraram os primeiros corpos gerentes da SPE, tendo sido

⁴² Note-se que no canto superior direito deste documento, o carimbo da receção desta missiva data de 12-01-1956.

⁴³ As formas de tratamento entre correspondentes da SPE variam entre Prezado Consórcio; Camarada; confrade.

posteriormente indicado por Assis Esperança e nomeado por unanimidade para assumir o cargo de delegado.

Enquanto escritor que havia aderido à proposta para a criação da SPE na carta-circular de 1954, JBC tornou-se automaticamente sócio efetivo da SPE, de acordo com ponto II dos Estatutos “Dos sócios e da sua admissão”, artigo 5º, em julho de 1956⁴⁴, tal como se pode verificar na seguinte carta enviada e assinada pela primeira direção:

Lisboa, 11 de Julho de 1956

Prezado Confrade

Para a eleição dos Corpos Gerente da Sociedade Portuguesa de Escritores, realizou-se no dia 5 do corrente, na casa do Alentejo, uma reunião dos Escritores que deram a sua adesão à criação desta Sociedade.

Os corpos gerentes ficaram assim constituídos:

ASSEMBLEIA GERAL:

João de Barros; Adelaide Félix; César de Frias. Suplentes: Jaime Lopes Dias; Jorge de Sena e Ramos de Almeida.

DIRECÇÃO:

Aquilino Ribeiro; Assis Esperança; Esperança; Alexandre Cabral; Leão Penedo e António Quadros.

Suplentes: Carlos Olavo; Vieira de Almeida; Norberto Lopes; Maria de Gravatas e Branquinho da Fonseca.

CONSELHO FISCAL:

António Sérgio; Alves Redol; Francisco Cota.

Suplentes:

Luís Augusto Ferreira Martins; Acúrcio Pereira; Rocha Júnior.

O bom êxito desta iniciativa exige o esforço e a solidariedade dos nossos camaradas, esperando a Direcção, com o apoio de todos, levar a bom termo o seu mandato. O prezado Confrade, conforme o espírito dos nossos Estatutos, é desde já sócio da Sociedade Portuguesa de Escritores. Lembramos-lhe que a melhor propaganda e ajuda que neste momento pode prestar à nossa Sociedade é propor outros Escritores que por razões diversas não tenham dado a sua adesão inicial.

⁴⁴ Nesta mesma linha, e com intuito de reiterar esta premissa, os primeiros Estatutos da SPE, no capítulo VIII – Disposições Transitórias, artº 36, o seguinte:

No prazo de 20 dias, a contar da entrada em vigor destes Estatutos, será convocada pelo Presidente da Comissão Organizadora da Sociedade de Portuguesa de Escritores uma Assembleia Geral para eleição dos corpos presentes.

1º: Têm direito a voto nesta Assembleia os escritores convocados para a reunião de 6 de Maio do 1954 e aqueles que posteriormente deram a sua adesão à fundação desta Sociedade.

2º - Dentro de trinta dias, após a posse, os corpos gerentes procederão à necessária organização da vida administrativa da Sociedade.

Aproveitamos a oportunidade para comunicar que dentro de dias, se procederá cobrança da quota referente a este mês e a 1ª prestação da joia, conforme o Art. 9 dos Estatutos.

A DIRECÇÃO

Ao atentarmos nestas duas frases “O prezado Confrade, conforme o espírito dos nossos Estatutos, é desde já sócio da Sociedade Portuguesa de Escritores.” E “Lembramos-lhe que a melhor propaganda e ajuda que neste momento pode prestar à nossa Sociedade é propor outros Escritores que por razões diversas não tenham dado a sua adesão inicial.” Levam-nos uma vez mais a pensar que JBC para além de ter estado a par dos passos iniciais da fundação da SPE, terá sido provavelmente o primeiro escritor madeirense a se tornar sócio desta instituição. E como delegado criou sinergias para promovê-la, inscrevendo outros escritores madeirenses, como teremos a oportunidade de analisar seguidamente.

Só a título de curiosidade, transcrevemos excertos de outra missiva datada de finais do ano de 1956, e que dá conta das formalidades a seguir para obter o cartão de sócio e outras informações decorrentes do evoluir dos acontecimentos desde a tomada de posse dos corpos gerentes para o triénio 1956/1958. Nota-se igualmente que a Direção apresenta projetos inovadores e únicos no Portugal de então, como o Museu do Livro e o Congresso Nacional de Escritores Portugueses.

Ex.mo Confrade:

Temos a honra de levar às mãos de V. Ex.^a o seu cartão de sócio bem como o ex. dos Estatutos da nossa Sociedade. Ao seu cartão é intuído nosso torná-lo um Verdadeiro bilhete de identidade, mediante a aposição, sobre a fotografia pessoal, do selo em branco. (...)

(...) Aproveitamos o ensejo para anunciar a V. Es que a nossa Sociedade dispõe de sede própria, posto que provisória.(...) Se porém, a nossa Sociedade se desenvolver, como lhe cabe por direito de nobreza e categoria, terá a instalação condigna, onde os nossos confrades possam encontrar um ambiente propício a confraternizarem como sua legítima e hospitaleira casa. Simultaneamente, é propósito nosso que esta Sociedade seja mais do que uma agremiação platónica e puramente formal. Em obediência a este princípio, estão já nomeadas comissões que têm por fim estudar e dar solução a muitos dos vários problemas de natureza jurídica, biblioteconómica e publicitária, que afetam as letras de Portugal.(...)

Criaram-se delegações no Porto, Coimbra, Madeira, Açores, Cabo-Verde, Angola, Moçambique e estamos em negociações para que também no Brasil sejamos representados com a requerida idoneidade, Vamos entabular relações com as sociedades análogas do estrangeiro, de modo a estabelecer com elas aturado comércio cultural. Em apoio deste programa, temos a intenção de brevemente lançar um Boletim, que tenha os sócios ao corrente das nossas atividades e seja ao mesmo tempo o órgão dos seus justos interesses. Se dissermos aos nossos confrades que meditamos organizar o Museu do Livro, que falta Portugal, o Club do Livro, e o Congresso dos escritores nacionais,

enunciaremos apenas com o que atrás é mencionado, uma parte dos projetos que animam a Direção.

Os nossos estimados consórcios dignem-se dar-nos as suas ordens e crer que temos sempre em mente servi-los e merecer simpatia e concordância.

Lx* 20/12/1956

A DIREÇÃO

P.s: O custo do Bilhete de Identidade e dos Estatutos é de 5\$00. Também foram estudadas umas carteiras em “chagrin” para proteger os cartões. Estas carteiras podem ser adquiridas directamente no encadernador Paulino Ferreira, Rua Nova da Trindade, 18-A, Lisboa, ao preço de 16\$00. Esta importância acrescida de 2550 se o envio for feito pelo correio à cobrança

Enquanto indivíduo integrado na sociedade funchalense do seu tempo, marcadamente erudita e elitista, cujos comportamentos, rituais, hábitos e manifestações socioculturais apresentam as suas especificidades, JBC concorreu certamente para dinamização e processo de desenvolvimento cultural da ilha. Primeiramente, produziu obra poética, com alcance nacional muito devido à sua ligação com o grupo da *Presença*, e com a qual manteve e alargou a sua rede de sociabilidades. Foi distinto jornalista correspondente do *República* e diretor do suplemento jornalístico com o sugestivo nome “Eco Literário”, onde publicou a entrevista a Edmundo Bettencourt - “Modernismo em Portugal” (1944), entre outros assuntos de índole cultural, levando inclusive o nome da ilha para além do horizonte e ser lembrada a nível nacional. E fê-lo igualmente na qualidade de Delegado da SPE, prestigiando os escritores madeirenses, ao propô-los como sócios efetivos da agremiação, o que lhes facultava projeção autoral, o reconhecimento público e afirmação como escritor ilhéu, no meio intelectual local e nacional.

Um recorte de jornal local, datado de 7 de novembro de 1956 (Jornais e recortes sobre assuntos diversos)⁴⁵, intitulado “O Sr. Dr. João de Brito Câmara foi eleito delegado no Funchal da Sociedade Portuguesa de Escritores” comunicava o que seguidamente se transcreve.

⁴⁵ No espólio do escritor, e com data manuscrita de 5 de novembro de 1956, existe o documento dactilografado, o que nos faz pensar, portanto, que esta notícia terá sido escrita por JBC e enviada aos diretores da imprensa local, como aliás era prática no jornalismo da época quer na fase que mais se dedicou ao jornalismo com interesse e objetivos voltados para a dinamização e divulgação culturais na e fora da ilha (entre os anos 40 e 50), quer na fase do jornalismo combativo com mais intensidade na década de 60 do século XX.

Conforme noticiámos, acaba de constituir-se no nosso país, após a aprovação dos respetivos Estatutos pelo Sr. Ministro da Educação Nacional, a «Sociedade Portuguesa de Escritores», há tanto desejada, a qual, provisoriamente, tem a sua sede na «Casa do Alentejo», em Lisboa. (...). Na sua primeira reunião, a Direção eleita [Aquilino Ribeiro, Assis Esperança, Alexandre Cabral, Leão Penedo, António Quadros], estudou a conveniência de criar Delegações, (...) desde já, no Porto e em Coimbra, assim como no Funchal, Ponta Delgada, Luanda, Lourenço Marques, Cabo Verde, Rio de Janeiro e São Paulo, motivo porque, por unanimidade, e sob proposta do Escritor Assis Esperança, já foi eleito Delegado da mesma Sociedade, nesta ilha, o Escritor e Poeta madeirense, Sr. João de Brito Câmara.

Na Palestra proferida no sarau literário-musical a 26 de abril de 1958, intitulada *Breve apresentação da Sociedade Portuguesa de Escritores* (Discursos de João de Brito Câmara na S.P.A, 1956), JBC respondeu à questão que colocara à sua plateia – “a que se propõe esta Associação? Lendo o art.º 2º “dos seus imberbes Estatutos”, o qual dispõe em dez pontos os objetivos e a missão da SPE. Como JBC se encontrava política e publicamente envolvido em campanhas políticas de oposição ao regime de Salazar, e atendendo ao facto de que estavam associadas questões políticas de extrema complexidade entre o Estado e os intelectuais e escritores portugueses na época, evocou o art.º 3.º e o seu único ponto para que a sociedade entendesse que os propósitos desta associação estavam apenas e somente direcionados para as questões culturais e literárias em Portugal. Uma vez que JBC não partilhava a mesma posição política de outros escritores madeirenses, transcrevemos a passagem:

“Art.º 3º - É vedado à sociedade o prosseguimento de fins políticos ou religiosos, devendo manter-se como centro de convivência de todos os associados. Ponto Único – A ação que os sócios desenvolvem no campo político ou religioso será sempre da sua responsabilidade”.

Nesta mesma linha, e como estratégia para abordar o papel da Delegação da SPE na Madeira de acordo com os seus Estatutos, e justificar-se perante o público, JBC disse:

Não tenham, pois, qualquer receio, os intelectuais madeirenses, de ser eu, confesso inconformista, o delegado, nesta ilha, de tão jovem agremiação: - ela é totalmente estranha, como acabais de ouvir, ao meu surto ideológico...

Actualmente, são apenas oito os escritores da Madeira que fazem parte da Sociedade – por ordem alfabética, Alfredo Figueira Gomes, Pe. Eduardo Nunes Pereira, Drs. Elmano Augusto Vieira, Ernesto Gonçalves, Horácio Bento Gouveia, Manuel Pestana Júnior, Ricardo Nascimento Jardim, e a minha modesta pessoa, como seu delegado nesta ilha. Para tal, basta que se verifiquem as três condições mínimas impostas pelos Estatutos: -

que tenham livros publicados, que dois escritores, já sócios, subscrevam a respetiva proposta e, finalmente, que a Direção a aprove.
As portas, portanto, desta Sociedade, não estão fechadas e, muito menos serei eu quem as encerre pois, libertário como sou, nunca desempenharia em qualquer sector o papel de carcereiro...

Apesar das adversidades políticas existentes no seio da intelectualidade funchalense, JBC “num sentido de abertura cultural” (Teixeira, 2005, p. 288), aproximou o quanto pôde dois meios literários, no âmbito da literatura e das culturas portuguesas, tentando assim quebrar em certa parte o distanciamento ideológico que conduzia a ilha ao isolamento, que já se havia tornado um *leitmotiv* da prática literária e até da prática jornalística local.

JBC procurava com os seus coevos dinamizar a cultura na Madeira, fosse erudita ou popular. Importava manter a ilha ao nível da média intelectual e cultural das cidades mais cosmopolitas de Portugal e da metrópole, como também formar públicos, por via de práticas culturais, que possibilitassem uma abertura de mentalidades perante novos saberes. Fazer pulsar a cultura na cidade e tirá-la da inércia e apatia culturais em que se encontrava na época. E a presença da delegação da SPE era também uma das práticas encontradas para fazer frente a esta situação.

A propósito, em 1959, JBC publicou um artigo no jornal *Eco do Funchal* (Artigos de João de Brito Câmara publicados em jornais, [1926]/1963), dedicado ao Teatro Moderno, onde enaltece e elogia as ações do “Sr. Dr. Carlos Lélis Gonçalves, distinto professor do nosso Liceu” e tece duras críticas relativamente à apatia cultural do “madeirense a partir do nível social médio”, como se pode constatar nesta passagem:

O madeirense, a partir do nível social médio, tem recorrido demasiado, com honrosas exceções, ao fatalismo do seu isolamento insular para absorver um atraso que, mais do que nesse acidente geográfico, se filia na preguiça mental, inibidora e esterilizante, a que a rotina do seu comodismo o conduziu.

Em vez de encarar semelhante fatalidade como poderoso estímulo de meditação e estudo, deixou-se, pelo contrário, subjugar por ela, sem querer ver o seu “não vale a pena, estamos longe” (...)

(...) De pouco lhe serviu até o contacto com povos estrangeiros mais evoluídos, sendo curioso notar que, mesmo os representantes daqueles com quem tem convivido mais intimamente (o anglo-saxão), (...) também foram contaminados por idêntico sibaritismo. (...)

(...) E assim, neste marasmo, teima o ilhéu em atolar-se, cego às transformações que o progresso operou à sua volta, surdo ao que as ondas hertzianas lhe gritam a todo o momento, sem querer reparar que, ultrapassado, é sumamente ridículo, na hora que decorre, invocar distâncias e isolamentos que a Ciência, afinal, há muito eliminou.

Porém, de vez em quando e, por felicidade, com crescente frequência, um espírito mais desempoeirado, um temperamento menos conformista, reage contra a apatia

circundante, sacode bestuntos entorpecidos e, com ânimo de autêntica cruzada, põe em prática uma ideia meritória, lança à terra promissora semente, reacendendo votiva chama “no escuro que nos rodeia”, para lembrar que a Arte, porque expressão da Vida, não parou em meados do século XIX, como infelizmente ainda hoje pensa tanto madeirense empedernido. (...)

(...) Muito honrados, e como fazemos nossas as transcritas palavras do distinto professor, com a afirmação de que ninguém melhor do que ele está indicado para converter o seu sonho, ardentemente, também desejam, por constituir novo passo no caminho de uma autêntica reabilitação do nosso estagnado ambiente cultural.⁴⁶

Entre os documentos analisados, pudemos verificar que não houve sede oficial para reuniões, tendo JBC disponibilizado o seu escritório para os devidos efeitos, mas curiosamente havia papel timbrado o que denota um certo rigor, requinte e cuidado relativamente à imagem da extensão da SPE na Madeira. Também se notou que não há registo de atas de reuniões, à exceção de um apontamento e de uma convocatória a propósito da preparação e organização do sarau literário-musical. Todavia, existem apontamentos e inclusivamente correspondência que dão conta que, nesta qualidade, JBC convidou e inscreveu “Gente das Letras”⁴⁷ da Madeira⁴⁸. E porque a memória de uns permanece reavivando a de outros, ouçamos o que João França, autor da crónica “Gente de Letras”, escreveu:

(...) Dele [Francisco Alvares de Nóbrega, o Camões Pequeno] quase se não lembram a História e as novas gerações. Se de todo esquecido não estará ainda, pelo menos na Ilha, dever-se-á o facto à presença daquele monumento erguido em sua memória, ali para os lados de Machico.

Dai para cá, com os adventos do Romantismo, Modernismo, Surrealismo, teve a Madeira uma larga Centena de poetas notáveis, a justificarem o embalar estimulante do berço ilhéu.

De modo mais vivo ficariam os nomes de Jaime Camara, Cabral do Nascimento, Octávio de Marialva, Edmundo de Bettencourt, João Brito Camara, Baptista Santos, Luís Marino, padre Eduardo Pereira, Herberto Hélder e outros mais.

A par dos poetas surgiria, sobretudo no começo deste século, no Funchal, uma vasta plêiade de escritores e jornalistas entusiastas das coisas da sua terra, aos quais viriam

⁴⁶ Relativamente a este sentimento de apatia cultural que JBC fala, é interessante a leitura de um documento datilografado da sua autoria, datada de 1963/64, com o título “Inquérito”. As questões vão no sentido de saber a opinião do escritor sobre a literatura autóctone na Madeira e numa delas o poeta toca neste assunto e como exemplo de inovação temática e linguística aponta a poesia de Herberto Helder como “a mais notável revelação literária madeirense” (Originais de entrevistas, inquéritos e palestras, 1944/1964).

⁴⁷ “Gente das Letras” é o título de uma crónica de João França (2007, pp. 144-147). De acordo com as informações disponíveis no livro, esta crónica foi *Tirada do livro Mar e céu por companheiros (Crónicas madeirenses)*, Lisboa, 1979, págs. 61-64, *crónicas escritas em fins de 1978 para a ANOP, destinadas a jornais de língua portuguesa em terras estrangeiras*.

⁴⁸ Cf. Documento datilografado: notícia-carta enviada por JBC ao Diretor do *Diário de Notícias* para retificar uma informação sobre as propostas de novos sócios para a SPE (08.01.1957) (Artigos de João de Brito Câmara publicados em jornais, [1926]/1963).

juntar-se, embora muito mais tarde, ilustradores e caricaturistas de mérito, como bem podem ser os casos admiráveis de um Teixeira Cabral, de um Ivo Ferreira, de um António Aragão e até mesmo de um Max Römer. Mal vai uma terra para mim uma terra de recurso literário como é a Madeira - quando os poetas se calam e os romancistas esmorecem ou se não renovam numa arte indicadora da presença cultural. (...) (França, 2007, pp. 145-146).

Por conseguinte, assim que iniciou as suas funções, apresentou uma proposta de inscrição de novos sócios que, depois de aceites como sócios efetivos, passariam a receber comodamente a correspondência em suas residências, tendo que pagar a quota por mês e a joia, ficando ao seu critério participar nas atividades desenvolvidas pela sede da SPE, em Lisboa, ou numa outra delegação, como a do Porto ou Coimbra que igualmente primavam pela riqueza da programação das suas atividades culturais.

No poder das suas funções, a 11 de dezembro de 1956, expediu uma carta propondo quatro escritores madeirenses (Correspondência da direção da S.P.A., 1956/1963).

Funchal, 11 de dezembro de 1956
Sociedade Portuguesa de Escritores
Caso do Alentejo
Rua Eugénio de Santos, 58
Lisboa

Prezados confrades,

Com os melhores agradecimentos, acuso a recepção, em 16 do mês findo, da Vossa carta, datada de 12 anterior e, no seguimento da minha honrosa missão de Delegado, esta Ilha, tenho o prazer de enviar, inclusas, quatro propostas para outros tantos novos sócios da nossa Sociedade. Referem-se elas, aos seguintes Escritores madeirenses:

Dr. Manuel Gregório Pestana Júnior
Augusto Elmano Vieira;
Ricardo Nascimento Jardim
Alberto Figueira Gomes.

Neste correio, em volume separado, seguem os exemplares, no total de oito, das obras não esgotadas dos propostos.

Aguardando a remessa de alguns exemplares impressos dos Estatutos, bem como dos Cartões de Identidade, quando ultimados, fica aguardando notícias sobre as propostas agora enviadas, o que, com afectuosos cumprimentos, se subscreve,

Muito Atentamente sempre
ao dispor
João de Brito Câmara

A Delegação da SPE foi assim mais uma porta aberta para os escritores e intelectuais da Madeira ou nela a residir uma oportunidade para atualizar os seus saberes socioculturais de projetar a Arte das Letras a nível nacional, assim como participar em concursos literários e culturais que foram sendo realizados no seu tempo de vida (1956-1965).

3.3.2. O Sarau Literário-Musical inaugural da Delegação (1958): um evento cultural programado

O Sarau Literário-Musical

Andaram Cultura e Arte, de mãos dadas alardamente – a segunda é complemento inconfundível da primeira – a falar-nos à sensibilidade (A., 1958).

A consulta da correspondência permitiu-nos ainda explicar a componente prática da faceta de promotor e organizador de eventos que havia em JBC, averiguando os seus passos à luz de conceitos teóricos inerentes à programação cultural como hoje a conhecemos.

Em 26 de abril de 1958, realizou-se de um evento sociocultural engendrado e acontecido num espaço histórico-temporal, com objetivos específicos, público-alvo, assim como programação.

No regime salazarista subsistia uma política cultural nascida nos anos 30, claro com contornos bem diferentes das atuais. No decorrer do fenómeno da globalização, da democratização da cultura, da educação, da diversidade cultural e das identidades territoriais as políticas culturais vão sendo pensadas e colocadas em prática e hoje falamos de Gestão Cultural e da sua interdisciplinaridade. Contudo, esta a geração de JBC longe estava de pensar que existiriam no futuro conceitos como Gestão Cultural tal como a concebemos na atualidade.

Todavia, e no que toca ao capítulo da programação, organização e realização de um evento independentemente da sua tipologia, no âmbito do paradigma da Gestão Cultural, a capacidade sinérgica dos promotores culturais para fazê-lo acontecer é aqui convocada para estabelecer, pese embora as diferenças, um encontro entre “a anterioridade e a contemporaneidade” (Moniz, Pimentel, & Santos, 2005, p. 203). Primeiramente, para analisar as competências de JBC como promotor do evento cultural, os procedimentos e as estratégias que acionou para a sua concretização, sem, no entanto, nos determos na componente conceitual imbricada na programação/organização de um evento. Em segundo,

trazer à memória os saraus como eventos históricos e tradicionais que refletem aspetos do *modus vivendi* (comportamentos, normas sociais ao desempenho social) de uma sociedade e seu “Habitus” (Bourdieu *apud* Setton, 2002).

Interessante é notar que, ultimamente, o formato do sarau tem vindo a ser retomado ou reinventado no campo da educação para a cultura e cidadania ativa, por exemplo, em contextos escolares e associações culturais e recreativas locais.

Da matéria de investigação e análise macroestrutural da atividade do escritor na qualidade de delegado da SPE na Madeira, surgiu-nos um conjunto de documentos que poderiam passar despercebidos, visto que se encontram entre recortes de jornais, correspondência e “papéis”. Foi no decorrer da exploração circunstanciada desses papéis, como faturas, licença e apontamentos acerca do sarau literário-musical, que nos apercebemos, pela leitura do documento A, do valor significativo destes testemunhos, em quantidade e qualidade. Ocorreu-nos então explicar, numa componente mais prática, digamos assim, a faceta de promotor cultural de JBC. Também tentaremos dar a conhecer por meio destes “papéis” e da correspondência com Assis Esperança os meandros do pensamento e do agir do escritor no espaço público e no espaço privado. Para além disso, estamos em crer que estas fontes, dispostas de forma a visualizar o evento programado no seu tempo, concorrem para reforçar os objetivos indagados e subjacentes no presente trabalho de investigação.

A história dos eventos remonta à antiguidade clássica e subjacente a este conceito está a prática do encontro e/ou da reunião entre pessoas por motivos diversificados cujo âmbito temático vai desde a religião, passando pela cultura, até à política. Num artigo da autoria de Mariângela Ramos Silva (Silva M. B., S.d, p. 1), intitulado “O evento como estratégia na comunicação das organizações: modelo de planeamento e organização”, ao dissertar sobre a importância das etapas de organização e realização de um evento, acredita que:

Quando o evento é bem organizado e planeado, pode manter, elevar ou recuperar a imagem/conceito de uma organização junto ao seu público de interesse. Portanto, o evento é uma estratégia de comunicação que atinge o público-alvo desejado; divulga a marca de uma empresa, promove seus produtos, potencializa suas vendas e contribui para a expansão e a conquista de novos mercados.

Numa perspetiva similar, Farias e Gancho (2014, p. 26) consideram que este tipo de acontecimentos:

(...) promovem maior relacionamento ou, para usar um termo mais adequado, engajamento com os públicos a que se destinam. Conforme afirma Roosevelt Hamam (2006, p. 130), “dificilmente qualquer outro meio de comunicação poderia atingir em cheio um público tão específico em uma só oportunidade”. E é esse o grande diferencial dessa ferramenta de comunicação: ela atinge diretamente o público-alvo e é capaz, se bem planejada e realizada, de promover uma experiência única e um vínculo sem igual. Assim, faz parte da natureza dos eventos a interação com o recetor, entendendo-se por interação a transmissão de mensagens e o feedback. (...)

Tomando como ponto de partida a componente teórica das palavras e expressões utilizadas na anterior citação, tais como “ferramenta de comunicação”, “planejada⁴⁹ e realizada”; “público-alvo”, “promover uma experiência única” e “*feedback*”, iremos analisar os passos de JBC durante o mês de abril e maio de 1958, atendendo a três fases e inerentes ações na concretização do sarau literário-musical para divulgação da SPE e da sua delegação na Madeira, a saber: planejar, organizar e avaliar.

Partindo do pressuposto que um evento é um projeto, é necessário reunir condições para que o mesmo se realize com êxito. Nesta mesma linha, é na fase da planificação que, tendo em conta o seu objetivo e o público-alvo, se demarcarão o tipo de evento, local, hora e a sua programação, entre outras exigências protocolares que serão acionadas nas etapas seguintes. Também prever a sua exequibilidade, atendendo aos custos financeiros que daqui advém, tal como pagamentos de bens e serviços, a disponibilidade para contratar artistas, licenças. No fundo, é nesta etapa que ficará desenhado o trajeto ou o guia para a organização/realização do evento, não esquecendo as averiguações no sentido de encontrar parceiros/patrocínios e o contacto com a comunicação social para divulgação do acontecimento.

Deste modo, da análise entrecruzada do *corpus* podemos conjecturar que a conceção e a planificação do evento terão sido, com alguma antecedência, pensados em equipa, isto é, entre sócios da SPE e JBC enquanto promotor e mediador culturais.

Como forma de acompanhar o nosso ponto de vista, vejamos o que a leitura de dois documentos autênticos seguidamente transcritos nos diz a respeito. Cronologicamente,

⁴⁹ Este é um termo técnico da gestão de eventos que surge recorrentemente na literatura sobre a temática em português do Brasil que, para o nosso trabalho deverá ser lida “planeada”.

transcrevemos a cópia da carta enviada por JBC ao presidente da Câmara Municipal do Funchal, com data de 1 de abril de 1958 (Documento A) e de seguida a convocatória dirigida aos sócios efetivos da SPE para uma reunião a acontecer a 15 de abril (Documento B) (Correspondência de entidades oficiais e privadas, 1958).

Documento A

1 de abril de 1958

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal
“ A SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESCRITORES” associação com personalidade jurídica e sede em Lisboa, devidamente representada pelo seu delegado, nesta cidade, o signatário, João de Brito Câmara, casado, advogado, morador à rua Pedro José de Ornelas, pretende levar a efeito, no dia 26 do corrente ou no 3 de do próximo mês de maio, pelas 21 horas, no Teatro Municipal Baltazar Dias, um sarau, constituído por palestra, conferência e, possivelmente, também por uma pequena exposição de livros no átrio do mesmo Teatro, inaugurando, assim, nesta cidade, as suas funções essencialmente culturais e de difusão da obra literária nacional.

Por isso, mui respeitosamente,
Requer a V.Ex^a se digne ceder-lhe a mencionada casa de espetáculos
para aquele dos dois referidos dias que oportunamente indicar.

P. a V.Ex.^a Deferimento

Documento B

CONVOCAÇÃO

Para uma troca de impressões sobre a 1^a sessão cultural da Sociedade Portuguesa de Escritores (Delegação do Funchal) que se realizará no dia 26 do corrente, no Teatro Municipal, desta cidade, pede-se aos Srs. Escritores madeirenses, abaixo designados, o favor de comparecerem pelas 18,30 horas da próxima terça-feira, 15 do corrente, na Rua dos Ferreiros, n.º 75.

Funchal, 11 de Abril de 1958.

O Delegado

João de Brito Câmara

Sr. Alberto Figueira Gomes; Pe. Eduardo Nunes Pereira;
Dr. Elmano Augusto Vieira; Dr. Ernesto M. Gonçalves;
Dr. Horácio Bento de Gouveia; Dr. Manuel G. Dr. Pestana Júnior;
Ricardo Nascimento Jardim.

Relativamente ao documento A⁵⁰ de cariz oficioso, verifica-se que o mesmo permite subentender a existência de reuniões precedentes da delegação da SPE, assim como dá conta das linhas orientadoras teoricamente conhecidas no âmbito da gestão e promoção de eventos. No texto vem expresso o tipo de evento escolhido e a hora, sendo que foram sugeridas e deixadas à consideração do Sr. Presidente a opção de escolha entre 26 de abril ou 3 de maio de 1958. Nesta carta, JBC expõe a motivação da criação da “1ª sessão cultural” e enuncia os seus objetivos gerais, sendo estes: divulgar e apresentar à comunidade local a SPE ; comunicar “as suas funções essencialmente culturais e de difusão da obra literária nacional”.

Apercebemo-nos pela leitura do documento A que JBC se refere às características da “1ª sessão cultural” da delegação da Madeira, adiantando que passaria por “uma palestra, conferência e, possivelmente, também por uma pequena exposição de livros e realizar pequenas ações culturais no átrio do Teatro Municipal do Funchal.

Quanto à leitura do documento B, podemos verificar que está patente a questão de trabalho colaborativo e atempado, expresso na motivação da reunião a 15 de abril: “uma troca de impressões sobre a 1ª sessão cultural da Sociedade”.

Curiosamente, e dado que as fontes existentes sobre esta atividade cultural não abundam, consideramos que este documento encerra em si uma certa formalidade diante outros, talvez por ser o único que está assinado pelos presentes e, julgámos, teria de ser arquivado como prova da gestão da delegação, tal como acontece com “a correspondência entre atividades privadas e oficiais” e “recibos e faturas da delegação” (Recibos e faturas da delegação da S.P.A, 1956/1958)⁵¹.

Ainda sobre esta questão da preparação e organização do evento, defrontámo-nos com um documento manuscrito relativo a uma reunião realizada a 21 de abril (Diversos, 1957/1965), no qual se ultimam pormenores do sarau literário-musical e os pontos

⁵⁰ Existe no espólio um documento comprovativo da entrega desta carta como requerimento oficial de cedência do espaço, na secretaria da Câmara Municipal do Funchal, datado de 1 de abril de 1958 e registado sob o n.º 2679.

⁵¹ “Os recibos e as faturas são os seguintes: um recibo da Casa do Turista para «pagamento de 2 cestos de flores»; um recibo «Pela distribuição de convites para a 1.ª sessão cultural»; um recibo da Polícia de Segurança Pública, «serviço prestado para um agente e três guardas» no Teatro Baltazar Dias; um recibo para pagamento de «sessão cultural»; um recibo, «pela afinação do piano para o Concerto realizado»; um recibo, dos Bombeiros Municipais do Funchal, por serviço de prevenção; um recibo do Teatro Municipal de Baltazar Dias, pela cedência da sala; um recibo da Câmara Municipal do Funchal, comprovativo de requerimento para «cedência do Teatro»; duas faturas e recibos da Madeira Gráfica; um recibo da firma A Iluminadora, pelo aluguer de três projetores; um recibo do Bazar do Povo, para pagamento de bilhetes do Teatro; um recibo para pagamento de «actuação no concerto realizado»; um recibo, de Perestrellos Fotógrafos, «pelas fotografias tiradas». (Barros & Teixeira, 2014: 44).

discutidos, a saber e segundo JBC: 1) convites; 2) novos sócios; 3) disposição do palco; 4) Dr. Horácio Bento (conferência); 5) programa (amostra); 6) bilhetes (quantos); 7) assinaturas/ofertas; 8) presença no “stand”.

Diante desta análise, parece-nos válido considerar que JBC, na qualidade de promotor do evento sarau literário-musical, no seu tempo e espaço histórico-social, executou tarefas interdisciplinares que convocam uma série de competências e capacidades quer nos domínios da gestão financeira e organizacional, do bom relacionamento interpessoal e intrapessoal (Mcquail & Windahl, 2003), quer no domínio e conhecimento dos equipamentos, práticas e produtos culturais locais. Por conseguinte, cremos que por parte de JBC, e de outras entidades, organismos na área da dinamização cultural madeirense, havia a consciência dos passos formais e informais que deveriam engendrar para atingir a exequibilidade e sucesso de um evento cultural. O sucesso e o sentimento de alcance dos objetivos do evento dependerá sempre da subjetividade do público-alvo, sendo possível avaliar o evento por meio da comunicação interpessoal, isto é, do *feedback* da rede de contactos pessoais, por exemplo correspondência, cartões visita, conversas “de café” e, com peso maior para a organização do evento, através da imprensa local (notícia-tipo e jornalismo crítico)

A gestão operacional do projeto levou JBC a acionar um conjunto de procedimentos para que o projeto fosse exequível e atingisse os seus objetivos. Pelo que pudemos aferir, toda a organização antes, durante e depois do evento foi da responsabilidade do delegado da SPE na Madeira.

Depois de esquematizado o programa, JBC tratou de toda a parte burocrática para obter autorizações e licenças (Delegado da Sociedade Portuguesa de Autores (S.P.A.), 1956/1965) obrigatórias para realização de um espetáculo público no Teatro Municipal Baltazar Dias: requerimento de cedência do espaço à Câmara Municipal do Funchal; a licença de realização junto da Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (tais Ofício n.º 304 – L. 22, timbrado) e a licença dos direitos de autor relativos ao sarau literário-musical, cedido pelo Agente geral na Madeira da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses.

Simultaneamente, para corresponder às exigências institucionais e camarárias em relação à segurança e assistência no evento público, solicitou os serviços da Polícia de

Segurança Pública, «serviço prestado para um agente e três guardas» e dos Bombeiros Municipais do Funchal, por “serviço de prevenção”.

Enquanto isso, contactou a Academia de Música da Madeira no sentido de negociar um concerto de música clássica, o qual ficou agendado para a segunda parte do evento e onde colaboraram os artistas e professores Lizetta Zarone ao piano e João Nogueira no violino.

Um parêntesis para focar a questão do orçamento e recurso a patrocinadores neste âmbito. Numa carta expedida para Assis Esperança, datada de 17 de maio de 1958, na qual JBC agradece as generosas palavras e comentários que o amigo havia escrito relativamente ao êxito e *feedback* positivo do sarau, menciona que: “a título de que se tratava de uma iniciativa cultural, pedimos, e obtivemos, um subsídio do Município do Funchal”. Nesta mesma linha, abonam a favor de ter havido essa preocupação por meio da análise das anotações de valores financeiros (despesas e receitas) num simples papel, do rol dos custos inscritos numa folha timbrada do seu escritório e os recibos e faturas de pagamentos *à posteriori* de bens e serviços. Note-se que os tempos eram outros e os custos de muitos eventos organizados individualmente, ou de outra situação no âmbito da cultural, como por exemplo a edição e publicação de um livro ou um evento numa associação cultural e recreativa, ficavam a cargo do responsável ou do grupo, mesmo que temporariamente.

Como acabamos de sublinhar, é por meio de apontamentos do escritor, facturas e recibos das despesas que conseguimos ter indicações de pormenores interessantes da preparação do dia do evento e que, a propósito, nos parecem pertinentes, para pensar na gestão operacional do mesmo.

Para garantir a vivacidade e a elegância deste tipo de evento, o escritor não descurou a decoração e montagem da exposição dos livros, cujo objetivo era divulgar e vender exemplares, mormente livros cedidos pelos escritores sócios da SPE. Assim, outros contactos foram sendo feitos no sentido de ver a possibilidade de as livrarias locais prestarem a sua colaboração na exposição com livros para venda, inclusive dos escritores madeirenses. Com o objetivo de encontrar solução para a decoração do espaço e montagem da exposição no átrio do Teatro, JBC também contou com os “conhecidos artistas Paulo e Alvírio [e] com a cooperação da Maison Blanche” (Sessão Cultural da Sociedade Portuguesa de Escritores, 1958). A propósito existe um recibo da empresa “Casa do Turista” referente ao pagamento de dois cestos de flores.

Por outro lado, havia que tratar dos convites e da sua distribuição tendo para isso pago um serviço de distribuição, cujo recibo data do dia 23 de abril de 1958, portanto três dias antes do evento. De acordo com os recibos da empresa e pela descrição dos mesmos, o trabalho tipográfico dos convites, envelopes e programas do evento foi entregue à “Madeira Gráfica”. (Delegado da Sociedade Portuguesa de Autores (S.P.A.), 1956/1965). Atendendo a que se tratou de um evento no Teatro Municipal Baltazar Dias, estava incumbido o organizador de facultar os ingressos, sendo assim, ao “Bazar do Povo” requereu uma “coleção de bilhetes de teatro”, os quais ficaram gratuitamente ao dispor até “às 13h horas da véspera – dia 25 do corrente – na Rua dos Ferreiros, 75”.

Apesar de ter pago a “cedência de Sala” cujo preço variava consoante a hora do dia, toda a logística interna era paga e suportado pelo organizador. Assim, no recibo n.º 690 do Teatro Municipal Baltazar Dias, consta que JBC pagou: porteiros no período noturno; serviços internos durante o espetáculo; limpeza do edifício; visto Governador Civil; serventes para a colocação do estrado e do piano; iluminação suplementar e despesas. Relativamente à iluminação suplementar e ao piano, também constam do espólio um recibo da empresa “Iluminadora” “pelo aluguer de três projetores” e outro “pela afinação do piano para o Concerto realizado”.

Por forma a registar o evento para a posterioridade, JBC contratou o serviço fotográfico de “Perestrellos Photographos, L.^{da}. Já em relação à sua divulgação atempada – o *preview* (Ribeiro, 2000)– enviou para a imprensa local, Posto Emissor do Funchal e Rádio da Madeira uma notícia-tipo acompanhada do programa (Delegado da Sociedade Portuguesa de Autores (S.P.A.), 1956/1965), como se pode verificar e analisar nas transcrições dos documentos, também eles elucidativos da nossa exploração documental a respeito da faceta de JBC como poeta e promotor cultural. Note-se que a divulgação, provavelmente, ter-se-á iniciado antes do dia 24 de abril de 1958 (Delegado da Sociedade Portuguesa de Autores (S.P.A.), 1956/1965):

SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESCRITORES

Serão Literário-Musical do próximo sábado

Em aditamento à notícia inserta do nosso número do passado domingo, sobre o serão em epigrafe, podemos informar que, no intervalo do mesmo, entre a parte literária e a musical, esta última a cargo dos insignes professores da Academia de Música da Madeira, então referidos, encontrar-se-á montada, no átrio do Teatro Municipal, uma exposição de várias coleções de livros, para venda ao público, entre as quais a dos sócios madeirenses da Sociedade Portuguesa de Escritores, que autografarão os da sua autoria

aos compradores que o solicitarem. Colaboram nesta pequena exposição, as Livrarias Figueira, Condessa, Feira do Livro, Bazar do Povo e Editorial Eco do Funchal, sendo a respectiva montagem da autoria dos Artistas Alírio e Paulo, com mobiliários e decorações gentilmente cedidos por Camacho's- Maison Blanche.

Os bilhetes de ingresso no Teatro, que são gratuitos, poderão ser requisitados até às 13 horas da véspera - dia 25 do corrente na Rua dos Ferreiros, 75.

Diário de Notícias. 22.4.1958 (Sociedade Portuguesa de Escritores. Serão Literário-Musical do Próximo Sábado, 1958)

Esta noite, no Teatro Municipal

O magnífico sarau promovido pela Delegação da Sociedade Portuguesa de Escritores

Finalmente é hoje, pelas 21 h., que no Teatro Municipal se realiza, conforme temos dito o anunciado sarau literário-musical que assinalará o início das actividades culturais na Madeira, da Sociedade Portuguesa de Escritores.

É muito fácil antever o êxito aliciante dessa sessão, à qual assistirão as figuras mais representativas da vida madeirense.

O bom índice do programa; a categoria dos trabalhos a apresentar; a colaboração de distintos artistas constituem motivos mais que suficientes para fundar as razões do brilhantismo do sarau desta noite.

Repetimos a seguir, o respectivo programa, sugestivamente delineado pelo dinâmico delegado da S. P. E na Madeira, o consagrado poeta, participante da geração da «Presença», Dr. João de Brito Câmara:

1. PARTE

I-Breve apresentação da Sociedade Portuguesa de Escritores

Pelo Dr. João Brito Câmara

2 Interpretação do homem e do Pensador Sampaio Bruno”

Conferência do Dr. Joel Serrão, lida pelo Dr. Horácio Bento de Gouveia

INTERVALO

2. PARTE

Paixão Oscar da Silva

Estudo em Lá..... Ciampi

1º Nocturno..... Fauré

Estudo Op. 25 N.º 12 ... Chopin

Prof. Leonor Pulido Piano

Sonata em sol m. ...E. Grieg

Lento doloroso-Allegro vivace

Allegretto tranquilo

Allegro animato

Profs. João Nogueira- Violino;

Lisetta Zarone-piano.

A todas as pessoas que receberam bilhetes de ingresso e que, por qualquer motivo, não possam assistir à sessão desta noite a Delegação da S. P. E, agradece o obséquio da sua devolução para a bilheteira do Teatro. Isto para fazer face aos pedidos de bilhetes que lhe têm sido dirigidos.

Diário de Notícias. 26.4.1958

Ora se JBC não descurou a apresentação estética e cultural do evento, desde o seu formato, passando pelo concerto de música até à decoração da exposição dos livros, de todo esqueceria os pormenores como o *preview e o review* (Ribeiro, 2000) do evento, para obter

o feedback (avaliação do evento), sobretudo dos meios de comunicação social, não fosse ele um crítico da atividade literária e cultural e não tivesse a consciência do poder dos *media* e da crítica por eles veiculada para o prestígio, promoção e sustentabilidade autoral como poeta.

Segundo António Ribeiro (2000, p. 77), que aplica os termos *Preview* e *Review* para abordar o papel e poder dos *media* nas questões: “Que devemos esperar do público?” e “Que nos é legítimo esperar da crítica? No que se refere à segunda questão é interessante, neste contexto, a leitura desta passagem:

(...) Depois da notícia *preview* que anuncia o evento, a crítica não é mais do que um *review* (sumário) e sucedâneo da notícia. E, no entanto, e paradoxalmente, este *review* é fundamental para a obra, pois a é a sua existência que lhe dá existência. (...)

Diz a bibliografia a respeito da planificação e organização de eventos que a fase posterior ao acontecimento é de avaliação, sendo que desta etapa fazem parte vários itens. Neste contexto, teremos em conta os itens balanço do evento, agradecimentos e impacto público e mediatismo do mesmo.

Por conseguinte, depois do dia de evento, JBC teve o cuidado de enviar correspondência a agradecer a colaboração de diferentes entidades oficiais e/ou particulares envolvidas e à imprensa local. Só a título de exemplo, transcrevemos esta pequena nota, datada de 9 de maio de 1958, divulgada no *Diário de Notícias* (Sociedade Portuguesa de Escritores, 1958) (Delegado da Sociedade Portuguesa de Autores (S.P.A.), 1956/1965)⁵²:

Do Delegado, nesta ilha, da Sociedade Portuguesa de Escritores, sr. Dr. João de Brito Câmara, recebemos ontem um amável ofício de agradecimento pelo relevo que o «Diário de Notícias» deu à realização da primeira sessão cultural daquela Sociedade. Registando a cortesia, o «Diário de Notícias» renova os seus préstimos à Sociedade Portuguesa de Escritores.

Tendo presente o conteúdo das notícias de 22 e 26 de abril de 1958 e analisando as notícias veiculadas a respeito, temos a oportunidade de perceber o impacto público e mediático do sarau na imprensa periódica madeirense. No cômputo geral, é possível perceber que a adesão do público foi francamente positiva e os comentários veiculados a respeito dão conta do êxito do sarau, elogiando-se “o respectivo programa, sugestivamente delineado pelo dinâmico delegado da S. P. E na Madeira, o consagrado poeta, participante da geração da

⁵² A data é manuscrita.

«Presença», Dr. João de Brito Câmara” (Delegado da Sociedade Portuguesa de Autores (S.P.A.), 1956/1965).

Os jornais que noticiaram e mediatizaram o evento foram: *Diário de Notícias*, *Reinhau-hau*, *Comércio do Funchal*, *Eco do Funchal*, *Jornal da Madeira* e *Voz da Madeira*. Entre os dias 27 de abril a 8 de maio do ano em causa, JBC e o sarau literário-musical da Delegação da SPE na Madeira foi notícia. Por exemplo, O *Diário de Notícias* foi aquele que mais mediatizou o evento tanto nas vésperas, como no dia e dias posteriores.

No dia 27 de Abril de 1958, o *Diário de Notícias* (Por um sarau de impressoras fulgurações a Sociedade Portuguesa de Escritores iniciou a sua actividade cultural entre nós, 1958) abre a primeira página com a notícia em destaque. Com antetítulo “Ontem à noite no Teatro Municipal”, título “Por um sarau de impressoras fulgurações a Sociedade Portuguesa de Escritores iniciou a sua actividade cultural entre nós” e subtítulo “O PENSADOR CULTO E AQUELE QUE ELABORA O SABER, ASSIMILA, COMPARA, DEDUZINDO E INDUZINDO PARA NOS SURGIR COM NOVOS ÂNGULOS E PERSPECTIVAS CHEIOS DE LUMINOSIDADE- acentuou o Dr. Brito Câmara”, o jornalista comenta⁵³:

Foi uma noite de bela e inesquecível vibração artística - a de ontem no Teatro Municipal. O sarau promovido pela Delegação da Madeira da Sociedade Portuguesa de Escritores resultou num espetáculo magnífico, de forte poder de comunicabilidade, com momentos altos de extraordinário brilhantismo.

O programa, criteriosamente elaborado pelo delegado da S.P.E., o distinto poeta e homem de letras, Dr. João de Brito Câmara – elemento saliente da geração presencista” – teve o condão de concorrer, poderosamente, para o êxito impressionante desse sarau que assinalou, com rara beleza, o início das atividades culturais, entre nós, da prestigiada organização.

Apresentava deslumbrante aspecto a nossa primeira casa de espectáculos. Avultava a presença de figuras de relevo no nosso meio social, e entre elas muitas senhoras da nossa melhor sociedade que emprestavam ao ambiente nota de cativante distinção e graciosidade.

A mesa de honra estava assim constituída: presidência do Sr. Comandante Camacho de Freitas, governador do Distrito, que dava a direita aos Srs. Tenente-Coronel Fernando Costa Homem, em representação do Sr. Governador Militar, António Sardinha, Presidente da Câmara Municipal do Funchal e Dr. Brito de Câmara; e a esquerda aos srs. Dr. Henrique Freitas, representando a Junta Geral do Distrito e Dr. Pestana Júnior.

⁵³ Interessante notar que no meio da documentação, encontramos anotações de JBC do nome dos escritores que quiseram participar com os seus livros na exposição: “Horácio Bento de Gouveia, 10 exemplares de *Ilhéus*; Dr. Pestana Júnior, 10 exemplares de *Cristóbal Collon ou Symon Palha na História e na Cabala*; Dr. Alberto Figueira Gomes, 10 exemplares de *Frederico Ozanam* e 4 exemplares de *Ozanam*, Coleção Cem Páginas; Ricardo N. Jardim, 1 exemplar de *Saias de Balão*; 5 exemplares de *Sino rachado* e 6 exemplares de *A Ponte Sobre o rio*.

Abriu o Sarau o Dr. ° João de Brito Câmara (...) Seguiu-se a Leitura, feita também pelo sr. Dr. João de Brito Câmara dada a impossibilidade do Sr. Dr. Horácio Bento, da conferência do nosso conterrâneo Dr. Joel Serrão intitulada “Interpretação do Homem e do Pensador Sampaio Bruno” (...) impressionou vivamente toda a assistência.

Verificou-se depois o intervalo. E a parte musical que se seguiu conceituou o aplauso geral. (...) uma vez mais [os artistas] distinguiram o seletto público presente (...) Muitas Palmas coroaram a sua brilhantíssima actuação. E como também demorados aplausos se fizeram ouvir após as palavras ditas pelo sr. Dr. João de Brito Câmara fácil se torna deduzir que o sarau foi um autêntico êxito. Magnífico, vibrante, inesquecível... (...)

*30 minutos antes, no intervalo e depois da sessão,, com a colaboração das livrarias “Figueira”, “Condessa”, “Bazar do Povo”, “Feira do Livro”, Editorial “Eco do Funchal encontravam-se em exposição, (...) para venda ao público, várias coleções de livros, entre os quais a dos sócios madeirenses, que autografaram os da sua autoria aos compradores que o solicitaram. (...)

À semelhança do conteúdo desta notícia, a imprensa periódica veiculou o evento, e com unanimidade considerou a receção do mesmo um êxito.

“Se não constituí novidade a maneira superior como se apresentaram os artistas, foi, todavia, a sua bela arte nova de especial grandeza nesta primeira sessão cultural, organizada pela Delegação da Sociedade Portuguesa de Escritores na Madeira.⁵⁴

JBC, amante das Artes, e sensível à receção das mesmas pelo público, optou por um programa cultural que pudesse agradar ao público-alvo e atingir os seus objetivos. Conjugou literatura (palestra, conferência; exposição de livros e sessão de autógrafos) com música erudita: a música clássica.

Na época não foi novidade a ideia e/ou opção de organizar um sarau literário ou musical como evento social para dar visibilidade e legitimidade à delegação da SPE na Madeira. Contudo, a opção pelo espaço escolhido para a sua realização não foi gratuita. Primeiro por ser um equipamento cultural que apresentava em termos técnicos e acústicos as melhores condições à operacionalidade de um concerto de música erudita. Em segundo lugar, o teatro Municipal Baltazar Dias, pelo seu valor histórico e pela sumptuosidade, espaço de excelência da expressão e apropriação da criação artística na cidade do Funchal. Era o espaço cultural da nata funchalense de meados do século XX, pois era um hábito social entre as classes política e da meia/alta burguesia e cujos saberes culturais e financeiros coexistiam, permitindo a sustentabilidade deste tipo ou de outros eventos culturais como aproveitamento dos momentos de lazer, de fruição e de sociabilização. Quanto ao sarau, entendido na época como um dos mais elegantes eventos sociais, subentendia um protocolo

⁵⁴ Recorte de um jornal, “continuação da 1ª página”: título “Sociedade Portuguesa de escritores”. Apesar de todos os esforços, não conseguimos ligar este recorte a nenhum outro recorte.

a seguir quer por parte do organizador que recebia os convidados, quer pelos intervenientes certas formalidades, que vão desde a indumentária até aos códigos de interação no espaço público.

Em termos de reconhecimento público e mediático JBC atingiu os seus objetivos e os da SPE. Mas pessoalmente ter-se-á sentido realizado? Que angústias e canseiras teve de enfrentar para tudo parecer bem na qualidade de delegado da SPE? Desiludiu-se com alguém?

Por exemplo, os meios de comunicação informaram, mas não comentaram a ausência de Horácio Bento de Gouveia, que se tinha comprometido na reunião de 24 de abril a ler a conferência de Joel Serrão e, no próprio dia desfez o compromisso. Não deixou de ser um percalço que JBC enquanto organizador do evento teve de encontrar resposta.

Sobre este e outros aspetos para além de aproximá-lo da “vida da sociopolítica” da SPE na sede em Lisboa, correspondência trocada entre JBC e Assis Esperança (Correspondência de Assis Esperança e outros, 1958/1960) é reveladora de algumas respostas referentes a assuntos ligados às etapas do evento e, no geral às atividades da SPE entre 1956-1964⁵⁵. Passamos então da esfera pública do *modus operandi* do escritor a esfera privada, isto é, da comunicação organizacional e intra grupal para a interpessoal e amical.

Para o efeito, lembre-se que a vida de JBC nos finais dos anos 50, como o próprio assume na missiva enviada a Assis Esperança em 1959, era muito preenchida e ocupada entre “literatura, advocacia e política. Enfim a luta e acção de quem também nunca se recusou a dar «o corpinho ao manifesto» (...)”.

Note-se igualmente que é nesta fase de intensa atividade que JBC opta por concentrar-se mais na política e descursa a criação literária mais intensa na década de 40, uma vez que o livro de poesias *Ilha* foi a última obra publicada (1950). Sabemos que divergências acontecem entre quem não partilha a mesma ideia. E que os meandros da política causam ruturas, trazem inimizades e outros dissabores nas redes de sociabilidade. No tempo socio-histórico em que a SPE começou a dar os primeiros passos, e na Madeira JBC havia sido proposto por Assis Esperança e escolhido por unanimidade para delegado da SPE, as

⁵⁵ A correspondência entre JBC e Assis Esperança vai para além dos assuntos ligados à SPE. Trata da vida política da região e do país, receção crítica de obras de Assis Esperança (*Trinta Dinheiros* e *Pão Incerto*) e assuntos pessoais de ambos, nomeadamente saúde.

questões políticas eram muito sentidas pelos escritores portugueses, às juntavam-se ideias estéticas formando-se assim grupos intelectuais⁵⁶.

Desconhecem-se os porquês da “impossibilidade” de Horácio Bento de Gouveia comparecer para ler a conferência da autoria do seu coevo Joel Serrão. Na base da questão, podem estar divergências políticas e ideológicas, já que o Horácio Bento Gouveia pertencia ao partido do “Sistema” – A União Nacional, ao contrário de JBC, republicano e opositor assumido do regime autoritário de Salazar em todas as frentes. Todavia sabemos através da análise epistolar que a ideia de ler a conferência na Madeira data pelo menos dos finais de 1957 (Correspondência de Assis Esperança e outros, 1958/1960) como podemos verificar nesta passagem de uma carta enviada de 16 de dezembro desse ano:

(...) Continuamos com "Sociedade de Escrito às voltas (...) Foi realizada, aqui, a conferência de Joel Serrão sobre Sampaio Bruno. Falei ao Joel, e ele cede-a para leitura aí no Funchal. Quem a lerá, porém, antecedida, entende-se, por quaisquer referências ou juízos críticos? Joel o gostaria de o saber. (...)

Nesta mesma linha, a questão colocada por Assis deduz a existência de uma certa estratificação e relações de poder nesta micro rede de sociabilidade composta pelos intelectuais, escritores e artistas, assim como deixa antever uma certa dependência ou influência “psicológica” entre eles, atendendo ao seu *status* no panorama cultural nacional e local. Relembre-se que um dos princípios fundadores da SPE em prol de uma causa comum integrar, “de acordo com os seus princípios, representantes de diversas ideologias e correntes estético-literárias sem discriminações” (Associação Portuguesa de Escritores; Sociedade Portuguesa de Escritores, 1983). Deste modo, neste ambiente social (Fontes & Stelzig, 2004), cada indivíduo tinha de conter os seus impulsos, agir de forma flexível e colloquial em situações embaraçosas ou menos agradáveis.

Perante esta situação, na carta resposta de JBC, datada de 10 de janeiro de 1958, o escritor apresentou uma proposta e solicitou conselhos acerca do evento cultural:

Meu Caro Amigo:

Tenho em mãos duas cartas suas, umas sem data, mas recebida a 16 do mês findo e, outra, deitada de 4 do corrente, que recebi a 7. Procurarei responder a ambas. (...)
Quanto à conferência do Joel Serrão sobre Sampaio Bruno, para ser reproduzida aqui, podíamos arranjar esta modalidade:

⁵⁶ A este respeito, é interessante a leitura de Pires (1993).

eu, apresentaria o conferente, e o Horácio Bento lia o trabalho. Que acha o meu amigo e o próprio Joel?

Julga também que, sendo a primeira manifestação da "Sociedade", neste distrito, deveríamos convidar o Governador e restantes autoridades? Dava maior solenidade "à coisa", mas hesito em nos misturarmos com os bonzos; por outro lado, pô-los à margem, pode acarretar-nos qual quer suspeita. Aconselhe este seu amigo...

Acerca do ciclo de conferências comemorativo do centenário do nascimento de Sampaio Bruno, bem como da instituição do "Prémio Camilo Castelo Branco", consegui que o nosso amigo Elmano Vieira fizesse eco das duas iniciativas, no "D. de Notícias" local, transcrevendo, quanto à última, a entrevista concedida à "República" pelo nosso presidente Aquilino Ribeiro (recortes juntos). (...)

Escreva, logo que possa. Até lá, o apertado e fraternal abraço do seu sempre

Mt.º Amgº, dedº e admºr

João de Brito Câmara

Esta carta de JBC é bem expressiva dos meandros da vida intelectual e política do seu tempo, nomeadamente a nível local. Primeiro, dá-nos conta da solução encontrada para a leitura da conferência, ficando assim assente que foi JBC que propôs o seu coevo Horácio Bento Gouveia sem "quaisquer referências ou juízos críticos", demonstrando abertura de pensamento e respeito pelos ideais dos outros. Contudo, continuaremos sem saber a razão da falha deste no dia do evento. Seguidamente, esta carta é rica para perceber as redes de sociabilidade de JBC, com quem se identificava mais ou menos, tal como aferir que na sociedade, na vida política e social, o "ser" e o "parecer" comandam os comportamentos humanos. Transparece este jogo de relações interpessoais e intergrupais no espaço público que encontra outra face na esfera pessoal, privada. Veja-se que JBC chama de "bonzos" ao Governador e restantes autoridades, não incluindo claro o Pestana Júnior, presidente da Câmara Municipal do Funchal. JBC convivía cordial e o estritamente necessário com as autoridades locais porque representavam o "Sistema". Curioso notar, a propósito o nível de proximidade que JBC tinha com Assis na forma como redige as suas cartas e no vocabulário e expressões que utiliza. Repara-se também que convidar estas personalidades do panorama sociopolítico regional para o evento por um lado «dava maior solenidade "à coisa"», por outro afastava os sócios oposicionistas de suspeitas de qualquer ação que fosse censurada. Em terceiro, e por último, esta carta testemunha o tipo de relacionamento que mantinha com o seu conterrâneo, Elmano Vieira, que quanto a nós é próxima. Indica também o esforço de JBC como delegado da SPE e promotor da cultura manter a cidade informada e formada culturalmente, divulgando as ações e atividades culturais da agremiação de escritores.

Quanto a este assunto, e à guisa de conclusão, é interessante a leitura de algumas passos extraídos da missiva enviada por Assis Esperança a 7 de fevereiro de 1958⁵⁷:

Meu Caro Brito Câmara

Estamos a um mês da sua última carta, (...) respondo-lhe agora depois de consultados o Joel Serrão e a Direção da “Sociedade de Escritores”. (...)

Ao Joel é indiferente que seja este ou aquele dos n/ consórcios a ler a sua conferência. Parece-lhe, porém, pelas afirmações que produz ao longo de toda ela, que não agrada ao Horácio Bento reproduzi-lo convictamente, muito embora por conta e risco de outrem. Você resolverá – porque o Joel Serrão, repito, aceita o Horácio, e nós também. Carta Branca, pois assim, como os convites a quem há-de fazer parte da mesa da sessão. Nós, aqui, como, sistematicamente, nos temos afastado dos favores e presenças oficiais, resolvemos sempre assim: mesas formadas por escritores, entrada livre ao público.

O caso está em boas mãos, e se entendo que você deveria presidir à primeira manifestação que a “Sociedade” organiza na Madeira: mencionar o que ela pretende como cidadania a conferir ao Escritor, iniciativas que traz entre mãos, não quero impingir-lhe o modelo. Você fará o que melhor corresponder ao ambiente, e tudo irá bem, muito embora eu considere que o Governador Civil, por exemplo, pouco poderá dizer dos intuitos da sociedade. (...)

Com apertado, fraterno abraço de sempre, e com as minhas melhores saudações para todos os seus, acredite-me também sempre

Seu Admor. e Amigo Ded. e Gratíssimo
Assis Esperança.

Para finalizar, no que diz respeito à satisfação e objetivos pessoais de JBC após o evento, numa missiva enviada por Assis Esperança a 8 de maio de 1958, o escritor tece largos elogios ao trabalho e competências do promotor, referindo:

(...) Calculo o que lhe custou pôr de pé o “sarau” da “Sociedade. Magistral, afirmativa, desassombrada em dignidade, a apresentação que lhe fez e fez a si próprio quando proclamou, nas “barbas da autoridade”, o seu apostolado de inconformista e libertário. (...)

Avalio a sua fadiga. Isto de um só ter tudo a seu cargo é estopante. As tarefas, aparentemente mínimas, mas que nos levam tempo, paciência e atenção, as distribuições de bilhetes de convite, programas e tudo mais, até ao arranjo da sala, para que não haja críticas justas por parte daqueles que nada fazem, - quem as realiza se não aqueles que sentem a responsabilidade das iniciativas? Vê-se tudo de pé e a atitude geral é a de criticar os pormenores das realizações. Avalio, pois, repito a sua fadiga. (...) Estive uns dias fora de Lisboa (...). A próxima reunião [da SPE] é na segunda-feira 12,e, então direi a todos, como já disse ao secretário-geral, o que foi o “sarau”.

Para arquivo, deixarei os jornais que me mandou. Quanto às fotografias, vou enviá-las ao Redondo Júnior, que secretaria o «Século Ilustrado» (...)

Acredite-me sempre, com afetuoso abraço também de sempre,

Seu Admirador e Amigo Votado
Assis Esperança

⁵⁷ Deve ser notado que os sublinhados nas palavras citadas são da autoria do escritor, e não nossos.

P.s: Ocorre-me perguntar-lhe quanto gastou do seu bolso com o “sarau. Vejo inteira justiça que o embolsemos dessa despesa.

Toda esta constatação parece-nos validar o nosso propósito na elaboração deste subcapítulo, podendo afirmar que JBC foi poeta e promotor cultural no seu tempo e muito contribuiu para a dinamização e promoção cultural, assim como para o lançamento, valorização e prestígio a nível nacional dos escritores madeirenses.

O sarau literário-musical, como refere o jornalista do *Comércio do Funchal*, foi um momento em que: “Andaram Cultura e Arte, de mãos dadas alardamente – a segunda é complemento inconfundível da primeira – a falar-nos à sensibilidade” (A., 1958).

Dinamizou culturalmente um equipamento cultural, proporcionou momentos de fruição artística, divulgando por meio da música e da literatura artistas e produtos culturais regionais. Deu visibilidade os escritores madeirenses e à literatura em geral numa exposição pensada para o efeito, permitindo a interação direta entre escritor e público com a sessão de autógrafos. Promoveu momentos de abertura cultural e apropriação de saberes úteis à formação do intelecto (palestra e conferência de Joel Serrão), deu a conhecer o papel da SPE para a comunidade mais interessada e assídua e, economicamente falando, estimulou, pouco ou muito, a economia local.

4. (Re)conhecimento e visibilidade cultural de João de Brito

Câmara:

4.1. Estratégias de divulgação, visibilidade e conhecimento do escritor.

Quase no término do nosso trabalho de investigação pretendemos expor neste espaço alguns contributos que possam servir de pistas à incrementação de projetos e estratégias de divulgação, visibilidade e conhecimento do escritor. Como refere António Pinto Ribeiro (2000), “não se controla o resultado de uma produção”. Todavia, podemos prever a sua viabilidade e execução tendo em conta a realidade conhecida relativamente ao público-alvo e aos espaços escolhidos para a incrementação de práticas culturais, não esquecendo a sua exequibilidade e financiamento.

Importa aqui lembrar, dando a perceber a importância dos espólios, particulares ou privados, enquanto objetos culturais que contribuem para a preservação e construção da memória coletiva.

Por excelência, os espólios são autênticas “caixinhas de surpresa” (capas, é a designação técnica) para curiosos, estudiosos de diferentes áreas do domínio do saber com o intuito de pesquisar para descobrir algo que se desconhece. São documentos e verdadeiras fontes de informação, mas do passado, seja ele muito longínquo ou não. Faz parte do nosso património cultural material porque contam Histórias e histórias de um país, região, local ou de um “Eu”.

A respeito da natureza dos espólios privados, no capítulo “Mãos que preparam” , Maria Fernanda de Abreu (2007), colaboradora especial, testemunhou a sua experiência de pesquisa de documentos em espólios:

Para quem gosta de livros, uma biblioteca é um lugar quase mágico, místico, um lugar único, que permite o acesso a todo o mundo, a todas as civilizações. (...) Sendo essencialmente tudo aquilo que é impresso, a biblioteca guarda outras espécies, que incluem documentos iconográficos, musicais ou simplesmente escritos. Estes constituem os espólios, são personalizados, revelam sobretudo os seus colecionadores, que nos permitem o contacto e algum conhecimento das personalidades que por interesse, por gosto, por curiosidade ou por sentimento reuniram ao longo da vida documentos, correspondência ou simplesmente rascunhos. (...) Outro «mistério» dos espólios é a conservação de textos de obras já publicadas. (Abreu M. F., 2007, pp. 155-156)

Tendo como ponto de partida a vertente multidisciplinar do curso “Mestrado em Gestão Cultural” e assumindo que o gestor ou promotor cultural deverá, entre outras tarefas, não só gerir as organizações culturais das áreas do património material e imaterial, como também exercer tarefas voltadas para a investigação de ações de comunicação de valorização e promoção das políticas e produtos culturais, consideramos que o nosso trabalho de investigação é, embora singelo, representativo do nosso esforço em dar a conhecer um escritor e promotor cultural madeirense que, no nosso entender, tem sido lembrado e homenageado, mas um pouco secundarizado no panorama histórico-literário madeirense do século XX.

Deste modo, as estratégias apresentadas pretendem não deixar esmorecer a memória de João de Brito Câmara, que muito valorizou e acreditou nos talentos dos artistas madeirenses numa época conturbada, de transição do pensamento estético, marcada pelo

regime salazarista, impeditiva da “Liberdade” em todas as frentes socioculturais e económicas.

Sendo assim, apresentamos as seguintes estratégias que, com mais ou menos condições de exequibilidade, pretendem contribuir para o reconhecimento e visibilidade de João de Brito Câmara.

- a) Exposição documental de materiais do Espólio de JBC na sala de leitura do Arquivo Regional da Madeira.
- b) Recriação Histórica do Sarau- Literário inaugural (1958)

De alguns anos a esta parte, o Arquivo Regional da Madeira tem proporcionado, em múltiplos dos seus espaços, exposições temáticas ou de personalidades⁵⁸. Ao mesmo tempo que dinamiza este equipamento cultural, aproxima o cidadão do património arquivístico, conscientizando-o para o valor dos acervos públicos e/ou privados que testemunham a história da Madeira, logo representativos das marcas e singularidades da identidade cultural ao serviço da salvaguarda da memória coletiva insular, através das gerações. Neste sentido, seria interessante propor ao Serviço Educativo do Arquivo Regional da Madeira uma exposição desta natureza para dar a visibilidade merecida ao escritor madeirense. A itinerância desta exposição deveria ser encarada, à luz do que acontece na divulgação e preservação do património natural ou cultural, junto das escolas e comunidades educativas da Região, a itinerância, na medida em que o público-alvo (alunos na sua maioria) revela atualmente um nível de literacia cultural madeirense significativamente baixo, sendo desconhecidos da maioria os nomes daqueles que até a toponímia quis reconhecer.

Atualmente, e por todo o país, é visível a importância que tem vindo a ganhar a recriação histórica de eventos passados sob a égide de parcerias entre agentes culturais e instituições públicas e privadas. Como exemplos, na Região Autónoma da Madeira registamos o sucesso do Mercado Quinhentista em Machico e do Festival Colombo em Porto Santo ou mais recentemente, as iniciativas de teatro de rua e reinvenção de obras dramáticas de escritores madeirenses.

São estratégias viáveis e exemplares para aproximar o cidadão e sua comunidade à Arte madeirense, a um passado comum, valorizando e perpetuando o património cultural da

⁵⁸ Vide, a título de exemplo: <https://abm.madeira.gov.pt/pt/projetos-e-atividades/exposicoes-e-mostras/> (acedido em 15 de dezembro de 2020)

ilha, mantendo a sustentabilidade histórico-cultural local em nome da preservação da memória coletiva que marca a identidade de um povo com as suas características próprias, mas aberto ao diálogo multicultural, no sentido em que, independentemente da idade ou do país, região, localidade, o Homem está em sistemática aprendizagem. Do ponto de vista turístico, a recriação histórica apresenta-se como oferta cultural muito dinâmica e atrativa, podendo com certeza contribuir para a sustentabilidade económica da região.

5. Conclusão

Nos dias que correm, o desenvolvimento delirante da sociedade cada vez mais pluricultural, acontece pelo meio do avanço das ciências e das novas tecnologias e consequentemente esta realidade influencia os comportamentos socioculturais dos indivíduos. a nível local e a nível global.

Há uma consciência global de que a Ciência e a Tecnologia, desde há muito, têm sido geradoras, fontes de inspiração e motivação de novas formas de expressão artísticas e culturais, de projetos de reinvenção de factos histórico-culturais e importantes auxiliares na preservação, conservação e divulgação da memória coletiva de um Estado-nação.

Todavia, assistimos a uma crise de valores éticos e morais consequência em parte da globalização. Ao virtual sentimento que vivemos num mundo que deixou de ter fronteiras económicas, sociopolíticas e culturais, associa-se outro condizente com o sentimento de perda de identidade cultural coletiva. Debatemo-nos então com o fenómeno multiculturalismo.

Os binómios (pós)modernidade-tradição e educação-cultura nunca estiveram tão em voga em debates socioculturais e no cerne das políticas públicas como nos últimos tempos, fruto das crises de identidade das nações (regiões e localidades) no contexto da globalização. Exemplo disso temos o relatório da UNESCO de 2018 o qual continua a reforçar as diretrizes que favorecem o diálogo e entendimento entre culturas, a abertura à diversidade e a promoção da unidade na complementaridade.

Nos dias que correm, salvaguardar, conservar, valorizar e promover o património cultural é continuar a construir uma identidade (individual ou coletiva), cujas marcas são

responsáveis por determinar o sentido de pertença dos indivíduos a uma comunidade, fruto dos legados transmitidos de geração em geração. E sabemos o quão as áreas ligadas às Artes, à transmissão de tradições por meio de estratégias de visibilidade têm contribuído sobremaneira para o diálogo em prol da abertura, da compreensão, aceitação e integração do “outro” e entendimento do “Eu” na contemporaneidade.

Hoje em dia, urge em qualquer profissão, para qualquer indivíduo, em qualquer lugar, tempo ou espaço, apreciar as crenças e práticas de cada grupo, e dos seus membros para o cumprimento pleno da cidadania⁵⁹.

É por meio da cultura que o ser humano constrói os seus valores e a sua identidade, aprendendo a respeitar o seu semelhante, convivendo e interagindo, assim, com o multiculturalismo eminente nas sociedades atuais.

Face a esta realidade, as políticas de Estado no campo cultural assumem um papel fundamental na criação de valores democráticos e de convivência em sociedades democráticas, onde o choque geracional acontece porque parece haver uma barreira que separa as tradições dos comportamentos humanos na pós-modernidade. Sendo assim, cada Estado membro da União Europeia encontra nas políticas públicas culturais, numa perspetiva de descentralização de poderes administrativos, uma forma de minimizar, ao nível gloco-local, os problemas socioculturais advindos da miscigenação ou manipulação das culturas, que poderão colocar em confronto valores associados à preservação, salvaguarda, valorização e promoção do seu Património Cultural.

⁵⁹ Entenda-se aqui cidadania de acordo com *A Carta dos Direitos Fundamentais da União* e tendo em conta o discurso citado por Jorge Ferreira da Silva a este propósito: “logo no seu artigo 2º [Constituição para a Europa] estabelece o seguinte: «A União funda-se nos valores do respeito pela dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito, e do respeito pelos direitos humanos. Estes valores são comuns aos Estados-Membros, numa sociedade Caracterizada pelo pluralismo, a tolerância, a justiça, a solidariedade e a não discriminação”. No artigo 8º o texto aborda o tema da Cidadania da União: “Possui a cidadania da União todo o nacional de um Estado-Membro. A cidadania da União acresce à cidadania nacional, não a substituindo”. Por fim, na parte III do projeto da Constituição, explicita-se, uma vez mais e logo à cabeça, que “A dignidade do ser humano é inviolável. Deve ser respeitada e protegida”.», *apud*, SILVA, Jorge Pereira da, *Direitos de Cidadania e Direito à Cidadania*, Lisboa, ACIME, Maio 2004, p. 12. (visitado a 3 de Fevereiro 2020) –

<http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/pdf/estudo%20OI%20Cidadania.pdf>

Constitucionalmente, cabe ao Estado, governo central, criar as políticas públicas culturais para o país, as quais serão depois pensadas ao nível dos poderes regionais e locais.

Para que as políticas públicas culturais, pensadas com e para o cidadão, surtam efeitos pedagógicos e de fruição num tempo contínuo, é fundamental qualificar profissionais especializados e formar públicos, tornando-se assim possível a salvaguarda e valorização da memória coletiva de uma determinada região, assim como a sua reinvenção, por meio de estratégias, instrumentos e equipamentos culturais.

É principalmente a partir das décadas de cinquenta e sessenta do século XX que a nível da atividade cultural se preconizava uma dinâmica voltada para o lançamento de projetos comuns que fossem ao encontro da afirmação de uma identidade cultural madeirense, enquanto ideológica e politicamente se debatia afincadamente a Autonomia Administrativa insular, o percurso literário dos escritores madeirenses demarcava-se também pelas experiências pessoais, originalidade e criatividade das suas obras face à realidade literária vigente no continente. E é desta forma que a insularidade e a ilheidade (a vivência madeirense, representação do espaço ilha) passam a ser conceitos ou visões que perpassam e Caracterizam a maioria das obras literárias dos autores madeirenses, os quais também se manifestam na vertente jornalística.

Relativamente à história da cultura madeirense, entre os finais do século XIX e primeira década do século XX, os escritores madeirenses, intelectuais e artistas prestaram uma excelente contribuição à sociedade portuguesa em geral e à madeirense em particular. Para além de serem precursores de uma sensibilidade insular madeirense e de incentivarem a prática da atividade cultural literária e artística na região, este grupo de intelectuais foram responsáveis por projetos inovadores para a época como: a criação de manifestos reformuladores da literatura que vigoravam; de Jornais e suplementos; a criação de revistas, almanaques e coletâneas; de uma avaliação de períodos e de escritores através de coletâneas, da publicação de obras através de editoras portuguesas; da recuperação de arquétipos; entre outros.

Neste sentido, o grande objetivo desta dissertação no âmbito do mestrado em Gestão Cultural, tal como o seu título deixa antever, foi dar a conhecer aspetos da vida e obra de João de Brito Câmara, reconhecendo e valorizando o seu contributo para a história da cultura madeirense contemporânea, enquanto homem das letras, jornalista e dinamizador cultural.

Tratou-se de relembrar e dar visibilidade a um poeta esquecido entre tantos outros que merecem ser estudados e conhecidos (Silva M. M., 1998).

Ao mapear episódios singulares da vida intelectual e socialmente dinâmica do homem cosmopolita que era, mormente aqueles com conexões às práticas literárias e culturais desenvolvidas na cidade do Funchal em meados do século XX, empreendemos um estudo documental, de índole empírica, focando-nos na explanação de atividades desconhecidas que, originalmente, evidenciassem a temática que perpassa nesta dissertação.

Nesta linha, dando seguimento às pistas lançadas, desde os finais do século XX, por investigadores, ensaístas e estudiosos da história da sociedade e cultura da Madeira, tratou-se de tirar do escuro em que se encontra a memória individual de JBC, presente no seu espólio, à guarda do Arquivo Regional da Madeira, e fazê-lo ouvir no presente, para melhor compreender a história da vida literária e cultural madeirense, em meados do século XX.

Brevemente, por tratar-se do estudo de um espólio privado, e tendo como *corpus* de trabalho a correspondência entre JBC e seus contemporâneos, esperamos que tenham surgido pistas para a realização de outros trabalhos académicos. E, humildemente, procurámos que o nosso trabalho seja interpretado como um gesto que pretende contribuir, no fundo, para o estudo de escritores madeirenses e dos arquivos privados numa dinâmica de visibilidade e promoção da memória coletiva do povo madeirense a nível local e global.

A propósito, e a título conclusivo, terminamos com as palavras de Rodrigues (2005, p. 42):

“As comunidades que forem incapazes de preservar a sua memória estão, como é evidente, condenadas a desaparecer. Um dos múltiplos objetivos da História, enquanto campo do saber e exercício do conhecimento, pelo estudo do Homem, no espaço e no tempo, é evitar que isso suceda. (...) É para nós evidente, portanto, que um espaço insular que preza a sua Autonomia e tem no turismo – também cada vez mais cultural – a sua principal indústria, só se poderá construir plenamente quando souber reconhecer na História os seus mais fortes e verdadeiros fundamentos. Só, então, não tenhamos dúvidas, terá essa insulana legitimamente para reivindicar, encontrando argumentos para se afirmar no Atlântico e na Europa.

6. Bibliografia

Bibliografia Ativa

- "Manhã" por J. de Brito Câmara. (1927 de outubro de 1927). *Diário da Madeira*. ([1926]/1963). *Artigos de João de Brito Câmara publicados em jornais*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 4 n.º 8 a n.º72. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (1931/1967). *Correspondência de Arlindo Vicente*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 1 n.º 11 a n.º17. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (1943/1967). *Correspondência de editoras*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 2 n.º 151 a n.º187. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (1943/1967). *Correspondência de entidades privadas*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 2 n.º 138 a n.º150. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (1943/1967). *Correspondência de Fausto José*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 1 n.º 254 a n.º264. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (1944/1964). *Originais de entrevistas, inquéritos e palestras*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 3 n.º 16 a 20. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (1954/1967). *Correspondência de Assis Esperança*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 2 n.º 20 a n.º58. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (1956). *Discursos de João de Brito Câmara na S.P.A.* Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 5 n.º 106 a n.º107. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (1956/1958). *Recibos e faturas da delegação da S.P.A.* Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 5 n.º 105. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (1956/1963). *Correspondência da direção da S.P.A.* Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 5 n.º 7 a n.º9 . Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (1956/1965). *Circulares e convocatórias de Assembleias Gerais*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 5 n.º 43 a n.º 96. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

- (1956/1965). *Delegado da Sociedade Portuguesa de Autores (S.P.A.)*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 5 n.º 7 a n.º119. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (1957/1965). *Diversos*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 5 n.º 108 a n.º119. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (1958). *Correspondência de entidades oficiais e privadas*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 5 n.º 144 a n.º145. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (1958/1960). *Correspondência de Assis Esperança e outros*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 5 n.º 20 a n.º 26. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (s.d.). *Jornais e recortes sobre assuntos diversos*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 4 n.º 1. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- (s.d.). *Textos bibliográficos*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 5 n.º 3 a n.º 6. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- Câmara, J. d. (12 de Outubro de 1944). O Modernismo em Portugal. *Eco do Funchal*. (E. d. Bettencourt, Entrevistador)
- Câmara, J. d. (1924/1925). *Textos inéditos*. Parte do Arquivo de João de Brito Câmara, Cx. 3 n.º 1 a n.º 15. Disponível para consulta no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- Câmara, J. d. (1927). *Manhã*. Funchal: Tipografia Esperança.
- Câmara, J. d. (1942). *Relance*. Coimbra: Atlântida Editora.
- Câmara, J. d. (1943). *Auto da Lenda*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- Câmara, J. d. (1950). *Ilha*. Coimbra: Atlântida Editora.
- Câmara, J. d. (1956). *Breve apresentação da Sociedade Portuguesa de Escritores*. Guião da Palestra, preservado no Arquivo Regional e Biblioteca Pública Da Madeira com a cota Cx. 5, doc. 106 a 107.
- Câmara, J. d. (1966). *[Missiva de João de Brito Câmara a Manuel Mendes]*. Documento pertencente ao espólio de Manuel Mendes/MNAC - Museu do Chiado, e acessível no portal Casa Comum. Obtido em 12 de dezembro de 2020, de <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04635.002.004#!1>
- Câmara, J. d. (1967). *Poesias Completas*. Coimbra: Atlântida Editora.
- Câmara, J. d. (20 de Fevereiro de 1955). Imprensa da Capital. República. *Comércio do Funchal*.
- Câmara, J. d. (3 de agosto de 1959). Teatro moderno na Madeira. Um espetáculo - uma conferência. *Eco do Funchal*.
- De regresso à Madeira. A opinião do presidente da Associação de Futebol do Funchal sobre a visita dos lisboetas. (13 de agosto de 1937). *Os Sports*.

Entrevista com Élia Brito Câmara. (16 de março de 1975). *Jornal da Madeira*.

Esta noite, no Teatro Municipal. O magnífico sarau promovido pela Delegação da Sociedade Portuguesa de Escritores. (26 de abril de 1958). *Diário de Notícias*.

Excursão Académica de Estudantes Madeirenses às Canárias. (5 de junho de 1927). *O Jornal*.

Excursão Académica. (8 de junho de 1927). *Diário de Notícias*.

Excursion Artístico-Estudantil Madeirense. (18 de fevereiro de 1927). *O Progresso*.

Homenagem aos Dr. Pestana Júnior e Dr. João de Brito Câmara. (1975 de outubro de 1975). *Jornal da Madeira*.

Intercâmbio Ibérico. O Dr. João Cabral fala ao «Diário da Madeira» da excursão académica às Canárias. (24 de junho de 1927). *Diário da Madeira*.

Literatura Madeirense. Auto da Lenda. Novo livro de Versos do Dr. João de Brito Câmara. Como o Poeta Explica a Gestaçã do seu Poema e o seu Critério Estético. (30 de Maio de 1943). *Diário de Notícias*.

O 28 de Maio. A récita Académica no Teatro Arriaga. (31 de maio de 1927). *Diário da Madeira*.

O Poeta Dr. João Brito Câmara. Opiniões da Crítica Continental sobre o seu Livro Ilha. (15 de Março de 1951). *Diário de Notícias*.

Por um sarau de impressoras fulgurações a Sociedade Portuguesa de Escritores iniciou a sua actividade cultural entre nós. (27 de abril de 1958). *Diário de Notícias*.

Sociedade Portuguesa de Escritores. (9 de maio de 1958). *Diário de Notícias*.

Um Poeta Novo, João Brito Câmara. (12 de Novembro de 1927). *Trabalho e União*.

Bibliografia Passiva

A., D. (28 de abril de 1958). Magnífica expressão de Arte e Cultura. *Eco do Funchal*.

Abes, G. J. (2015). As Veredas do Género Epistolar: história e fortuna da correspondência de Baudelaire. *Lettres Françaises*, 16(1), 45-63. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <https://periodicos.fclar.unesp.br/lettres/article/view/8398/5655>

Abreu, M. F. (2007). Mãos que preparam. Em L. G. Duarte, & A. B. Oliveira, *As mãos da escrita: 25 anos do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Abreu, T., & Noia, C. (2004). Dr. João de Brito Câmara: o poeta e o político. *Ilharq*(4), pp. 65-68.

Afonso, A. M. (2005). *Património Arquivístico: Preservação de Informação e Construção de Identidade*. Obtido em 9 de dezembro de 2020, de CEPESE: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/o-patrimonio-historico-cultural-da-regiao-de-braganca-zamora/patrimonio-arquivistico-preservacao-de-informacao-e-construcao-de-identidade>

- Alain, C., & Chartier, R. (1994). La correspondance. Les usages de la lettre au XIXe siècle. Em *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. (Vols. 49, nº3, pp. 720-724). S.l: Armand Colin. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de https://www.persee.fr/doc/ahess_0395-2649_1994_num_49_3_279288_t1_0720_0000_001
- Alves, G. (Outubro de 2012). História e Literatura da Madeira [entre fruição e a fonte]. *Newsletter do Centro de Estudos de História do Atlântico*, p. 21. Obtido em 9 de Dezembro de 2020, de https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3925/1/Newsletter_15.pdf
- Alves, G., & Faria, C. (2018). *Das Ilhas, a Primeira*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Andresen, S. d. (2019). *Poesia*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Angélica, L. M. (19 de Janeiro de 1969). João Brito Câmara. Um ano depois. *Comércio do Funchal*.
- Araújo, M. R. (1968). Um Poeta Madeirense - O Dr. Brito Câmara. *Comércio do Porto*.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (s.d.). *Sociedade Portuguesa de Escritores [Fundo]*. Acessível no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com o código de referência PT/TT/SPE. Obtido em 10 de Dezembro de 2020, de <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4334624>
- Associação Portuguesa de Escritores; Sociedade Portuguesa de Escritores. (1983). *Breve Memorial da Sociedade Portuguesa de Escritores (SPE) e Associação Portuguesa de Escritores (APE) no X.º Aniversário da APE*. [Lisboa]: APE. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de http://www.apescritores.pt/APE/Historia_APE.pdf
- Azevedo, M. (2008). *Teses, Relatórios e Trabalhos Escolares*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Barros, F. (2004). Património Documental/Património Cultural: De e Para o Cidadão. *Islenha*(44), 5-22.
- Barros, F., & Teixeira, M. (2016). *Arquivos de escritores e investigadores madeirenses : instrumentos descritivos*. Funchal: Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura, Direcção Regional da Cultura, Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- Barros, F., & Teixeira, M. M. (2016). *Arquivo de João de Câmara: Instrumentos descritivos*. Funchal: Direcção Regional da Cultura. Obtido de Página em rede do Aquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.
- Barros, J., & Junior, J. (2012). *Pensar e Agir com a Cultura: Desafios da Gestão Cultural*. São Paulo: Observatório da Diversidade Cultural.
- Béra, M. (2003). Critique d'art et/ou promotion culturelle ? *Réseaux*, 117(1), 153-187. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <https://www.cairn.info/revue-reseaux1-2003-1-page-153.htm>.
- Boletim da Câmara Municipal do Funchal. (s.d.). (50).
- Bourdieu, P. (1971). Reproduction culturelle et reproduction sociale. *Social Science Information*, 10(2), 45-79. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/053901847101000203>

- Braga, I. D. (2005). Historiografia universitária sobre temáticas regionais insulares (1974-2000). *Ilzenha*(34), pp. 4-20.
- Calabre, L. (2009). *Políticas Culturais: Reflexões e Acções*. São Paulo: Itaú Cultural.
- Campos, P. J. (2009). *Os Rostos do Poder*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Carita, R. (2013). *História do Funchal*. Funchal: AAUMA.
- Carmo, C. I. (1996). osé Régio e Carlos Queiroz: cartas trocadas. Correspondência inédita dos tempos da presença. *Colóquio/Letras*(140), 101-131.
- Carneiro, J., & Baron, L. (2018). *Gestão Cultural*. Niterói: Niterói Livros.
- Carvalho, P. A. (1990). In Memoriam: Notas para a tipologia mental da comunidade estudantil de Coimbra (1870-1945). *Revista de História das Ideias*, 12, pp. 339-373. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de https://digitalis-dsp.sib.uc.pt/bitstream/10316.2/42888/1/In_memoriam.pdf
- Castro, F. d. (2 de fevereiro de 1969). Poemas pelo Dr. João de Brito Câmara. *Comércio do Funchal*.
- Clanet, C. (1993). *L'Interculturel: Introduction aux approches interculturelles en Education et en Sciences Humaines*. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail.
- Clode, L. P. (1983). Brito de Câmara (João). Em L. P. Clode, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses*. Funchal: Editorial Eco do Funchal.
- Cochofel, J. J. (sd). Poesias Completas por João Brito Câmara. *recorte de um jornal*, sd.
- Coelho, J. d. (1981). Madeira. Em *Dicionário de Literatura*. Porto: Figueirinhas.
- Coelho, L., Falcão, A. M., Moniz, I., & Santos, T. P. (2011). *Funchal (D)escrito. Ensaios sobre representações literárias da Cidade*. Vila Nova de Gaia: 7 Dias e 6 Noites.
- Costa, B. F., & Gastaut, C. (2017). Apontamentos sobre a Cultura Escrita e práticas epistolares. *Cultura, Espaço e Memória*,(8), 13-23. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <http://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/4657/4345>
- Couto, J. (2007). A missão do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea na preservação do património nacional. Em L. F. Duarte, & A. B. Oliveira, *As Mãos da Escrita*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Cruz, V. d. (1953). *Notas e Comentários para a História Literária da Madeira* (Vol. III). Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- Cuche, D. (2006). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Fim de Século.
- Decreto-Lei n.º16/93 de 23 de janeiro da Presidência do Conselho de Ministros. (1993). *Diário da República n.º 19/1993, Série I-A de 1993-01-23*. Obtido em 12 de dezembro de 2020, de <https://dre.pt/home/-/dre/584777/details/maximized>
- Delegação do Funchal da Ordem dos Advogados. (21 de outubro de 1953). *Diário de Notícias*.

- Dionne, J., & Laville, C. (1997). *A construção do saber. Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. UFMG: São Paulo.
- D'Oliveira, T. (2007). *Teses e Dissertações, Recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos*. Lisboa: RH.
- Dubois, V. (2006). Du militantisme à la gestion culturelle : L'institutionnalisation de l'action culturelle dans une ville de banlieue (Bron, 1970-1990). Em C. Gaubert, M.-H. Lechien, & T. S., *Recon-versions militantes*, (pp. 139-162). Limoges: Presses Universitaires de Limoges. Obtido em 10 de dezembro de 2020
- Eco, U. (1991). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Presença.
- Fabre, M. (1980). *História da Comunicação*. Lisboa: Moraes.
- Falcão, A. M., & Moniz, A. I. (2016). Maria Lamas: o despertar da mulher num percurso escrita epistolar para a escrita pública. *Pensardiverso. Revista de Estudos Lusófonos da UMa*(5), 40-51.
- Falcão, B. (1999). Memória de João Brito Câmara. *Margem*(11), pp. 3-4.
- Farias, L. A., & Gancho, C. (2014). Eventos e sua importância para a gestão da comunicação organizacional na pós-modernidade. *Organicom*, 11(20), 24-38. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002659205.pdf>
- Ferin, I. (2010). *Comunicação e Culturas do Quotidiano*. Lisboa: Quimera.
- Figueira, C. (1985). *Ilha da Madeira Paraíso Terrestre. A História da Cultura Literária, Artística, Filosófica e Científica da Madeira e a Evolução da Mentalidade do seu povo*. Funchal: Eco do Funchal.
- Fino, C., & Sousa, J. (2005). Distribuição de uma "Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense" pelas escolas da RAM: legitimidade ou arbitrariedade curricular? Em J. C. Morgado, & M. P. Alves, *Mudanças educativas e curriculares* (pp. 329-349). Braga: Centro de Investigação em Educação. Departamento do Currículo e Tecnologia Educativa. Obtido em 10 de dezembro de 2020
- Fonseca, P., Radic, L., Silva, F., & Silva, M. (2016). Saraus contemporâneos: a importância dos saraus como espaço político de socialização. *Cadernos CESPUC*(29), 150-167. Obtido em 10 de dezembro de 2020
- Fontes, B. A., & Stelzig, S. (2004). Sobre Trajetórias de Sociabilidade: a Ideia de Relé Social enquanto Mecanismo criador de Novas Redes Sociais. *Política & Sociedade*, 3(5), 56-77. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1978/1727>
- França, J. (2007). Gentes das Letras. Em F. Figueiredo, L. Coelho, & T. P. Santos, *Crónica Madeirense (1900-2006)* (pp. 144-149). Porto: Campo das Letras.
- Franco, J. E. (2008). *Cultura Madeirense - Temas e Problemas*. Porto: Campo das Letras.

- Freitas, E., & Prodanov, C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho Académico*. Novo Hamburgo: Feevale.
- George, J. P. (2000). Campo Literário Português?: o caso da extinção da Sociedade Portuguesa de Escritores em 1965. *Revista de História das Ideias*, 21, 461-499. Obtido em 20 de dezembro de 2020, de https://digitalis.uc.pt/pt-artigo/campo_liter%C3%A1rio_portugu%C3%AAs_o_caso_da_extin%C3%A7%C3%A3o_da_sociedade_portuguesa_de_escritores_em_1965
- Giddens, A. (1991). *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp.
- Giddens, A. (1994). Admirável mundo novo: o novo contexto da política. *Cadernos CRH*(21), 9-28.
- Giddens, A. (2005). *Sociologia*. São Paulo: Artmed.
- Goes, J. L. (1985). Estabelecimento e evolução do Ateneu Comercial do Funchal. *Atlântico*(2), p. 131.
- Goff, J. L. (2001). Documento/Monumento. Em *Enciclopédia Einaudi* (Vol. 35, pp. 95-106). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Guerreiro, A. D. (2015). *História Breve dos Meios de Comunicação: Da imanência Pensante à Sociedade em Rede*. Lisboa: EDLARS.
- Kohlrausch, R. (2015). Apresentação – Literatura Gênero epistolar: a carta na literatura, a literatura na carta, rede de sociabilidade, escrita de si. *Letrónica*, 8(1). Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/letronica/article/view/21361>
- Livramento, M. N. (2011). *Machim, um herói fundador*. Funchal: Direção Regional dos Assuntos Culturais.
- Loja, A. (2008). *A Madeira na História, escritos sobre a Pré-Autonomia*. Lisboa: Âncora.
- Machado, H. d., & Soares, P. A. (2015). Os hypomnemata e a memória material: as agendas pessoais de Joaquim Paço d'Arcos. Em *12º Congresso Nacional da Associação Portuguesa de Bibliotecários* (pp. 1-15). Obtido em 9 de dezembro de 2020, de https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/viewFile/1404/pdf_59
- Manuel da Costa e Melo*. (s.d.). Obtido em 12 de dezembro de 2020, de Aveiro e Cultura: <http://ww3.aeye.pt/avcultor/Avcultor/CostaMelo/GenteToga/Gente028.htm>
- Marino, L. (1959). *Musa Insular: Poetas da Madeira*. Funchal: Eco do Funchal.
- Martinho, T. D. (2013). Mediadores culturais em Portugal: perfis e trajetórias de um novo grupo ocupacional. *Análise Social*, 207, 422-444. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_207_d07.pdf
- Mcquail, D., & Windahl, S. (2003). *Modelos de Comunicação para o Estudo da Comunicação de Massas*. Lisboa: Notícias.
- Melo, M. d. (1994). *Gente de Toga, Beca e Capinha (Fogachos da lareira forense)*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro.

- Mendonça, M. (1985). *A Ilha da Madeira vista por intelectuais e artistas portugueses*. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Mónica, T. (2007). Correspondência. Em L. G. Duarte, & A. B. Oliveira, *As mãos da escrita: 25 anos do Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea* (pp. 332-333). Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Moniz, A. I., Pimentel, D., & Santos, T. P. (2005). *E Depois? sobre a cultura na Madeira*. Funchal: Universidade da Madeira.
- Moraes, M. A. (2007). Edição de correspondência reunida de Mário de Andrade: histórico e alguns pressupostos. *Patrimônio e Memória*, 4(2), 115-128. Obtido em 15 de dezembro de 2020, de <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/114>
- Namora, F. (1951). Um poeta da Ilha da Madeira. *Vértice*(96), 334.
- Nascimento, C. d. (1949). *Antologia da Terra Portuguesa*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Nepomuceno, R. F. (2008). *A Madeira vista por Escritores Portugueses*. Funchal: Funchal 500 anos.
- Neves, M. S. (2011). A Revista 'Presença' e a consumação de um projecto de cosmopolitismo estético-literário. *Limites*(5), pp. 133-152.
- Nunes, A. (1999). *No Rasto de Edmundo de Bettencourt. Uma voz para a modernidade*. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- O Que fazemos?* (s.d.). Obtido em 10 de dezembro de 2020, de Página em rede da Direcção Geral do Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/o-que-fazemos/>
- Olmos, H. A. (2008). *Gestión cultural y desarrollo: claves del desarrollo*. Madrid: Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo.
- Património Cultural Imaterial*. (s.d.). Obtido em 20 de dezembro de 2020, de Página em rede da Comissão Nacional da UNESCO: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial>
- Pennac, D. (1998). *Como um Romance*. Porto: Edições Asa.
- Pereira, E. (1989). *Ilhas de Zargo* (Vol. I). Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- Pereira, E. (1989). *Ilhas de Zargo* (Vol. II). Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- Pereira, E. (1990). *Ilhas de Zargo , Adenda*. Funchal: Câmara Municipal do Funchal.
- Pestana, C. (1985). *A Madeira, Cultura e Paisagem*. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Piazza, M. d. (2006). Políticas de amizade: Portinari e o mundo cultural ibero-americano. *TOPOI*, 7(12), 222-246. Obtido em 15 de dezembro de 2020, de <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v7n12/2237-101X-topoi-7-12-00222.pdf>
- Pimentel, D. (2006). *Pontos Luminosos, Açores e Madeira, Antologia de Poesia*. Funchal: Campo de Letras.

- Pimentel, D. (2007). *Ver a Voz, Ler o Rosto - Uma polaróide de Herberto Helder*. Porto: Campo de Letras.
- Pimentel, F. A. (1954 de julho de 1954). A Futura Sociedade dos Escritores Portugueses. *República*.
- Pires, J. C. (1993). Auto-Retrato na Geração Literária nos anos 50. *Lusorama : mittailungen der Sektion Portugal-Brasilien im Deutschen Spanischlehrerverband*(20), pp. 7-12. Obtido em 12 de dezembro de 2020, de http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/EFEMERIDES/josecardosopires/Textos/PDF/Lusorama_N20_Mar1993_0007-0012.pdf
- Pita, G. d. (1997). A propaganda da ideologia salazarista na imprensa madeirense. Análise de dois casos. *Islenha*(20), 83-92.
- Reis, A. (1990). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Reis, C. (1995). *O Conhecimento da Literatura - Introdução aos Estudos Literários*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Reis, F. L. (2018). *Investigação Científica e trabalhos académicos - Guia prático*. Lisboa: Sílabo.
- Ribeiro, A. (2000). *Ser Feliz é imoral? Ensaio sobre cultura, cidades e distribuição*. Lisboa: Cotovia.
- Rodrigues, P. M. (2005). (res)guardar e depois? Acerca da preservação do património cultural. Em A. I. Moniz, D. Pimentel, & T. P. Santos, *e depois? sobre a cultura na Madeira* (pp. 42-44). Funchal: Universidade da Madeira.
- Rodrigues, P. M. (2015). Da madeirensidade: contributo para uma reflexão necessária. Em N. Veríssimo, & T. P. Santos, *Universidade da Madeira: 25 anos* (pp. 165-190). Funchal: Universidade da Madeira. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/1813/1/Da%20madeirensidade.pdf>
- Rosas, F. (2001). O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, XXXV(157), 1031-1054. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <https://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725377D6jFO4wy1Oi67NG6.pdf>
- Santos, T. P. (2007). *De Ilhéus a Canga, de Horácio Bento de Gouveia: a narrativa e as suas (re)escritas*. Paris: [Université Sorbonne Nouvelle]. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/57/1/DoutoramentoTHIERRY.pdf>
- Santos, T. P. (2008). Literatura 'Popular' e Tradição em Alguns Escritores da Madeira: Inesgotável Fonte de Inspiração? *Islenha*(42), 132-144.
- Santos, T. P. (2019). A Lírica Madeirense Contemporânea: Folheando os Cadernos de Poesia que a têm registado (1952-2016). *Aquivo Histórico da Madeira, Nova Série*(1), 781-805. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <https://ahm-abm.madeira.gov.pt/index.php/ahm/article/view/22/8>
- Seara, I. (2006). *Da epístola à mensagem electrónica : metamorfoses das rotinas verbais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Serra, J. P. (2007). *Manual de Teoria da Comunicação*. Labcom: Covilhã.

- Sessão Cultural da Sociedade Portuguesa de Escritores. (5 de maio de 1958). *Re-nhau-hau*.
- Setton, M. d. (2002). A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*(20), 60-70. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05.pdf>
- Silva, F. A., & Meneses, C. A. (1998). *Elucidário Madeirense* (Vol. I). Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Silva, F. A., & Meneses, C. A. (1998). *Elucidário Madeirense* (Vol. III). Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Silva, F. A., & Meneses, C. A. (1998). *Elucidário Madeirense* (Vol. II). Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Silva, M. B. (S.d). O evento como estratégia na comunicação das organizações: modelo de planeamento e organização. Obtido em 10 de Dezembro de 2020, de <https://ead2.iff.edu.br/mod/resource/view.php?id=13210>
- Silva, M. M. (21 de Agosto de 1989). Relembrando o «O Auto da Lenda» de João Brito de Câmara. *Diário de Notícias*, p. 11.
- Silva, M. M. (21 de agosto de 1989). Relembrando o «O Auto da Lenda» de João Brito de Câmara. *Diário de Notícias*, p. 11.
- Silva, M. M. (1993). Poesia portuguesa – traço de união – Fernando Namora e João de Brito Câmara. *Islenha*(13), 151-155.
- Silva, M. M. (1997). *Ensaio*. Barcelos: Permanente.
- Silva, M. M. (20 de Março de 1998). A literatura madeirense segundo Margarida Silva: recuperar a memória de grandes escritores. *Diário de Notícias*, p. 25.
- Silva, M. M. (1998). *Temas Linguísticos e Literários*. Barcelos: Permanente.
- Silva, M. T. (2014). *Cartas dos leitores na Imprensa Portuguesa. Uma forma de Comunicação e de Debate Público*. Covilhã: Labcom.
- Simões, J. G. (1959). *História da Poesia Portuguesa, Séc XX*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- Sociedade Portuguesa de Escritores. Serão Literário-Musical do Próximo Sábado. (22 de abril de 1958). *Diário de Notícias*.
- Sousa, É. (2004). O escultor Pedro Augusto dos Anjos Teixeira e a terra madeirense: uma questão de felicidade (II). Catálogo. *Islenha*(44), 131.
- Sousa, J. L. (2018). *As cartas não mentem*. Coimbra: IUC.
- Sousa, P. J. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao-media.pdf>

- Sousa, P. J. (2008). *Uma história do jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>
- Teixeira, M. M. (1997). *Cabral do Nascimento - a palavra da confiança e a herança do simbolismo francês*. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Teixeira, M. M. (2005). *Tendências da Literatura na Ilha da Madeira nos séculos XIX e XX*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- Teodósio, A. M. (2014). *Reflexões sobre a proteção do património cultural e o plano de pormenor de salvaguarda no contexto urbanístico*. Dissertação de Mestrado, na Área de Especialização em Ciências Jurídico-Forenses, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Universidade de Coimbra: Coimbra. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/34965/1/Reflexoes%20sobre%20a%20protecao%20do%20patrimonio%20cultural%20e%20o%20plano%20de%20pormenor%20de%20salvaguarda%20no%20contexto%20urbanistico.pdf>
- Torgal, L. R. (1999). "Literatura oficial" no Estado Novo: os prémios literários do SPN/SN. *Revista de História das Ideias*, 20, 401-420. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41829/1/Literatura_oficial_no_Estado_Novo.pdf
- Veríssimo, N. (1990). *Narrativa Literária de Autores da Madeira do Século XX: Antologia*. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais.
- Veríssimo, N. (2005). *Contos Madeirenses*. Porto: Campo de Letras.
- Veríssimo, N. (2008). Catequizar e instruir. O discurso pedagógico missionário jesuíta no Brasil: algumas notas históricas para a compreensão do encontro e do conflito entre culturas. Em C. Escallier, & N. Veríssimo, *Educação e Cultura: II Colóquio do Departamento de Ciências da Educação da Universidade da Madeira e VII Colóquio Internacional da Sociedade Europeia de Etnografia da Educação* (pp. 29-41). Funchal: Departamento de Ciências de Educação da Universidade da Madeira.
- Vieira, A. (1995). *Guia para a História e Investigação das Ilhas Atlânticas*. Funchal: Ceha.
- Vieira, A. (S.d). *Conhecimento, literatura e escritas na e da Madeira. Séculos XV - XXI*. Obtido em 9 de Dezembro de 2020, de https://www.academia.edu/10471569/conhecimento_literatura_e_escritas_na_e_da_Madeira_s%C3%A9culos_XV_e_XXI
- Vieira, A. (S.d). *O discurso da identidade insular no Atlântico Lusíada, Acores, Madeira e Santa Catarina*. Obtido em 10 de dezembro de 2020, de https://www.academia.edu/1153139/o_discurso_da_identidade_insular
- Vieira, E. (29 de 06 de 1950). «Ilha». Poemas pelo Dr. João de Brito Câmara. *Diário de notícias*.
- Wilden, A. (2001). Comunicação. Em *Enciclopédia Einaudi* (pp. 108-204). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Zarate, G. (1986). *Enseigner une culture étrangère*. Paris: Hachete.